



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS
POVOS INDÍGENAS**

ALYNE BISPO MOREIRA

**“AGREDIDA SEM MOTIVOS”: A VIOLÊNCIA CONTRA
MULHERES NO JORNAL FEIRA HOJE – (1970-1979)**

**CACHOEIRA-BA
2019**

ALYNE BISPO MOREIRA

**“AGREDIDA SEM MOTIVOS”: A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO
JORNAL FEIRA HOJE – (1970-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.

Orientador: Prof. Dr. Eliazar João da Silva

**CACHOEIRA-BA
2019**

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Moreira, Alyne Bispo
M838a "Agredida sem motivos": a violência contra mulheres no
Jornal Feira Hoje - (1970-1979) / Alyne Bispo Moreira. –
Cachoeira, 2019.
141 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Eliazar João da Silva.
Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-
Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos
Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,
2019.

1. Violência contra as mulheres - Feira de Santana (BA) -
1970-1979. 2. Mulheres - Jornal Feira Hoje - 1970-1979.
I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de
Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação
em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.
II. Título.

CDD: 303.6

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

ALYNE BISPO MOREIRA

**“AGREDIDA SEM MOTIVOS”: A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO
JORNAL FEIRA HOJE – (1970-1979)**

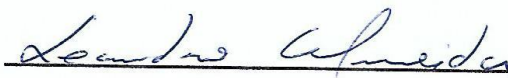
Dissertação submetida à avaliação para a obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em 20 de Julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eliazar João da Silva
(UFRB – Orientador)



Prof. Dr. Leandro Antônio de Almeida
(UFRB – Examinador)

Prof.^a Dr.^a Zelinda dos Santos Barros
(UNILAB – Examinadora)

CACHOEIRA – BA
2019

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a todos que fizeram parte desta etapa da minha vida. Agradeço a Deus por ter iluminado o meu caminho, a minha mãe Maria do Carmo, por ser essencial na minha vida, aos meus irmãos Flávio e Fábio, pelo incentivo, a minha pequena sobrinha Ana Flávia, pelo seu carinho e energia contagiante, minha cunhada Anajara, pela contribuição na busca de outras fontes para esta pesquisa.

A toda a minha família, em especial, duas pessoas que tiveram papel importante na minha trajetória de vida, e que no período da construção dessa dissertação acabaram partindo, a minha avó Tide in memória e a minha tia e madrinha Matilde in memória.

A meu orientador Eliazar João da Silva por todo o apoio e paciência ao longo da elaboração deste trabalho. Também gostaria de deixar um agradecimento especial a esta instituição Universidade Federal do Recôncavo da Bahia por possibilitar a execução desta pesquisa.

Aos meus colegas do curso do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, pela construção de amizade que tivemos ao longo do curso, as trocas de experiências, o apoio mútuo, as alegrias, os momentos de confraternização que ficaram marcados para sempre.

A Luiz, pelo carinho e por ter me encorajado e apoiado nessa jornada, incentivando a participar de alguns eventos e apresentações de trabalhos ao longo desse processo.

*“Quando as mulheres negras se movem, toda a
estrutura política e social se movimenta na
sociedade”*

Angela Davis

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão acerca da forma como o *Jornal Feira Hoje* retratava a mulher em seu periódico entre 1970 e 1979. Explora-se uma pesquisa de gênero na perspectiva interseccional, na qual permite analisar os marcadores discriminatórios de gênero e raça apresentados nos discursos desse jornal referente as mulheres moradoras dos bairros considerados mais negros da cidade feirense. Propõe, também problematizar a relação entre o imaginário de modernidade propagado pelo referido jornal na década de 1970 em Feira de Santana e as divulgações de reportagens sobre violências praticadas e sofridas pelas mulheres neste mesmo período, momento representado por forte repressão militar a todas as ocorrências que perturbassem a ordem estabelecida, inclusive violência envolvendo as mesmas. Foram utilizados os referenciais teóricos da análise do discurso – pois, significa tentar compreender e explicar como se edifica o sentido de um texto e como este se expressa com a história e a sociedade que o produziu, estudo de gênero, violência de gênero e raça. Como ferramenta de pesquisa foram empregadas as análises do *Jornal Feira Hoje*, dos dados estatísticos do Censo Demográfico de 1979 e 1980. Como resultados, constatamos que o ideal desenvolvimentista propagado pelo jornal não atingiu as populações mais carentes da cidade, que conviviam com a falta de moradia, emprego, infraestrutura urbana, entre outros. Referente a violência de gênero, o periódico buscou naturalizar os estereótipos das imagens das mulheres que sofreram ou praticaram violência, com o interesse de homogeneizar as representações de forma que atendessem a sociedade machista da época. Nestes termos, pretende-se produzir uma abordagem histórica a respeito da mentalidade machista da sociedade feirense neste período.

Palavras-chave: Representação, Jornal Feira Hoje, Gênero, Interseccionalidade, Violência de Gênero.

ABSTRACT

This paper presents a discussion about the way the Jornal Feira Hoje newspaper portrayed women in its periodical between 1970 and 1979. It explores a gender research in the intersectional perspective, which allows us to analyze the discriminatory markers of gender and race presented in the discourses of this journal. newspaper referring to women living in the blackest neighborhoods of the feirense city It also proposes to problematize the relationship between the imagery of modernity propagated by the referred newspaper in the 1970s in Feira de Santana and the dissemination of reports on violence practiced and suffered by women in this same period, a moment represented by strong military repression of all occurrences. disturb the established order, including violence involving them. The theoretical frameworks of discourse analysis were used - because it means trying to understand and explain how the meaning of a text is built and how it expresses itself with the history and society that produced it, gender study, gender and race violence. As a research tool were used the analyzes of the newspaper Feira Hoje, the statistical data of the Demographic Census of 1979 and 1980. As a result, we found that the developmental ideal propagated by the newspaper did not reach the most deprived populations of the city, who lived with the lack of housing, employment, urban infrastructure, among others. Referring to gender violence, the journal sought to naturalize the stereotypes of the images of women who suffered or practiced violence, with the interest of homogenizing the representations in a way that met the macho society of the time. In these terms, it is intended to produce a historical approach about the macho mentality of feirense society in this period.

Keywords: Representation, Fair Today Newspaper, Gender, Intersectionality, Gender Violence.

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDL	Clube de Diretores Lojistas
CEDIN	Centro de Desenvolvimento Industrial
CEDOC	Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana
CIFS	Centro das Indústrias de Feira de Santana
CIS	Centro Industrial do Subaé
CP	Código Penal
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
HDPA	Hospital Dom Pedro de Alcântara
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JFH	Jornal Feira Hoje
NORSUL	Serviço Técnico de Economia e Finanças
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana
SURFEIRA	Superintendência de Urbanização de Feira de Santana
UDN	União Democrática Nacional
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE REPORTAGENS

Reportagem 1: Há uma favela bem no centro da cidade.....	42
Reportagem 2: Buracos e doenças no Tanque da Nação	44
Reportagem 3: Roupas e panelas lavadas em esgoto	46
Reportagem 4: CDL volta a reclamar das barracas na rua.....	49
Reportagem 5: Esta Barraca voltou.....	50
Reportagem 6: Limpeza na cidade	51
Reportagem 7: Petróleo, Inflação e Dívida devoram o milagre brasileiro	53
Reportagem 8: Cidade tem maior taxa de urbanização da Bahia.....	54
Reportagem 9: Mulher que furou marido foi finalmente presa	86
Reportagem 10: Preso criminoso da amante da favela	94
Reportagem 11: Mulher cortada a garrafada.....	95
Reportagem 12: Mulher espancada.....	97
Reportagem 13: Maria já apanhou demais.....	103
Reportagem 14: Amor não correspondido leva a invadir casa	104
Reportagem 15: José matou amante por asfixia	105
Reportagem 16: Enciumado agrediu sua mulher.....	106
Reportagem 17: Espancada pede providências	109
Reportagem 18: Uma surra na mundana.....	110
Reportagem 19: Invadiu casa do amante	112
Reportagem 20: Mulher agrediu amante	112
Reportagem 21: Mulheres brigavam.....	115
Reportagem 22: Mulher esfaqueada no Minadouro.....	116
Reportagem 23: Encontrou outro homem em casa e deu tiros.....	117
Reportagem 24: Entrou em briga por mulher.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação dos principais Bairros com maior incidência de violência de gênero ..	91
Tabela 2: Classificação dos agressores segundo o sexo retratados nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)	119
Tabela 3: Principais motivações de violências retratadas nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)	121
Tabela 4: Classificação das principais categorias de violências retratadas nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)	123
Tabela 5: Instrumentos mais utilizados nas práticas de violências retratados nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)	125
Tabela 6: Quantidade de reportagens sobre violência de gênero exibida no Jornal Feira Hoje (1970-1979)	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação dos principais Bairros com maior incidência de violência de gênero .	92
Gráfico 2: Classificação dos agressores segundo o sexo retratados nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)	120
Gráfico 3: Principais motivações retratadas nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979).....	122
Gráfico 4: Classificação das principais categorias de violências retratadas nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)	124
Gráfico 5: Instrumentos mais utilizados nas práticas de violências retratados nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1- “FEIRA HOJE CHEGOU AOS SEUS LEITORES”: O PAPEL IDEOLÓGICO DO JORNAL	24
1.1 A ORIGEM DO JORNAL.....	24
1.2 OS PRINCIPAIS DIRIGENTES DO JORNAL FEIRA HOJE E AS RELAÇÕES DESTES COM O CENTRO INDUSTRIAL DE FEIRA DE SANTANA	31
1.3 A INTERLOCUÇÃO DO FEIRA HOJE COM O REGIME MILITAR	34
1.4 MODERNIZAÇÃO PARA QUEM?	39
1.4.1 O descompasso no centro da modernização.....	47
1.4.2 O “Milagre” não destruiu a pobreza, só escondeu	52
CAPÍTULO 2 - PRINCESA NEGRA DO SERTÃO	57
2.1 CONCEITO DE RAÇA	58
2.2 O NEGRO (A) NA HISTORIOGRAFIA FEIRENSE.....	65
2.3 A POPULAÇÃO NEGRA DE FEIRA DE SANTANA NA DÉCADA DE 1970	74
2.4. OS BAIROS CONSIDERADOS MAIS NEGROS DA CIDADE	77
CAPÍTULO 3 – A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNAL FEIRA HOJE	81
3.1 “NÃO SOU UMA MULHER?”	82
3.2 “ESPANCADA PELO MARIDO”	87
3.3 OS BAIROS COM MAIORES INCIDÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	90
3.4 OS DISCURSOS JORNALÍSTICOS A RESPEITO DOS BAIROS CONSIDERADOS MAIS NEGRO DA CIDADE	93
3.5 O INTERESSE DO JORNAL EM EXPOR AS REPORTAGENS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR	97
3.6 A SUPOSTA “CEGUEIRA” DA IMPRENSA FEIRENSE NA RELAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	103
4 CAPÍTULO – O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO PROPAGADO PELO JORNAL FEIRA HOJE	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
FONTES	130
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

O meu interesse em estudar a violência de gênero parte do pressuposto de “que ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele” (SAFFIOTI, 2004, p. 42). Isto se explica pelo fato de que antes de optar por este estudo, pesquisava no início da graduação, a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, através do *Jornal Feira Hoje* (JFH) na década de 1970, quando observei as inúmeras reportagens de violência contra as mulheres. Motivada pela inquietação ao analisar a maneira como este periódico retratava nestas reportagens de forma “normal”, “engraçada”, corriqueira, no mesmo momento em que proclamavam as ideias de desenvolvimento industrial, de modernização e civilização de Feira de Santana, tomei a decisão de investigar esta problemática mais detalhadamente.

No período em que o país passava por restrições aos direitos políticos e perseguições aos opositores do regime militar, surge em 1970, na cidade de Feira de Santana, o *Jornal Feira Hoje*. Esse periódico propagava o imaginário de progresso e desenvolvimento industrial para a cidade, inserido na proposta política do “milagre econômico¹”, ou seja, em propor um clima de industrialização para o país. No entanto, trouxe como consequências para o Brasil: altos índices de desempregos, inflação e aumento das desigualdades sociais.

Este jornal também procurou despertar na população da cidade a noção de moderno associado à ideia de civilizado e de tudo que representasse o novo. Influenciando, o comportamento de alguns grupos da sociedade feirense.

O *Jornal Feira Hoje*, além de notificar as ideias de progresso e modernidade, trazia outro aspecto, a violência, que revelava outra face da cidade. Junto às notícias que orgulhavam os feirenses circulavam outras, demonstrando uma condição feminina marcada pela violência, submissão, mas também de reação. Trata-se de notícias de violência sofrida e praticada pelas mulheres.

¹ Nome dado ao momento de crescimento econômico elevado durante a Ditadura Militar no Brasil, entre 1969 e 1973. Embora a economia tenha crescido consideravelmente, não houve distribuição de renda e, portanto, aumentou ainda mais as desigualdades sociais no país com o aumento da concentração de renda nas mãos dos mais ricos.

Neste contexto, surge esta dissertação: “Agredida sem motivos”: a violência contra mulheres no *Jornal Feira Hoje* – (1970-1979). É importante informar que a construção desse título partiu de uma manchete desse jornal, que trouxe em seu discurso a justificativa para a prática de violência contra a mulher – “Agredida sem motivo” – no qual parte do princípio de que toda agressão possui um motivo que o justifique. Contrariando este pensamento, trago como proposta a desconstrução desse pensamento ao problematizar as representações da violência contra mulheres no *Jornal Feira Hoje* no período já mencionado.

Este trabalho possibilita a discussão acerca da forma como o *Jornal Feira Hoje*, no período desta pesquisa, transmitia as reportagens de violência de gênero – tendo a mulher como o centro de suas descrições e representações - ao mesmo tempo, em que propagava a construção de uma nova Feira de Santana, moderna e civilizada.

O recorte temporal (1970-1979), justifica-se pelo fato de definir o ano de fundação do *Jornal Feira Hoje*, 1970, como também, destacar que foi nesse período que a cidade passou por momentos de transformações nos espaços urbanos e crescimento populacional, devido à instalação do Centro Industrial do Subaé (CIS).

A delimitação final, ocorreu porque a partir de 1980 o periódico passou por uma nova roupagem, isto já começa a ser observado em 1979 onde o interesse em divulgar reportagens sobre violência doméstica apresenta uma redução, e se concretiza no ano seguinte. Pelo menos nos primeiros meses do ano de 1980, não foi encontrada nenhuma reportagem de violência de gênero. Não proponho aqui discutir o porquê dessa mudança.

Referente a abordagem de violência contra a mulher neste contexto estudado, é importante apontar que “nos anos de 70, no Brasil, a violência contra as mulheres não tinha visibilidade. Aliás, não existia essa expressão. Ela precisou ser nomeada, para que pudesse ser vista, falada e pensada” (MACHADO, 1998, p. 104), no entanto, foi a partir desse período, representado pelo movimento feminista brasileiro, que essa temática ganhou força para reivindicar políticas de enfrentamento da violência.

Ao ingressar neste Mestrado, surgiu a oportunidade de dar seguimento aos estudos, principalmente buscar identificar quem foram estas mulheres e desvelar os discursos diferenciados pelo *Jornal Feira Hoje* em relação à condição destas, referentes a sua cor ou classe social. Para isto, além das fontes jornalísticas já citadas,

utilizamos os dados estatísticos do IBGE e bibliografias que discutem a presença do negro da sociedade feirense. Estas fontes são analisadas a partir de um diálogo com uma historiografia que aborda o imaginário da cultura machista e a violência contra mulher, de forma geral. São utilizados textos que discutem relações de representação, raça e questões de gênero.

Segundo Michelle Perrot (1988), as mulheres eram silenciadas dos documentos oficiais porque neste, o mundo público, sobretudo econômico e político, era reservado aos homens. É importante salientar que este destaque era atribuído aos homens brancos que representavam os espaços de poder, e não os demais.

Ainda a mesma autora destaca que o silêncio das mulheres do povo era ainda maior, isto porque, só se falavam delas quando seus desagrados com o preço do pão, por exemplo, começaram a preocupar, ou quando geravam brigas contra os comerciantes e proprietários, advertindo subverter a ordem através da greve.

Os estudos sobre a mulher são relativamente recentes na produção historiográfica brasileira. O avanço destes se deu pelo desenvolvimento da História Social e da ênfase a “cultura”, que possibilitou o alargamento das temáticas do campo de investigação em pesquisa, onde estudo dos grupos marginalizados até então, como é o caso das mulheres, não obtiveram muita relevância nos trabalhos anteriores.

A categoria de gênero no Brasil ganha mais espaço a partir da segunda metade da década de 1980, intensificado pelo movimento feminista. Destaca-se a presença de Mary Del Priore, em seu livro *História das Mulheres no Brasil*, afirmando que:

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia da literatura. É a histórias do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram que praticaram da sua loucura, dos seus amores [...]. (DEL PRIORE, 2006, p. 7)

Destaca-se também a participação de autoras como Joan Scott (1989), Judith Butler (2003) e Henrietta Moore (1997) que desconsideraram a identidade biológica como determinante nas atribuições as mulheres, e mostraram que estas são sujeitos sociais e os valores atribuídos a elas são construídos culturalmente nas relações de poder.

As imbricações de poder são culturalmente elaboradas nas relações entre homem e mulher e se naturalizam à medida que se determinam as estruturas sociais

implantadas através dos discursos que se formam em inúmeras instituições, inclusive a família. Usarei aqui os princípios postulados por Michael Foucault (1981), para o filósofo, o poder é algo que se exerce em rede. Não existe uma entidade que centraliza o poder. Ele se exerce tanto no nível macro quanto no micro. O que há são relações, práticas de poder.

Este mesmo conceito serve para pensar a produção e reprodução de dominação de gênero, no qual busco apontar em meu arcabouço teórico. Tomo gênero como categoria analítica, constitutiva de convenções de gênero.

Alinne Bonetti (2007, p.68) define esse conceito como sendo:

O conjunto de valores e ideais relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas convenções e as suas práticas.

Compartilho da ideia de uma construção histórico-cultural-político tanto de sexo quanto do gênero. Pois, “gênero diz respeito a uma forma de conceber e de produzir conhecimento sobre o mundo social. Essa concepção de gênero, portanto, não se restringe à relação corpo biológico-sexo-gênero apesar de partir da imagética sexual”. (BONETTI, 2012, p. 5)

Esta temática passou a ser estudada com o auxílio de diversas disciplinas: a antropologia, a sociologia entre outras, ou seja, um estudo interdisciplinar e uma abordagem multirreferencial que pudesse dar conta de pensar em várias histórias antes ignoradas (história da família, história da sexualidade, etc.).

Jacque Ardoino (1998) reforça a importância da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos sociais, “as ciências humanas necessitam de explicações, ou de olhares, ou de óticas, de perspectivas plurais para dar conta um pouco melhor, ou um pouco menos mal, da complexidade dos objetos”. (ARDOINO, 1998, p. 9)

Nesta lógica, é permitido trabalhar novos olhares e resgatar a história de muitos que ficaram relegados ao silêncio – “uma história vista de baixo” (CHARTIER, 1990, p.4), frente a uma concepção exclusivista e enaltecida dos considerados grandes marcos históricos.

A respeito das raízes ideológicas da violência de gênero, podemos afirmar que estão pautadas no relevante componente do poder masculino, que ao longo da história determinou as condições de exclusão social, desigualdade de direitos e principalmente da inferiorização da mulher em relação ao homem. Nestes termos, a violência se exprime através das relações de poder. Relação essa, postulada também por Pierre Bourdieu (2007) que explica as relações de dominação que não pressupõe a coação física ocorrida entre as pessoas e que em muitos casos nem é percebida como violência.

Heleieth Iara Biovani Saffioti (1999), problematiza ao destacar que preferencialmente gênero aplica-se às relações homem-mulher. Entretanto, isto não significa que não existam outras relações diversas, a exemplo das relações de violência entre dois homens ou entre duas mulheres. Aspectos debatidos neste trabalho ao discutir outras relações de violência retratadas no JFH (homens-mulheres, mulheres-homens, mulheres-mulheres, homens-homens).

Anteriormente ao processo de seleção desse Mestrado, participei como aluna especial da disciplina Estudos Interdisciplinares de Gênero do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Experiência relevante, pois, este ambiente possibilitou a ampliação dos estudos sobre temáticas referente a abordagem de gênero, principalmente na perspectiva interseccional. Através do diálogo com autoras como Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, entre outras.

Segundo Kimberlé Williams Crenshaw (2002), o uso da interseccionalidade objetiva-se incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e inserir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos.

Jurista afro-americana, Crenshaw, foi uma das ativistas responsáveis pela construção teórica do conceito da intersecção da desigualdade de raça e de gênero. No entanto, esse termo tem “origem remota ao movimento Black Feminismo do final dos anos de 1970” (MORAES; SILVA, 2017, p. 61). Movimento que criticava a hegemonia do feminismo branco como centro das discussões, pois, o mesmo não considerava outros eixos de subordinação sofridos pelas mulheres negras, indígenas, latinas ou asiáticas, estas “estavam na vanguarda de reivindicar a inter-relação de

raça, classe, gênero e sexualidade em sua experiência cotidiana”. (COLLINS, 2017, p. 8)

Ina Kerner em: *Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo* – traz sua contribuição ao apresentar a intersecção de fenômenos de poder agindo de forma simultânea nas relações sociais.

Na atual discussão europeia, o termo “intersecções” serve como símbolo para todas as formas *possíveis* de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de “raça”, etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências. (KERNER, 2012, p. 55)

No contexto brasileiro, Luiza Bairros argumenta a importância de se analisar os vários fenômenos discriminatórios relacionados a classe, raça e gênero ocorridos de formas simultâneas e vivenciados pelas mulheres negras.

Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra. (BAIROS, 1995, p. 461)

Neste cenário, a interseccionalidade constitui-se em ferramenta teórico-metodológica para analisar as relações de poder historicamente construída através de diversas categorias como classe, gênero e raça apresentadas pelo JFH nas reportagens de violência contra mulheres oriundas dos bairros considerados mais negros da cidade de Feira de Santana.

Recorremos para este estudo, as fontes do *Jornal Feira Hoje* (1970-1979) – encontradas na Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva. Através da análise das reportagens (376 notas policiais), busquei discutir parte do contexto em que estava inserido o município de Feira de Santana no processo de modernização vigente, assim como, perceber o interesse do periódico em reforçar a cultura machista na cidade, como também, elaborar através dos registros, informações acerca dos principais

bairros com maior incidência de violência de gênero na cidade, estes de maioria negra, como o da Rua Nova, Minadouro, Baraúnas e Tomba.

Tania Regina de Luca aponta que “o estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto de pesquisa histórica” (DE LUCA, 2008, p. 118). Este objeto tem se constituído importante fonte de pesquisa para historiadores e demais estudiosos. Segundo Moscovici (1990), a imprensa é como um diário de seu tempo, cuja consulta é necessária às gerações futuras, inclusive para descobrir os mais finos estímulos da vida passada.

Partindo da premissa que todo o periódico obtém uma perspectiva de orientar o modo de produzir a notícia, de vincular as informações, de propagar ideologias e valores culturais - dessa forma, penso o jornal como um instrumento que representa as práticas produzidas em uma determinada época por grupos ou indivíduos de uma cultura dominante. Nesta perspectiva, “a representação social forma-se de acordo com interesses dos grupos e se transforma em uma máquina de fabricar respeito e submissão, um instrumento que produz exigência interiorizada”. (CHARTIER, 1990, p. 183)

Para a compreensão dos discursos produzidos pela fonte acima apresentada, a leitura da tese de doutorado de Antônio Carlos Lima da Conceição (2015) - *Metendo a colher: Os crimes passionais em Salvador (1940-1980)* – foi fundamental, pois, neste trabalho, o autor também buscou problematizar a forma como os jornais exploravam a questão de violência de gênero em suas páginas, assim como, analisar o entendimento jurídico acerca da violência e dos crimes praticados por e contra a mulher em um período de quatro décadas.

Apesar do autor não realizar um recorte racial explícito em seu trabalho, o mesmo apresentou em sua narrativa a presença destes agentes sociais e como ocorriam os discursos diferenciados em relação à classe social, e a raça dos envolvidos - conceito socialmente construído que permite compreender as diferentes relações de discriminação que envolve a cor.

Semelhantes contribuições, foram creditadas a dissertação de Mestrado de Carlos Eduardo de Albuquerque Filgueiras (2008) – *“Do ciúme ao crime”*: crimes passionais no Recife da década de vinte. O autor assim como o anterior, também

analisou a violência contra a mulher através dos jornais e dos processos crimes, apontando as estratégias dos advogados na defesa dos seus clientes sobre o argumento da “defesa da honra”.

Outra fonte utilizada foi o Censo Demográfico de 1970 e 1980 – com o objetivo de compreender o contexto político, econômico, cultural, racial e social vivenciado pela cidade neste período. Ao que se refere ao contexto racial, as informações desses dados estatísticos permitiram visualizar o progressivo aumento da população não branca na cidade de Feira de Santana no período da pesquisa. Informação relevante, pois, permitiu discutir sobre a participação da população negra na formação dessa cidade, assim como, os discursos jornalísticos alusivos a esta comunidade.

A respeito do conceito de raça, o antropologista Kabengele Munanga (2003), destaca a influência política e ideológica que a construção dessa palavra assume na sociedade, e a variações de comportamentos históricos e culturais que esse termo se apresenta em determinados países devido ao seu conteúdo etno-semântico.

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. (MUNANGA, 2003, p.7)

Segundo o mesmo autor, a ideologia racista no cenário atual é compreendida de maneira sociocultural e se abriga respaldada pela herança dos tempos do conceito de raça biológica. Surge com isto, as lutas dos movimentos sociais que irão compreender configurações de discriminação e racismos não só contra as pessoas de pele negra, mas também contra mulheres, homossexuais, ou seja, todas as formas de minorias.

Neste panorama, o trabalho de Denise Karla Santana Pinho (2009) – *Êta Rua Nova dos diabos! Representação sobre um bairro pobre na cidade de Feira de Santana*, possibilitou identificar a presença da população negra na cidade de Feira de Santana na década de 1970. Por representar um dos bairros mais negro da cidade

feirense, os discursos jornalísticos, em especial, do JFH e das rádios locais tinham o propósito de estereotipar e marginalizar a população que ali residiam. A contribuição deste trabalho ocorreu devido à possibilidade de identificar a classe social e a cor de algumas mulheres envolvidas na violência, que foram muitas vezes propagadas pelo JFH de forma sarcástica por pertencerem a bairros populares de maioria negra.

Emprego como metodologia as análises quantitativas e qualitativas que possibilitam não somente uma visualização numérica dos fatos, como também o questionamento acerca dos discursos difundidos pelo *Jornal Feira Hoje*, no período pesquisado. Estes dados quantitativos permitem a análise da propagação da cultura machista difundida pelo mencionado jornal, através da quantidade de reportagens e a maneira como o mesmo se posicionava diante do discurso da justificava da violência contra a mulher.

A respeito do aspecto discursivo avaliado nas fontes escritas, “a análise do discurso é, então, fundamental como base teórica e metodológica, pois, abrange com precisão as questões socioideológicas na totalidade dos fatos em questão”² neste caso, a linguagem obtém a função de construir comportamentos e proferir juízo de valores que condiz com os interesses ideológicos de uma classe dominante.

Segundo expõem Jonathan Chasko da Silva e Alcemar Dionet de Araújo (2017), o discurso é o lugar onde se pode averiguar a relação entre a língua e a ideologia, além de verificar como os resultados de sentidos são gerados através dos enunciados.

Eni Orlandi (1999, p.15), delibera discurso como uma expressão em movimento/dinâmico.

A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observasse o homem falando.

² GONÇALVES, Antônio Pedro. **Contribuições da metodologia da análise do discurso na prática da pesquisa histórica**. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/historia/article/view/205/207> Acesso em 04 abr. 2019.

Ao que se refere ao discurso jornalístico a análise também deve ir além do que apresenta o jornal, pois, é necessário apontar “como estão posicionados os que o escrevem e os que o leem, trabalhando sobre os dispositivos enunciativos e as formas de disponibilizar a informação” (OLIVEIRA, 2009, p. 61). Isto porque, a análise do discurso impresso se fundamenta “principalmente na linguagem utilizada, nos títulos, nos subtítulos, na página, na localização dessa matéria, no uso de entrevistas, nas fotografias, nas citações, nos gráficos, nas tabelas, nos infográficos e no conteúdo das matérias”. (IBDEM, p. 59)

A partir desses fundamentos, o estudo em questão tem como objetivo analisar os discursos jornalísticos apresentados pelo JFH no período de 1970-1979 na cidade de Feira de Santana, acerca da proposta ideológica de construção de uma urbe desenvolvida e civilizada, no entanto, apresentava também, a cultura machista de violência contra mulher, que a depender dos lugares que estas mulheres ocupavam na sociedade eram retratadas pelo periódico de forma estereotipada e marginalizada.

Direciono a compreensão referente a prática do discurso a partir do pensamento de Foucault (2009), ao analisar o discurso como uma prática historicamente construída em um determinado espaço e tempo definido, por uma sociedade que edifica seus valores e suas regras de poder. E esse discurso “é uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata”. (p. 52)

Essa linha de pesquisa segue o caráter qualitativo-interpretativista, “que estuda o objeto de investigação em seu contexto natural na tentativa de dar sentido aos fenômenos levando em conta os significados que as pessoas lhe atribuem [...]”. (SILVA; ARAÚJO, 2017 p. 20)

Esta metodologia “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real, o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 1991, p. 79), fazendo com que o sujeito-observador se transforme em parte integrante do conhecimento. E possibilita também, uma análise mais contextualizada e problematizada dos fatos apresentados.

O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos, o primeiro “*Feira Hoje chegou aos seus leitores*”: *O papel ideológico do jornal*, discuto a formação do Jornal Feira Hoje, destacando os principais dirigentes e as relações destes com os discursos de industrialização da cidade na década de 1970, a interlocução do periódico com o

Regime Militar e a problematização acerca do não acesso das camadas populares de Feira de Santana ao ideário de modernização propagado pela elite local.

O segundo, *Princesa negra do Sertão*, proponho desconstruir a imagem de uma Feira de Santana “branca”, para isto, abordamos o conceito de raça, a presença do negro na historiografia feirense, o contexto histórico da cidade, destacando a população de Feira de Santana na década de 1970, período de urbanização, conseqüentemente analisamos os principais bairros considerados mais negros, a exemplo do bairro Rua Nova, discutindo a relação imposta entre a violência e a cor, com o intuito de analisarmos os bairros com maior incidência de violência.

No terceiro capítulo, *A representação da violência contra a mulher no Jornal Feira Hoje*, analisamos o conceito de gênero, interseccionalidade e violência, com o propósito de problematizar a relação de poder historicamente construída em nossa sociedade. Destacamos os principais bairros com maiores ocorrências de violência, entre eles o de maioria negra, os discursos jornalísticos referentes a estes bairros, a relação entre o contexto político da época e as divulgações dessas manchetes, bem como a ausência da problematização do Jornal acerca das reportagens de violência contra as mulheres no período em questão.

O capítulo intitulado, *O contexto da violência de gênero propagado pelo Jornal Feira Hoje*, apresentamos a conjuntura da violência retratada através de informações referente a categorização dos agressores segundo o sexo, os motivos que geravam os atos violentos, os tipos de violência mais comuns e os instrumentos mais utilizados.

Sem o propósito de esgotar a temática de gênero, este trabalho apresenta possíveis debates acerca da representação da violência na perspectiva da relação de gênero, através da problematização dos discursos apresentados nas páginas do *Jornal Feira Hoje* na década de 1970 em Feira de Santana. Neste sentido, pretende-se contribuir para as discussões presentes na historiografia feirense, e por extensão, a baiana e a brasileira.

CAPÍTULO 1- “FEIRA HOJE CHEGOU AOS SEUS LEITORES”: O PAPEL IDEOLÓGICO DO JORNAL

1.1 A ORIGEM DO JORNAL

Em 1970 foi criado o *Jornal Feira Hoje*, sua primeira publicação ocorreu no dia 05 de setembro, com circulação aos sábados³. A materialização desse periódico foi motivada pelos discursos que buscavam a implantação de um jornal que atendesse as necessidades de uma urbe em processo de desenvolvimento, e apesar da cidade possuir o jornal mais antigo em circulação na Bahia – o *Jornal Folha do Norte*⁴ – era propagado que Feira de Santana, a maior cidade do interior baiano, ainda não possuía um tabloide.

Corria o ano de 1970. Havia uma pergunta em cada boca: por que Feira de Santana não tem um jornal? É a maior cidade do interior da Bahia, desenvolvendo-se, e ainda não possui um jornal? Pergunta também que se fazia um grupo de pessoas que um dia pensou que chegara a hora de se dar o primeiro passo para tal realização. Não foram poucas noites e nem poucos encontros que motivaram Raimundo Gama, Raimundo Pinto, Luís Almeida, José Carlos Teixeira, Hélder Alencar e Egberto Costa, discutindo o assunto. Primeiro era descobrir um local, em Salvador, para fazer a impressão dos primeiros números, já que faltava dinheiro para adquirir uma oficina. Foi aí que se descobriu Dimpino Carvalho e sua Climape. De onde saiu o primeiro número do jornal e por dois anos ele chegara as bancas uma vez por semana. [...] (Doze anos de imprensa livre. *Jornal Feira Hoje*, Bahia. 05/09/82 p. 2)

Negar a existência de outro jornal na cidade era de algum modo, tentar construir algo que representasse o “novo”, o moderno, um emissário direto dos discursos da modernização industrial da cidade. Na sua estreia, o jornal procurou desde o início demonstrar a sua intenção em produzir uma ideia de progresso, de desenvolvimento em uma nova cidade que se constrói urbana. “Influenciando, de certa forma, o

³ Ver reportagem do *Jornal Feira Hoje* (*Jornal Feira Hoje*, Bahia, 05/09/70, p. 2)

⁴ Foram poucos os jornais que circulavam em Feira de Santana. O pioneiro foi o *Feirense*, fundado em 1862 (extinto). Até meados do século XX, os jornais da cidade tiveram curta duração, alguns chegaram a circular menos de um ano. O único bem-sucedido foi o *Feira do Norte*, primeiro noticiário impresso da Bahia, fundado em 1909. Na década de 1970, destacavam-se três jornais na cidade: o *Folha do Norte*, o *Feira Hoje*, ambos locais e o *A Tarde*, estadual. Mais informações ver: SANTOS, Alane Carvalho. **Desenvolvimento, Civilização e Modernidade: O sonho da industrialização em Feira de Santana**. Disponível em: <https://www.klepsidra.net/klepsidra15/feira.htm>. Acesso em 13 abr. 2018.

comportamento da sociedade feirense, pelo menos de alguns grupos” (MOREIRA, 2010, p. 9).

Surge mais um órgão de imprensa em nossa cidade. Com propósito dos mais sérios. Com disposição de lutar pelo desenvolvimento de Feira de Santana. Aqui estamos trazendo a nossa parcela de colaborar a “Feira Hoje”. A partir dessa semana, todos os sábados nós teremos este encontro com os leitores feirenses. Comentando, informando, notificando, opinando, fazendo jornalismo moderno e atuante (JORNAL FEIRA HOJE, Bahia, 05/09/70, p. 2)

O periódico registrou a sua inauguração como um marco histórico para a cidade. Destacou a participação de religiosos, autoridades políticas e populares em seu evento, com o propósito de reforçar a ideologia de uma nova era na cidade, como também, escrever a história dos grandes acontecimentos.

“Feira Hoje” Foi Bem Recebida - Recebido com voto de confiança por toda a população de Feira de Santana e dos outros municípios onde circula, o Jornal Feira Hoje inaugurou suas instalações no último sábado, com a presença de autoridades locais e grande número de populares. A circulação do Jornal foi iniciada às 10 horas do último sábado sendo grande o número de pessoas que se aglomeravam nas bancas para conseguir o seu exemplar. **Solenidades** - As solenidades tiveram início às 11:30 horas, quando o Frade Aureliano de Grottamare benzeu as dependências do novo órgão de imprensa, após o que, o Diretor Luiz Almeida usou da palavra, falando dos objetivos do jornal todos voltados para a luta pelo desenvolvimento de Feira de Santana e da região. A seguir usaram da palavra o Sr. Adessli Guimarães, representante do Prefeito Municipal, o Deputado Federal Wilson Falcão e o Presidente da Câmara de Vereadores, José Ferreira Pinto e José Falcão da Silva. A seguir foi oferecido um coquetel aos presentes, patrocinado pelas empresas Ciquine, Altiva e Paturi. No mesmo dia, FEIRA HOJE foi lançado nas cidades de Santo Estevão, Serrinha, Santa Bárbara, Tanquinho, Riachão de Jacuípe e Anguera. (Jornal Feira Hoje, Bahia, 12/09/70 p. 9)

Observa-se que os representantes políticos relatados eram homens e o “grande número de populares” aparecem como figuras invisibilizadas. Os silenciados da história, a exemplo das mulheres que não são citadas no cenário político da cidade e muito menos no corpo editorial do referido periódico, serão representadas pelo Jornal, segundo Alyne Moreira (2010, p.9) “[...] de ‘forma engraçada’, ‘normal’, corriqueira, no mesmo momento em que propagavam as ideias de desenvolvimento industrial, de modernização e civilização de Feira de Santana [...]”.

Segundo Rachel Soihet (1997) para que se obtenha informações sobre as mulheres é preciso “rastrear o feminino”, isto porque, devido à “escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos

grandes problemas enfrentados pelos historiadores” (p. 295). A autora reitera afirmando que:

Em contrapartida, encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinados quem são as mulheres e o que devem fazer. Daí a maior ênfase na realização de análise visando a captar o imaginário sobre as mulheres, as normas que lhe são prescritas e até a apreensão de cenas do seu cotidiano, embora à luz da visão masculina. Nos arquivos públicos sua presença é reduzida. Destinada à esfera privada, as mulheres por longo tempo estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subsequentes. Fala-se das mulheres, sobretudo, quando perturbam a ordem pública, destacando-se, nesse caso, os documentos policiais, aliados aos processos criminais. Constituem-se numa fonte privilegiada de acesso ao universo feminino dos segmentos populares, inclusive através dos seus próprios depoimentos. **Também os jornais não devem ser esquecidos.** (IDEM) (grifo meu)

A utilização das fontes jornalísticas como objeto de estudo nas produções historiográficas são relativamente novas, ainda que este avanço venha mudando exponencialmente. Segundo De Luca (2008) era pequeno o número de trabalhos até a década de 1970, que utilizavam jornais e revistas como fontes para o conhecimento da história do Brasil. Isto porque o peso das ideias positivistas propagadas no século XIX e início do século XX ainda referenciava a “busca da verdade dos fatos” através de documentos oficiais, no qual só privilegiavam as fontes administrativas, diplomáticas e militares, acreditava-se que nessas esferas estavam a “verdade”, por isso “[...] deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo.”(p. 112) Nesses termos, as fontes jornalísticas não eram vistas como documentos adequados para serem utilizados, devido suas características subjetivas, como aponta a autora:

[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (DE LUCA, 2008, p. 112).

A partir dos movimentos dos Annales foi possível a utilização desse instrumento, no intuito de ampliar novas possibilidades de abordagens e análises historiográficas, antes ausentes do campo da História – como temáticas sobre as

mulheres, as crianças, cotidiano, morte, entre outros. Porém, é importante apontar que “apesar de um significativo reconhecimento da imprensa como fonte de pesquisa por essa Escola, o reconhecimento de fato só ocorreria pela intermediação da terceira geração dos Annales”. (DE LUCA, 2008, p. 113)

A partir desse período, novos enfoques a exemplo de estudos sobre a violência contra a mulher, passaram a ser discutidos no âmbito da historiografia. Nestes termos, pretende-se problematizar os discursos realizados pelo *Jornal Feira Hoje* referentes às imagens das mulheres vítimas de violência relatados em seu periódico entre 1970 e 1979 na cidade de Feira de Santana. Porém, é necessário antes, analisar o papel ideológico e o discurso desse jornal no contexto pesquisado.

Compreende-se ideologia como um instrumento de dominação que age por intermédio do convencimento da persuasão em prol de interesses políticos, econômicos, sociais, culturais. De acordo com a perspectiva marxista, este conceito representa os valores ideológicos que os seres humanos construíram segundo as suas condições materiais de existência. Com o objetivo de manter o status dos donos dos meios de produção em detrimento dos proletários, desprovidos da propriedade privada.

Paul Ricoeur (1977) atribui à ideologia o papel de mediadora na relação social, na conexão do grupo a função de dominação em que o conceito de ideologia está ligado aos aspectos hierárquicos da organização social, cujo o aparelho de autoridade decodifica e justifica; e, o caráter deformador que nos faz “tomar a imagem pelo real, o reflexo pelo original”. (p.75)

Foucault (1980 apud GORE, 2011, p. 10) aponta que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro.

Através do discurso jornalístico o JFH propagou ao longo da década de 1970 ideias relacionadas ao progresso e desenvolvimento industrial respaldada pelos interesses de uma elite política obstinada em construir uma atmosfera de crescimento

para a cidade feirense, que buscava transformar em pouco tempo uma cidade com forte característica comercial em uma nova e civilizada urbe industrializada.

Nestes termos, penso o caráter ideológico do discurso propagado pelo JFH através do olhar postulado por Foucault ao debater o discurso sob um método discursivo, sempre em sua realidade, através de:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições da função enunciativa. (FOUCAULT, 1973, p. 97)

Para compreendermos melhor o cenário que propiciou a construção do referido jornal, analisaremos o contexto político local.

Com o golpe militar de 1964, o prefeito Francisco Pinto é cassado e substituído pelo presidente da câmara de vereadores Joselito Amorim, membro do partido União Democrática nacional (UDN). “Assim como nacionalmente, em âmbito feirense o golpe desarticulou a maior parte dos setores mobilizados que pressionavam por reformas democratizantes na estrutura político-social” (MONTEIRO 2007, p. 4). E contribuiu para o sustento da hegemonia das classes dominantes locais, na qual propagavam ideias de desenvolvimento industrial na cidade.

[...] é justamente no transcurso da gestão de Joselito Amorim (1964-1967) que a industrialização de Feira de Santana aparece enquanto alternativa com possibilidades de aproveitamento político local. O próprio J. Amorim é tido como um dos primeiros a pensar a possibilidade de um parque industrial em Feira de Santana, mas é a organização do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS), em 1965, que representa um elemento decisivo na afirmação do projeto político de modernização industrializante feirense. O CIFS expressa a consolidação de uma organização autônoma de parte da classe industrial feirense e, portanto, uma ampliação da capacidade de ação política dessa fração das classes dominantes locais. (MONTEIRO, 2007, p. 4)

Segundo informações sobre a história do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS)⁵, a cidade no período pós 1964 foi incluída também na Zona de Segurança Nacional, no qual impedia eleições diretas para prefeito – cabia aos governadores a indicação dos seus representantes municipais. “Graças à participação

⁵ Histórico do Centro das Indústrias de Feira de Santana. Disponível em: <http://www.cifs.com.br/historico.php>. Acesso em 19 abr. 2018.

efetiva dos dirigentes industriais, o município saiu dessa condição e pode fazer eleições”⁶.

O primeiro processo eleitoral do município sob o regime ditatorial teve como resultado a eleição de João Durval Carneiro, membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que instituiu a industrialização de Feira de Santana como tônica de sua campanha eleitoral (MONTEIRO, 2007, p. 5).

Os interesses desses dirigentes em materializar a construção de um parque industrial na segunda cidade mais importante do Estado da Bahia, influenciou diretamente o cenário político da cidade, fazendo com que a urbe obtivesse uma certa “autonomia” nas escolhas de seus governantes, através de eleições diretas.

O prefeito João Durval Carneiro foi o representante do executivo no período da inauguração do *Jornal Feira Hoje*, e na página dedicada a sua fundação, também cumprimentou a “jovem imprensa feirense”, reafirmando o discurso da propagação do desenvolvimento como principal meta a ser alcançada para a cidade. Autoridade esta que será considerada a figura histórica diretamente vinculada as ideias de modernização de Feira de Santana⁷.

Mensagem - A prefeitura Municipal de Feira de Santana, no ensejo do surgimento de um novo órgão de imprensa nesta cidade, congratula-se com os jovens que estão à frente do empreendimento, ao mesmo tempo em que faz votos de que esse jornal seja mais uma tribuna onde estarão sempre em debate os mais graves problemas da comunidade, cujas soluções conduzam à meta do desenvolvimento. (João Durval Carneiro – Prefeito, *Jornal Feira Hoje*, Bahia, 12/09/70 p. 9)

A mensagem de boas-vindas transmitida ao *Jornal Feira Hoje* pelo prefeito João Durval emissário e condutor de um plano de modernização local, sinaliza a relação política e ideológica que tinha com os fundadores do periódico. Durval, aliou-se aos “grandes figurões da intelectualidade formal e orgânica da cidade como a dos jovens editores do *Feira Hoje*, que se assumira como fruto das novas necessidades da modernização da cidade” (CORRÊA, 2011, p. 108).

⁶ *Idem*.

⁷ A obra de Raimundo Pinto - Pequena história de Feira de Santana faz uma apologia a João Durval Carneiro como autor da industrialização local, a imagem do ex-prefeito tem como lema “Este é João Durval O Prefeito que mais trabalhou para industrializar Feira”. Ver: Pinto (1971, *apud* MONTEIRO, 2009)

Ainda segundo o autor houve no governo de João Durval uma consolidação da sua imagem como um grande prefeito por conta dos projetos de desenvolvimento da cidade e outro da ditadura, no qual as agitações sociais desapareciam no dia-a-dia para dar lugar a um imaginário político de desenvolvimento que mascarava os problemas sociais, em detrimento da busca pela legitimação do ideal democrático, mesmo em um governo militar.

Isto porque, “a democracia estava presente no discurso das classes dominantes organizadas na ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Esta teria sido salva pela “revolução”, e deveria se perpetuar sob comando dos golpistas de 1964” (MONTEIRO, 2007, p. 66). João Durval, como representante desse discurso, foi considerado o mais “democrático” político daquele período, pois conseguia dialogar com a classe operária, evitando conflitos, e, ao mesmo tempo, atender os interesses das classes privilegiadas no processo de modernização da cidade.

A gestão de João Durval Carneiro ocorrida entre (1967-1971) caracterizou-se pelos empenhos do executivo municipal em designar as condições “políticas, administrativas, econômicas e infraestruturais” que garantissem a consolidação de um parque industrial em Feira de Santana. Um ano após o início da sua gestão, “em 1968 foi publicado o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana (PDLI)⁸: constituindo-se enquanto o fundamento teórico e programático para Feira de Santana dar os “passos largos para alcançar a sua industrialização”. (MONTEIRO, 2007, p. 5)

O seu governo foi marcado pela “implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS)⁹, a realização de obras públicas para higienização e reorganização espacial da cidade, como a construção do bairro Cidade Nova” (CORRÊA, 2011, p. 12), primeiro Conjunto Habitacional construído longe do centro urbano e executado através do projeto do Banco Nacional de Habitação (BNH)¹⁰.

⁸Plano que buscou projetar o desenvolvimento econômico da cidade através da “a oferta de serviços básicos e organização do espaço físico, facilidades de transporte e comunicações e localização apropriada, dotada de infraestrutura constituem o melhor incentivo à instalação de indústrias”. Ver: PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana. Feira de Santana: COPLAN, 1968, p. 154.

⁹ Parque industrial de Feira de Santana criado em 1969.

¹⁰ O Banco Nacional da Habitação foi uma empresa pública brasileira, sediada em Brasília, e era voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários, no período do Governo Militar.

Esse período histórico foi marcado por dois outros acontecimentos “fundamentais para entender a articulação local do processo de industrialização feirense da década de 1970 do século XX: a implantação da filial da NORSUL¹¹ na cidade e o início da publicação do Jornal Feira Hoje” na perspectiva de Monteiro (2007, p. 5).

Tomando o referido jornal como fonte central para compreender o processo de edificação do discurso modernizador da cidade, porém, não negligenciando outro agente, a NORSUL - um dos responsáveis por financiar o CIS, é necessário descrever e problematizar a relação direta que os editores obtiveram ao longo da década de 1970 com os representantes políticos e industriais de Feira de Santana.

1.2 OS PRINCIPAIS DIRIGENTES DO JORNAL FEIRA HOJE E AS RELAÇÕES DESTES COM O CENTRO INDUSTRIAL DE FEIRA DE SANTANA

Os primeiros dirigentes do *Jornal Feira Hoje* foram Luiz Almeida (Diretor) e José Carlos Teixeira (Redator-chefe). Ambos não permaneceram por muito tempo “não foi possível encontrar informações mais específicas sobre a trajetória de ambos, mas nos dois casos a desvinculação do periódico, ao que parece, implicou na saída de Feira de Santana” (MONTEIRO, 2009, p. 108).

Na sequência os diretores, Egberto Tavares Costa e Hélder Alencar estiveram ligados a ideia de modernização da cidade “embora não apresentassem vínculos diretos com os dirigentes industriais locais” (MONTEIRO, 2009, p. 108). O primeiro foi membro do Rotary Clube¹², uma organização que se posicionou favoravelmente a institucionalização dos interesses industrializantes locais e do capital.

A chegada do Rotary Club na década de 40 em Feira de Santana coincide com a atuação dos empresários no sentido de diversificar suas atividades

¹¹ NORSUL - Serviços Técnicos de Economia e Finanças LTDA – teve a função de intermediar o capital extra local - de grandes grupos empresariais nacionais e internacionais - assim como também assessorar a captação de recursos, principalmente de fundo público, para uma parte dos investimentos realizados no CIS. (MONTEIRO, 2007)

¹² Primeira organização de clubes de serviço no mundo, fundado em 1905 por Paul Percy Harris, um advogado de Chicago, e mais 3 amigos de diferentes profissões – engenheiro de minas, comerciante de carvão e alfaiate. Implantada na cidade de Feira de Santana em 27 de outubro de 1941, organização que também compactava com as ideias de industrialização. Disponível em: <https://www.rotaryfeira.com/rotary>. Acesso em 19 abr. 2018.

econômicas vinculando-se, num primeiro momento, a uma industrialização incipiente e pouco qualificada mas que a partir da década de 60, após o golpe civil/militar, passa a receber diversos incentivos de aparelhos de hegemonia como o CEDIN (financiado por capital externo) e SUDENE servindo também como elo de articulação entre o capital nacional e internacional que passam a instalar indústrias na cidade.(VALENTE, 2011, p. 10)

O segundo compôs o secretariado da gestão de Joselito Amorim e atuou como colunista da Folha do Norte. Destacam-se os outros sócios fundadores que tiveram não somente relação com a política local, como também, ligação direta com os dirigentes industriais. São eles: Raimundo Pinto, Raimundo Gama, Dímpino Carvalho e Alfredo M. Falcão. (MONTEIRO, 2009)

Raimundo Pinto, além da direção do referido jornal, também acumulou experiências como secretário de Educação Municipal entre outros cargos que ocupou na gestão de João Durval Carneiro. Mas no que se refere a indústria, ele contribuiu com a direção do Centro de Desenvolvimento Industrial (CEDIN), como aponta Monteiro (2009, p. 108-109):

A primeira das conexões a ser destacada foi sua inserção na gestão João Durval Carneiro, cujo último ano, 1970, marcou o surgimento do Feira Hoje. Raimundo Pinto ocupou cargos de alta direção nessa administração: secretário de Educação, assistente do prefeito e secretário de Administração. Obviamente, é coerente pensar que ao ter ocupado essas posições na articulação política dessa gestão se envolveu, diretamente, na construção das condições de encaminhamento político de diferentes medidas industrializantes promovidas no período. Além disso, a partir de 1971, integrou a chefia do Centro de Desenvolvimento Industrial (CEDIN), mantendo-se com trânsito intenso pelos meios industriais locais, cuja direção geral cabia ao ex-prefeito João Durval Carneiro.

Ao que se refere a Raimundo Gama “ocupou diferentes cargos na condução do Feira Hoje, tais como diretor, membro do conselho diretivo e diretor superintendente, também esteve presente em diferentes grupos de trabalho e comissões internas do CIFS. Permaneceu “na direção do jornal até o início da década seguinte, quando a partir desse ano, os vínculos, inclusive econômicos, entre dirigentes do CIFS e Feira Hoje se intensificaram”. (MONTEIRO, 2009, p. 112)

Dímpino Carvalho assim como o anterior também obteve importante participação como representante dos interesses da indústria local. Foi indicado em 1970 para compor o Conselho deliberativo do CEDIN, atuou também, ao longo de

toda a década como ativo associado do CIFS¹³. “Em relação ao Feira Hoje, Dímpino Carvalho foi diretor do jornal até 1975, ao que parece, quando deixou também de ser sócio proprietário do periódico” (MONTEIRO, 2009, p. 112)

Em 1975 a direção do jornal passa a contar com a administração de José Olympio Mascarenhas, Carlos Falcão e Alfredo M. Falcão. O último exercia no mesmo período a presidência do CIFS, primeira formalização de uma ostensiva atividade como dirigente industrial. Sobre este dirigente, em específico, Monteiro (2007, p.6) argumenta que:

O Feira Hoje ocupou um lugar orgânico na viabilização do projeto de modernização industrializante em Feira de Santana inclusive pelo fato da Editora Jornal Feira Hoje LTDA ter sido dirigida nos anos 70 por Alfredo Muller Falcão, um dos principais dirigentes do CIFS no mesmo período. A própria Editora Jornal Feira Hoje pertencia à S/A Falcão Empreendimentos LTDA, ligada à família Falcão, fundadora do Centro das Indústrias de Feira de Santana.

As relações entre os editores do *Jornal Feira Hoje* e o Centro Industrial de Feira de Santana estiveram ao longo da década de 1970 bastante articuladas. Os discursos propagados pelo periódico contribuíram para construção de um cenário favorável aos interesses de uma minoria dominante responsável pela difusão dos ideais de mudanças na cidade - que não mais se adequavam as características relacionadas aos “atrasos” – ligados exclusivamente as práticas comerciais. Ou seja, Feira de Santana não poderia mais fugir do seu destino: a industrialização.

Membros da indústria, ou seja, “parte da classe dominante local” (MONTEIRO, p. 7) saudaram o surgimento da “jovem imprensa feirense”, que muito iria servir como aliada nas propagações ideológicas de desenvolvimento e modernização da cidade.

Quando o município caminha a passos largos para alcançar a sua industrialização, marcando o surgimento de uma nova era, o Centro das Indústrias de Feira de Santana, participante ativo dessa era nova, saúda o jornal Feira Hoje, que vem se integrar na luta de todos pelo desenvolvimento. (Jornal Feira Hoje, Bahia 12/09/70 p. 2)

Nessa perspectiva, nota-se que os discursos do “novo”, do “progresso”, do “civilizado” foram utilizados como mecanismos para reforçar as práticas sociais dominantes no cenário local. Segundo Chartier (1990, p.179):

¹³ CEDIN I. Indústria e Negócios [Coluna]. (Jornal Feira Hoje, Bahia, 24/07/71, p. 4)

A construção de identidades sociais resulta sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma

Portanto, o *Jornal Feira Hoje* tinha como papel principal auxiliar na construção da atmosfera de uma cidade em processo de desenvolvimento.

1.3 A INTERLOCUÇÃO DO FEIRA HOJE COM O REGIME MILITAR

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi caracterizada pela censura à imprensa, às manifestações populares e por imposições à liberdade de expressão. Nesse período de tensão, algumas empresas de comunicação apoiaram o golpe pois, compactuavam com a ideia de que o governo militar tinha o papel de livrar o país da ameaça comunista e manter a ordem. O objetivo dessa imprensa era propagar a obediência à lei, representado neste contexto pelo regime, como apontou o texto do JFH sobre o papel da imprensa:

[...] A leveza das afirmações demonstra ignorância da grave responsabilidade de informar. E uma consequência próxima disto é o círculo vicioso que se estabelece no mútuo condicionamento de comunidade e imprensa mantidas no padrão menor, sem condição de discernimento e decisão, quando o verdadeiro papel da imprensa é, mesmo com sacrifício do sucesso, aprimorar os padrões de conduta, a cultura, a confiança, o auto-respeito da comunidade e o respeito às leis. Neste ponto, onde a imprensa contribua para o respeito à lei, de cuja realidade intrínseca ninguém pode duvidar, nós a relacionamos com a liberdade. Cremos que apenas as nações que respeitamos as leis podem amar e usufruir a liberdade. O espírito de liberdade, o convencimento de que ser livre é obedecer aos preceitos legais, indispensáveis à coexistência social. O que bem ressalta que a liberdade na imprensa, não é o despautério, a irresponsabilidade, a mentira, que seria o direito de cada qual fazer o que entende, mas, pelo contrário, a liberdade há de ser o respeito e a inelutável obediência da lei. Tão só no respeito à lei é possível encontrar um ambiente de liberdade de decisão, de pensamento, de criatividade sem ser preciso recorrer a outra garantia qualquer [...] (A Imprensa, *Jornal Feira Hoje*, Bahia, 05/09/70 p. 6)

Observa-se que o *Jornal Feira Hoje* defendia o regime militar. Só uma imprensa favorável ao regime traria um discurso de liberdade em um contexto de repressão, como este periódico fez neste texto. O jornal relacionou “respeito à lei” a “obediência”, e afirmou que o “espírito de liberdade, obedecem aos preceitos legais, indispensáveis à coexistência social” e “que a liberdade na imprensa, não é o despautério, a

irresponsabilidade, a mentira, que seria o direito de cada qual fazer o que entende, mas, pelo contrário, a liberdade há de ser o respeito e a inelutável obediência da lei”. Ou seja, a lei é o próprio sistema repressivo, e a liberdade aqui é tratada como sinônimo de obediência ao regime militar que oprime e mata aqueles “irresponsáveis”, “mentirosos” por possuírem ações subversivas ao aparelho de dominação.

Lembra, que alguns utilizam a imprensa para divulgarem informações que vão contra as normas estabelecidas, e este não é seu papel, pois, dessa forma estaria traindo a lei e, conseqüentemente, provocando a desestrutura dos princípios de controle do governo que apoiava. Ele como órgão de imprensa local não estava sozinho nesse processo, pois “o Jornal Folha do Norte¹⁴ e o Jornal Situação [...], eram fornecedores de quadros e pontos de referências dessa busca de enquadramento de uma memória positivada do golpe e das gestões pós-golpe da UDN/ARENA” (CORRÊA, 2011, p. 82).

O Jornal Feira Hoje surgiu em um cenário histórico marcado no país pela prática de vários Atos Institucionais que puseram em execução a censura, a supressão de direitos constitucionais, a perseguição política, a ausência de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar. A liberdade de expressão era quase inexistente. Partidos políticos, sindicatos, agremiações estudantis e outras organizações representativas da sociedade foram abolidas ou sofreram interferência do governo. As manifestações artísticas e os meios de comunicação foram reprimidos pela censura.

Inserido nesta conjuntura, o posicionamento político do *Jornal Feira Hoje* era de apoio ao regime militar, e o fez mesmo apontando em seu discurso a sua imparcialidade diante da política feirense. Podemos observar essa análise através da reportagem sobre a vitória de Newton Falcão (1971-1973):

O povo feirense, através de eleição direta transcorrida na mais absoluta normalidade, escolheu o seu futuro prefeito na pessoa do Sr. Newton da Costa Falcão. Apesar da nossa neutralidade no leito, nada nos impede de agora reconhecer que, dentro da opção oferecida ao eleitorado, a preferência popular foi acertada e demonstrou maturidade política. É difícil acreditar que, se eleito alguém da oposição, êste enfrentaria grandes obstáculos junto aos governos estadual e federal, com grandes prejuízos para a próxima administração municipal. As conseqüencias não seriam tão desastrosas como disseram os arenistas durante a campanha. Não há dúvida, todavia,

¹⁴ O jornal Folha do Norte defendeu e definiu a ditadura “como a própria preservação da democracia”, de acordo com seu discurso disseminou que se não fosse a “revolução” de 31 de março, ela, a “democracia”, seria tirada “pelos trabalhadores e o governo sindicalista de Goulart na presidência da república e com Chico Pinto na prefeitura de Feira de Santana” (CORREA, 2011).

que será melhor para o interesse desta comunidade que haja boas relações do prefeito com o chefe do executivo estadual. [...] Sabe-se que o prefeito eleito já possui as metas principais que dará ênfase no seu governo: esgotos sanitários, instalação do Centro Industrial do Subaé e Universidade. Mesmo já tendo definido os seus mais importantes objetivos, uma administração moderna não pode dispensar o plano detalhado da sua execução. (Nôvo prefeito. *Jornal Feira Hoje*, Bahia 21/11/1970, p. 2.)

Apesar de afirmar sua “neutralidade” diante da escolha do novo prefeito, ficou explícito através do seu discurso o que o jornal defendia e propagava a industrialização da cidade - para tanto, precisava do apoio dos governos estadual e federal para que as propostas de desenvolvimento de fato saíssem do papel, pois segundo o jornal, o apoio dessas instâncias era fundamental para a cidade.

Conforme Audálio Dantas (2014) houve uma participação da mídia jornalística impressa nos acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 e contribuiu de maneira decisiva para a implantação da ditadura que dominaria o país por 21 anos. Por sua vez, Bruna de Oliveira Andrade (2015, p.2) aponta que certos veículos de comunicação eram favorecidos:

Censores faziam com que revistas, jornais e novelas fossem rapidamente liberados. Isso demonstra que alguns importantes veículos possuíam privilégios, o que faziam com que estivessem sempre no topo do mercado editorial da época.

Dantas (2014) discute a relação dúbia que alguns proprietários de jornais faziam para permanecer no mercado devido à forte censura que sofriam, muitos tiveram que fechar as portas. Outro de fato “deliberadamente manipulava informações a seu favor, manifestando-se contra o Regime Democrático”. (ANDRADE, 2015, p. 2)

Os donos dos jornais atravessaram o período da ditadura fazendo um jogo dúbio em que as cartas eram, na maioria das vezes, favoráveis ao regime. A maioria fez autocensura ou fingiu uma mais que suspeita neutralidade. Alguns, como nos casos de *O Estado de S. Paulo* e do *Correio da Manhã*, reagiram aos “desvios” autoritários dos militares, mas a maioria silenciou, não apenas por temor de represálias, mas por apoiar os desmandos da ditadura. (DANTAS, 2014, p. 14)

Na Bahia também houveram veículos da imprensa ligados as instâncias políticas, os mais conhecidos foram “os jornais *A Tarde*, *O Diário de Notícias*, o *Estado da Bahia* e o *Diário da Bahia*” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 26). No entanto, destaca-se

aqueles que foram de contra ao sistema militar, a exemplo do *Jornal da Bahia*, que segundo João Falcão (2006), era um jornal autônomo livre de imposições partidárias e políticas. Seu corpo técnico foi formado por jornalistas novos e idealistas vindos do PCB.

Mesmo com a censura, o *Jornal da Bahia* seguiu sua linha independente, e com a nomeação de Antônio Carlos Magalhães para “governador biônico” do estado da Bahia o periódico sofreria intensa perseguição. Os noticiários, quando preciso, faziam crítica à administração do governador, que queria dos veículos de imprensa apoio incondicional. Por não se sujeitar aos caprichos do governador baiano, Antônio Carlos Magalhães tornou-se inimigo implacável do jornal, tentando, de todas as maneiras, o seu fechamento. O *Jornal da Bahia* recebeu apoio nacional e internacional para enfrentar esta perseguição e, depois de anos de luta, encerrou suas atividades em fevereiro de 1994. (FALCÃO, 2006, p. 11)

O *Jornal Feira Hoje* surge seis anos depois do golpe militar de 1964 e trouxe em seus discursos, propostas de desenvolvimento industrial em um contexto de propagação do “milagre econômico”. Em suas páginas além de apresentar informações, anúncios, propagandas, traziam também “Notas militares” - um espaço de informações a respeito de transferências, aniversários, premiações e honrarias de militares da cidade e região conforme é possível observar no excerto, a seguir:

Novo Sub. Comandante – Assumiu o Sub. Comandante do 35ºBI – Batalhão de Infantaria, sediada nessa cidade, o Major Hélio da Silveira, militar que há muito serve naquela unidade e que substituiu o Major Osvaldo Ferreti da Costa, transferido para o QG da 1ª RM.

Divulgação de aniversários - No último dia 24 completou idade nova o Cel. Aldo Lins Marinho, que na oportunidade recebe colegas e amigos para comemorar.

Honrarias - Agraciados com “Medalhas Militares” e “Medalhas do Pacificador” por ato Ministro do exército o Capitão Arlindo Barbosa e o 1º Ten. R2 Arnaldo Saback de Oliveira, respectivamente, pessoas da sociedade feirense. (JORNAL FEIRA HOJE 05/09/70 p. 6)

Em um período de repressão os jornais favoráveis ao regime militar, a exemplo do *Jornal Feira Hoje*, tiveram a função de construir uma imagem favorável ao sistema, colocando-o como principal responsável pelo controle da ordem e o propulsor do desenvolvimento econômico do país, realizado através da política conduzida pelo que ficou conhecido como “milagre econômico”, ferramenta responsável pela propagação ideológica da industrialização na cidade. Este pensamento se confirma no instante que o tabloide se mostra favorável a vinda do presidente Ernesto Geisel¹⁵ à Feira de

¹⁵ Um memorando secreto da CIA datado de 11 de abril de 1974, revela que o general Ernesto Geisel, presidente do Brasil entre 1974 e 1979, sabia e autorizou a execução de opositores, os chamados "subversivos", durante a ditadura militar. O documento foi elaborado pelo diretor da CIA entre 1973 e 1976, William Egan

Santana com proposito de “colocar” a cidade feirense nos trilhos do desenvolvimento industrial.

Em 14 de maio de 1976, um marco da nova história que estava se construindo em torno da cidade calçado, sobretudo nessa atmosfera do progresso e da modernidade ganha um novo alento quando o Presidente da República, Ernesto Geisel, vem pessoalmente a Feira de Santana inaugurar a indústria Pneus tropical. O clima de euforia e o impacto social era evidente. Desde o dia 11 de maio, existia uma movimentação entre os políticos, o serviço de segurança e as entidades de classe para assegurar uma boa estadia ao então presidente. Representantes da Associação Comercial, Centro das Indústrias, Clube de Diretores e Lojistas, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem da Bahia, Coordenadoria Regional de Educação, INPS, IAPESB e o delegado regional se reuniram no auditório do Hospital D. Pedro de Alcântara para tratar da presença do Presidente da República. (A cidade pronta para receber Geisel. Jornal Feira Hoje, Bahia, 14/05/76)¹⁶

Segundo Alane Carvalho Santos o principal objetivo da visita de Geisel à Feira de Santana, como descreveu o jornal, estava diretamente ligada à ampliação do setor industrial, e a instalação da Pneus Tropical que contribuiria para tornar a Princesa do Sertão “a cidade mais importante do interior nordestino”, possuidora de uma Universidade¹⁷ e de um Parque Industrial. Foi atribuída à indústria a responsabilidade de dirigir o desenvolvimento alimentado pelo “ideário que já era compactuado pelos baianos e pelos feirenses que depositavam anseios no setor mais dinâmico da economia”. (SANTOS, 2003, p. 10)

Colby, e endereçado ao secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger. Tornando público recentemente pelo governo americano, ele foi revelado pelo pesquisador Matias Spektor, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no mês de maio de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cia-geisel-centralizou-politica-de-execucao-de-subversivos>. Acesso em 26 jun. 2018.

¹⁶ O Governo de Ernesto Geisel coincide com o fim do milagre econômico e como o descontentamento popular em altas taxas. A crise do petróleo e a recessão mundial interferiram na economia brasileira, no momento em que os créditos e empréstimos internacionais diminuiriam. Isto ocorreu porque, para manter o “milagre” caminhando, o governo resolveu gastar o que não tinha: o propósito era manter o crescimento acelerado com investimentos públicos. A curto prazo, funcionou, ao longo, foi uma catástrofe: entre 1974 e 1979, a dívida externa do Brasil saltou de 27,8 bilhões para 61,8 bilhões, em valores atualizados, segundo dados do Banco Mundial. O preço do barril de petróleo continuou a elevar-se e, conforme a crise se alastrava pela América Latina, o investimento estrangeiro desapareceu – a fonte secou para os programas megalomânicos da ditadura. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/5-coisas-que-a-ditadura-militar-gostaria-que-voce-esquecesse-5awepn1sdius9ws0m7na1zlnb>. Acesso em 26 jun. 2018.

¹⁷ A Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS nasceu como resultado de uma estratégia governamental com o objetivo de interiorizar a educação superior, até então, circunscrita à capital, Salvador. A Universidade é instalada, solenemente, no dia 31 de maio de 1976, com o seguinte elenco de cursos: Licenciatura de 1º e 2º graus em Letras – Inglês/Francês; Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática e Biologia e em Ciências 1º grau; Licenciatura Plena em Estudos Sociais, com habilitação em Educação Moral e Cívica e em Estudos Sociais 1º grau; e mais os cursos de Enfermagem, Engenharia de Operações – Modalidade Construção Civil, Administração, Economia e Ciências Contábeis. Disponível em: <http://www.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>. Acesso em 26 jun. 2018.

Com base neste cenário, o símbolo que representa a identidade histórica da cidade, o comércio, não poderia mais continuar tendo tanta relevância pois, era o reflexo do atraso da incivilidade, discurso bastante propagado pelo jornal:

[...] Feira de Santana devido a certas circunstâncias especiais que lhe dão uma condição privilegiada no momento, deve fazer um grande esforço para tirar o maior proveito da fase que ora atravessamos. A experiência histórica registra que o progresso com base no comércio pode ser passageiro, com ameaça de cessar... nossa cidade ganhou muito pela sua posição geográfica, tornando-se importante centro rodoviário. Quem nos garante que esse fator permanecerá indefinidamente? O caminho certo, portanto, é industrializar [...] o povo feirense certamente mostrará que possui também aquele espírito dinâmico e decisão, indispensável a toda comunidade que tem no desenvolvimento global a sua máxima aspiração. (Industrialização. Jornal Feira Hoje, Bahia, 28/11/72)

Santos (2003) ressalta que os dois representantes do atraso da cidade: o comércio e a feira livre “deveriam ter sua importância diminuída, não podendo mais se sobrepôr à atmosfera civilizadora que se disseminava por todo espaço urbano” (p. 4). Neste discurso, a indústria surge como o agente propulsor de uma máquina responsável não somente para as mudanças no campo de trabalho, mais também de comportamento, que adequassem os cidadãos feirenses a uma nova época.

1.4 MODERNIZAÇÃO PARA QUEM?

Com o propósito de minimizar as lembranças deixadas pela Colônia e pelo Império português, vistas como sinônimos do atraso, fizeram com que algumas cidades brasileiras conduzidas pelas elites locais e influenciadas pelo pensamento da “Belle Époque”¹⁸ construíssem a cultural cosmopolita em várias localidades do país, como observamos abaixo:

A construção de Belo Horizonte e a modernização do Rio de Janeiro, nos anos 1920 e 1930, a reforma urbana de São Paulo, na década de 1940, quando foi interrompida a circulação de bondes para abrir largas avenidas, além de construção de túneis subterrâneos e elevados para atender a demanda populacional e de trânsito, Porto Alegre, João Pessoa e outras,

¹⁸ Esse período (1871-1914) passa a ser classificado na história francesa como a Belle Époque (Bela Época). Pois, foi marcado por avanços tecnológicos e econômicos que implicaram numa mudança de comportamento individual e na compreensão sócio-política dos cidadãos nas principais cidades europeias (MÈRCHER, 2012).

refletem o projeto urbanístico motivado pelo famoso modelo do “urbanismo demolidor” da capital francesa. (OLIVEIRA, 2013, p. 39)

Este modelo de intervenção urbana executada em Paris pelo Barão Haussmann¹⁹ no século XIX, que desapropriou e demoliu antigos casarios para as construções de amplos bulevares e novas edificações padronizadas, chegou a capital baiana durante às duas gestões do governo de J.J. Seabra (1912-1916 e 1920-1924). A elite soteropolitana acreditava que Salvador encontrava-se muito distante do modelo civilizado e lamentava a exposição das mazelas baianas aos olhos e narizes dos estrangeiros. Esta classe dominante entrou em ação para pensar nas reformas que a cidade precisava para alcançar o status de moderna. Imóveis antigos foram derrubados, novas construções foram edificadas, ruas abertas, isto tudo para mudar o aspecto da cidade. Muitas das práticas populares principalmente da cultura negra precisavam ser destruídas, pois, eram costumes que causavam constrangimentos diante dos protótipos modernos, a que as elites almejavam (ALBUQUERQUE, 1997).

Nas ruas de Salvador a presença das mulheres negras com seus tabuleiros e gamelas, e de homens em grande maioria, negros e mulatos, fazendo batucadas representava os resquícios do passado que deveriam ser extinguidos. Para uns a "mulher do cuscuz", a "mulher do acarajé" a "mulher da cocada" as "fateiras" e etc., representavam um atraso cultural em que estava mergulhada a capital baiana. (ASSIS, 1996, p. 53). Para a camada dominante de Salvador, as mulheres comerciantes pobres, em sua maioria negra, incomodavam a política modernizadora, pois, representavam as ‘chagas do passado colonial’. “Ainda havia um problema religioso, uma vez que a venda de comida afro-baiana era encorajada pelo Candomblé, um meio das filhas-de-santo obterem dinheiro para a realização das suas obrigações rituais” (COUTO, 2011, p. 77). Para os higienistas, a porta de entrada das doenças causadas pelos micróbios e vírus eram os alimentos vendidos nas ruas sem condições de asseio, que acabavam ocasionando preocupações para a saúde dos habitantes de Salvador.

¹⁹ Barão responsável pela modernização da cidade de Paris. Demoliu antigas ruas, pequenos comércios e moradias da cidade e criou uma capital ordenada sobre a geometria de grandes avenidas e bulevares. Ver: NEEDLELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século**. Trad: Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

O processo de modernização também ecoou na cidade de Feira de Santana, provocando transformações no cenário urbano sertanejo. Porém, essas modificações não tinham o propósito de demolir casarões antigos para a construção de largas avenidas, como ocorreram em outras cidades brasileiras a exemplo do Rio de Janeiro e Salvador. Ana Maria Oliveira (2008, p. 104) argumenta que:

Na Feira de Santana da segunda metade do século XX, a reordenação dos espaços não implicou a abertura de avenidas, bulevares ou a política de “por abaixo e construir de novo”, peculiar ao estilo haussmaniano. O reordenamento, desta feita, implicou higienizar, sanear os espaços, redefinir funções e disciplinar os comportamentos dos cidadãos. Buscou-se modificar hábitos julgados impróprios ou não condizentes com os discursos da civilização como corolário do progresso e como expressão da identidade de cidade comercial que se almejava consolidar.

Elizabeth Guerra Pereira (2010) conceitua modernidade como um movimento estabelecido no primado da razão, ligado ao processo capitalista, de industrialização, urbanização e expansão da cidade. Neste contexto, segundo Nacelice Freitas (1998) esse processo aconteceu em Feira de Santana em decorrência da industrialização ocorrida na década de 1970. Porém, a autora aponta que a cidade teve um processo de urbanização muito maior do que o industrial, isto porque, os postos de trabalho anunciados pela indústria não se concretizaram o que gerou o aumento do número de trabalhadores no setor terciário, principalmente no comércio informal. Ou seja, “a tão sonhada industrialização nas décadas de 1960 e 1970 não interagiu com toda a sociedade feirense [...]” (SILVA, 2008, p. 1)

Com o aumento populacional, precisava-se modificar os espaços físicos da cidade, ação que começou no final da década de 1960, quando “os bairros populares foram afastados do centro da cidade e se desenvolveram na parte externa do Anel de Contorno Rodoviário” conforme explica Silva (2008, p. 1)

Porém, a exclusão das comunidades carentes do centro urbano para as periferias não ocorreu de forma definitiva como almejavam as elites locais. Essa problemática foi relatada pelo *Jornal Feira Hoje* no dia 11 de maio de 1977, com o seguinte título: “Há uma favela bem no centro da cidade”, o discurso jornalístico chama atenção das autoridades municipais para a resolução dessa situação – “Junto à rua

Desembargador Felinto Bastos²⁰ bem no centro da cidade, surgiu uma favela e está crescendo desordenadamente, sem que as autoridades municipais tomem qualquer providência”. Aponta que “no local se verificou uma verdadeira invasão e muitos casebres feitos de tábuas de caixão estão abrigando várias famílias” - O periódico também se utilizou da imagem como veremos na Reportagem 1, para comover o público leitor de que eles estão diante de um despautério – conviver em pleno centro da cidade com a presença de uma favela - retrato que representa o atraso, inadequado a uma cidade que busca o progresso.

Reportagem 1: Há uma favela bem no centro da cidade



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 11/05/77, capa. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

A preocupação do jornal, de acordo com a sua narrativa, era de deslocar as pessoas de imediato do centro da cidade e, não buscar a melhoria do espaço para que houvesse a permanência destes moradores. Ao contrário, a imprensa traduzia o

²⁰ Neste local havia uma casa de prostituição que pertencia a senhora Aurora, por este motivo ficou conhecida como rua de Aurora. A mudança ocorreu por conta do estigma que este nome representava para este espaço, localizado no centro da cidade. Porém, essa troca por um nome que representava a justiça, a ordem, através da imagem de um homem da lei - Desembargador Felinto Bastos, não foi suficiente para apagar a memória coletiva das pessoas que moram na cidade, pois, ainda continuam chamando de rua de Aurora.

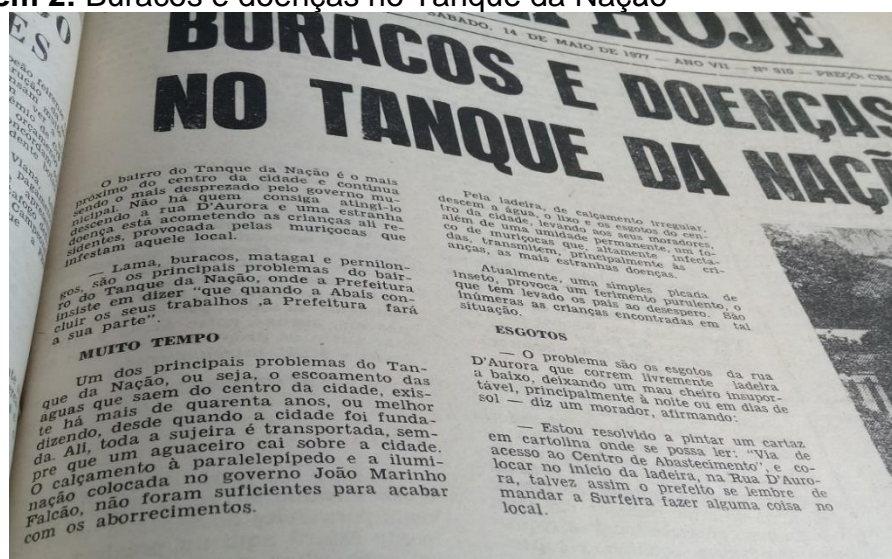
temor das classes dominantes feirenses frente à realidade da época, e o receio que a cidade se enchesse de favelas. Portanto, a urbe feirense não tinha infraestrutura para abrigar a todos que chegavam, em sua maioria retirantes da zona rural, pessoas de cidades circunvizinhas e de outros estados do nordeste fugidos da seca em busca de trabalho. Estas pessoas “vinham tentar a vida na cidade e nela de alguma forma tinha que morar”. (PINHO, 2009, p. 31)

A vinda desses migrantes para Feira de Santana ocorreu por conta da política de industrialização, que possibilitou a expansão urbana, porém, isto ocorreu de maneira “quantitativa e não qualitativa, pois, a cidade cresceu sem infraestrutura adequada”. (SILVA, 2009, p. 117) para abrigar e possibilitar melhores condições de vida para todos que chegavam.

Essa problemática, referente a “favelização” na cidade também foi relatada por outro jornal local: “Nos trilhos da Via Férrea Leste Brasileiro... estão vivendo inúmeras famílias, na maior promiscuidade, sem as mínimas condições sociais, dando lugar à marginalização e ao surgimento de uma favela”. (Jornal Feira do Norte, 21/07/1973, ano III, p. 3)

De acordo com Silva (2009) a industrialização impulsionada a partir da década de 1960 em Feira de Santana, permaneceu restrita ao discurso pois, não houve ações de políticas urbanas para as dimensões do processo desenvolvimentista que a cidade pretendia alcançar. Como consequência, os problemas sociais foram intensificados, principalmente nos bairros populares, isto porque, não recebiam os serviços indispensáveis como rede de esgoto, saneamento básico, entre outros, como retratou o JFH com reportagem intitulada: Buracos e doenças no Tanque da Nação (Reportagem 2).

Reportagem 2: Buracos e doenças no Tanque da Nação



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 14/05/77, capa. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

O *Jornal Feira Hoje* chamou atenção para as diversas dificuldades que um bairro localizado próximo ao centro da cidade enfrentava, como: “lama, buracos, matagal e pernilongos”. Destacou que o esgoto que corria a “céu aberto” favoreceu a proliferação de uma doença desconhecida que atingiu as crianças, provavelmente relacionado a presença de muriçocas, quando picadas provocava “um ferimento purulento, o que tem levado os pais ao desespero”. O periódico apontou que um dos principais problemas do Tanque da Nação que existia “desde de quando a cidade foi fundada” foi “o escoamento das águas que saem do centro da cidade”, pois quando chove de forma intensa, “toda a sujeira é transportada” para esse bairro.

Para compreender a dinâmica social dessa localidade implantada próxima ao centro comercial foi necessário investigar mais detalhadamente a importância histórica desse bairro para a construção da cidade feirense, assim como identificar as características populacionais que ali se fixaram.

A fonte de água que existia neste espaço próximo à região do Calumbi, zona oeste da cidade de Feira de Santana, deu origem ao nome do bairro – Tanque da Nação. Este local funcionava como passagem de vaqueiros e suas boiadas vindo do sertão para o Campo do Gado que ali se abasteciam de água para depois seguirem viagem. Existia neste lugar um “minadouro que o pisoteio do gado fazia lama, e os vaqueiros iam limpando, até que se transformou num grande tanque”, como conta Adilson Simas (2017, p.1)

Em 1932 com a proibição da passagem do gado pela Rua da Aurora, houve o desvio do trajeto para o bairro do Sobradinho, a boiada passou a ser trafegada pela via Tanque do Urubu, onde bebia água na lagoa do Prato Raso e dali seguia caminho para o Campo do Gado.

Por aquela época, o governo do Município mandou aumentar o tanque com trincheiras altas para impedir que as águas das chuvas trouxessem os restos de lixo da Santa Casa de Misericórdia para dentro do tanque e conservassem a água limpa para beber e, principalmente, para lavagem de roupas. Depois fizeram uma cerca em volta do tanque para que as lavadeiras tivessem mais segurança contra os animais soltos (SIMAS, 2017, p.1)

Porém, apesar do mecanismo utilizado para impedir a passagem das águas das chuvas com os restos de lixo para o bairro do Tanque da Nação, apresentado acima, não foi solucionado, pois a (reportagem 2) trouxe como umas das problemáticas desse bairro, justamente o recebimento das águas sujas vindas do centro da cidade. Os esgotos da rua D'Aurora que corriam "livremente ladeira a baixo, deixando um mau cheiro insuportável" levaram a população do local a pedirem a Superintendência de Urbanização de Feira de Santana (Surfeira) soluções imediatas.

De acordo com o trabalho de Reginides Santa Barbara esse local era a moradia de trabalhadores pobres. A autora analisou o cotidiano das lavadeiras de roupas do Tanque da Nação no qual se utilizava das águas dessa localidade para a realização do ofício que auxiliaria na renda familiar, e na maioria dos casos, sustentar os filhos e, "exercer a liberdade de ir e vir, tendo um lugar ao qual pudessem afirmar pertencimento, além de garantir-lhe controle sobre seu próprio tempo". (SANTA BÁRBARA, 2007, p. 1)

Estas mulheres de acordo com esse estudo, pertenciam a uma camada social economicamente desprovida, em sua maioria, negras.²¹ Informações obtidas pela autora através dos relatos do Jornal Folha do Norte, do dia 16 de abril de 1938, que trouxe a reportagem sobre as Melindrosas.²²

[...] as Melindrosas eram "morenas" que faziam sucesso, e faziam também "negro" perder a cabeça; o que endossa a informação de que as Melindrosas era um cordão composto em sua maioria, por mulheres pobres, trabalhadoras

²¹ Este debate seguirá adiante.

²² Clube carnavalesco composto por garotas, a maioria filhas de lavadeiras do Bairro Tanque da Nação. Foi criado em 1929 e extinto em 1952. (SANTA BARBARA, 2007).

e suas filhas que residiam em um bairro composto majoritariamente por negros – o Tanque da Nação. (SANTA BARBARA, 2007, p. 25-26)

A autora aponta que o bairro não era habitado somente por lavadeiras. Havia outros operários que ali residiam. Desde os trabalhadores formais, com carteira assinada aos informais, a maior parte dos moradores:

[...] homens e mulheres que trabalhavam com contratos informais ou por conta própria, como empregadas domésticas, aguadeiros, leiteiros, ferreiros, carpinteiros, carroceiros, sapateiros, engraxates, quitandeiras e as próprias lavadeiras. (SANTA BARBARA, 2007, p. 98-99)

Neste contexto, analisamos que os moradores dos bairros populares de Feira de Santana não foram contemplados pelo desenvolvimento propagado pela elite local. Ao contrário, em muitos casos conviveram com a falta de moradia, trabalho, segurança, saúde, saneamento básico, educação, entre outros – o sonho do eldorado²³ feirense não atingiu a todos. A falta de infraestrutura nas localidades carentes contesta este discurso modernizador. Como apresentou a Reportagem 3, a seguir, que trouxe como título: “Roupas e panelas lavadas em esgoto”:

Reportagem 3: Roupas e panelas lavadas em esgoto



²³ Remete a lenda indígena da época da colonização na América que atraiu muitos aventureiros europeus. Fiz a analogia ao aumento de migrantes na década de 1970 em Feira de Santana por conta da propagação do processo industrial na cidade, que não atingiu a todos.

Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 20/05/77, p. 2. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

As principais ocupações na cidade de Feira de Santana ocorreram próximas aos locais onde a água era abundante. Ou seja, a presença da água era uma das condições principais para a instalação de residências. Porém, a falta de planejamento urbano, exposição dos esgotos a “céu aberto”, poluição das lagoas e dos lençóis subterrâneos prejudicaram o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas que ali habitavam.

Na reportagem acima, o discurso jornalístico traz a presença de mulheres utilizando esgoto para a lavagem de roupas e panelas, “constituindo-se num perigo de saúde pública, no que diz respeito a transmissão de doenças”. Em um período que se discutia a construção de novos costumes higienistas para a cidade, situações como estas reforçam o pensamento no qual afirmava que “a cidade de Feira de Santana, [...] continua marcada pela contradição entre o arcaico e o moderno” (SILVA, 2009, p. 115), ou seja, dois mundos diferentes em uma mesma cidade.

1.4.1 O descompasso no centro da modernização

No centro da cidade de Feira de Santana era realizada uma das mais conhecidas feiras da região²⁴ que ocorria todas as segundas-feiras. No entanto, a rotina da cidade já era modificava desde a sexta-feira.

De acordo com Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira (2008), a cidade ficava agitada desde a sexta-feira com a chegada de várias pessoas originárias dos mais diversos lugares, fossem do sertão, da chapada ou de outros locais mais distantes traziam consigo mercadorias da economia doméstica para comercializar na feira livre que inicialmente funcionou na Praça João Pedreira, mas expandiu-se pelas ruas Conselheiro Franco, Benjamin Constant, Marechal Deodoro, Sales Barbosa, Libânio de Moraes, Avenida Maria Quitéria e parte da avenida Senhor dos Passos.

²⁴ Feira de Santana é uma cidade que tem sua formação e expansão a partir do comércio. Tal atividade econômica que lhe concedeu a posição de “Empório do Sertão Baiano” - título concedido na década de 1860 pelos comerciantes que mantinham atividades nesta cidade (ARAUJO, 2006).

Alessandra Oliveira Araújo destacou também, as transformações que ocorriam na rotina do centro da cidade quando a feira livre era instalada.

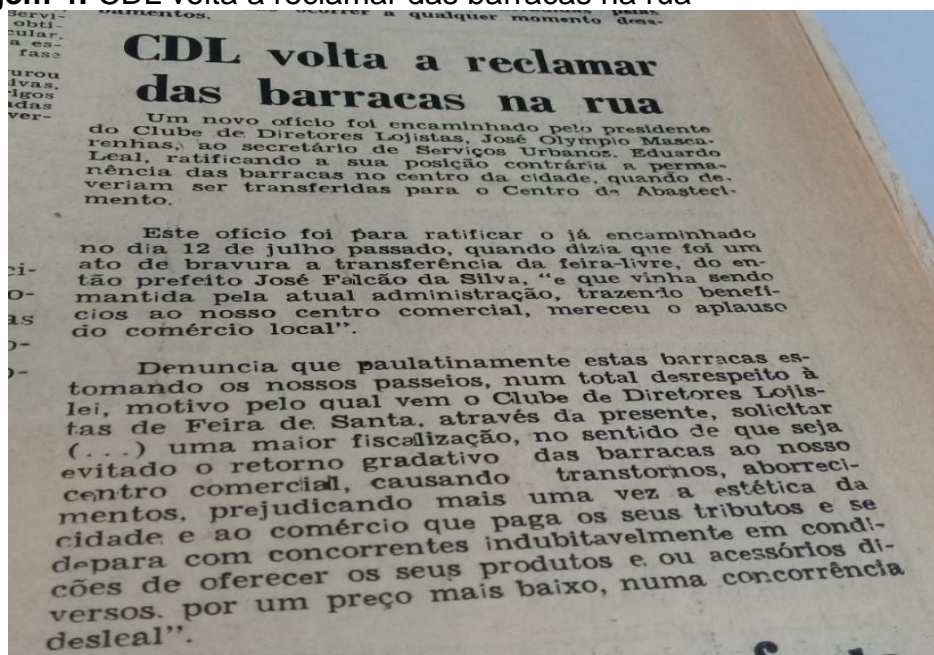
O Centro de Abastecimento surge da grande preocupação em retirar a feira livre do centro da cidade, ligado ao discurso da necessidade de uma reorganização do espaço urbano, constantemente ocupado por esta atividade. Além das segundas-feiras destinadas à mesma, os outros dias da semana também ficavam comprometidos por conta da movimentação dos feirantes. Já na quinta-feira à tarde começavam a mobilizar o centro da cidade, instalando suas barracas para a feira de sábado. Estas já ficavam prontas para a feira de segunda-feira, só sendo desarmadas a partir de terça-feira pela manhã, assim, o centro da cidade só ficava desocupado entre a terça-feira à tarde e a quinta-feira pela manhã. (ARAÚJO, 2006, p. 49)

Com a finalidade de organizar o centro da cidade de acordo com os interesses das classes dominantes, a feira livre foi deslocada em 1977 para o espaço denominado de Centro de Abastecimento. Com a instalação do Centro Industrial do Subaé na década de 1970, “os interessados na retirada da feira livre do centro da cidade aproveitam o discurso modernizador e realizam um projeto de retirada da feira livre visando a sua organização num espaço específico”. (ARAÚJO, 2006, p. 50)

O *Jornal Feira Hoje*, de 5 de setembro de 1976, apresentou-se favorável a instalação do Centro de Abastecimento como uma forma de disciplinar o comércio ambulante na cidade, pois, através de um espaço adequado, evitaria inúmeros problemas causados pela existência da feira livre no centro de uma cidade que pretendia ser civilizada e industrializada.

As construções ideológicas propagadas pela elite feirense, não corresponderam aos anseios de uma camada social que viam na feira livre um espaço de sobrevivência, socialização, divertimento. Retirados sem consentimento para outra localidade distante do núcleo econômico da cidade, fizeram com que alguns ambulantes contrariassem as ordens impostas e retornassem para o centro da cidade. Como relatou a reportagem intitulada “CDL volta a reclamar das barracas na rua” (Reportagem 4):

Reportagem 4: CDL volta a reclamar das barracas na rua



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 24/12/77, p.3. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Com o propósito de evitar o retorno dos comerciantes informais aos antigos espaços, o representante do Clube de Diretores Lojistas de Feira de Santana (CDL), José Olympio Mascarenhas, encaminhou um ofício ao Secretário de Serviços Urbanos da Prefeitura, Eduardo Leal, solicitando mais fiscalização para evitar o regresso da feira livre para o centro da cidade. Segundo o pensamento dos representantes das empresas comerciais de Feira de Santana, não poderia mais ocorrer um retrocesso. Pois, a urbe estaria novamente vivenciando os transtornos, aborrecimentos e prejuízos estéticos na cidade. "Para assear a cidade era necessário invisibilizar indivíduos e comportamentos que com seu modo de ser desafinava a sinfonia da modernidade". (PINHO, 2009, p. 50)

Outro fator relevante citado na reportagem foi o descontentamento em relação à concorrência que o comércio informal provoca nos comerciantes "legalizados" – "ao comércio que paga os seus tributos e se depara com concorrentes indubitavelmente em condições de oferecer os seus produtos e ou acessórios diversos, por um preço baixo, numa concorrência desleal".

Destaca-se que o retorno dos feirantes para os espaços urbanos era visto pelo *Jornal Feira Hoje* como uma desobediência que deveria ser punida pelas autoridades

responsáveis. Pois, segundo a reportagem 5 “Com a inauguração do Centro de Abastecimento várias barracas foram retiradas do centro da cidade”, inclusive a que foi relatada na reportagem – “Esta Barraca voltou”:

Reportagem 5: Esta Barraca voltou



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 31/05/77, capa. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

De maneira irônica, o periódico questionou seu retorno – “Sem nenhuma explicação ela voltou ao seu lugar primitivo” atrapalhando a visualização de uma “placa identificativa do Detran”.

Assim como esta barraca, outras também voltaram e “algumas novas surgiram”, apesar da prefeitura ameaçar com o “rapa”, ou seja, reprimir com violência aqueles que desafiassem a ordem, alguns ambulantes retornaram aos lugares onde não eram mais aceitos, provocando descontentamento para a lite feirense. As vezes destes ambulantes, seus desejos, necessidades eram silenciadas pelas imprensas, em particular pelo *Jornal Feira Hoje*, que reprimiu as tentativas de regresso dessas pessoas por defender a ideia de que a feira livre representava o atraso para a cidade. (PACHECO, 2009)

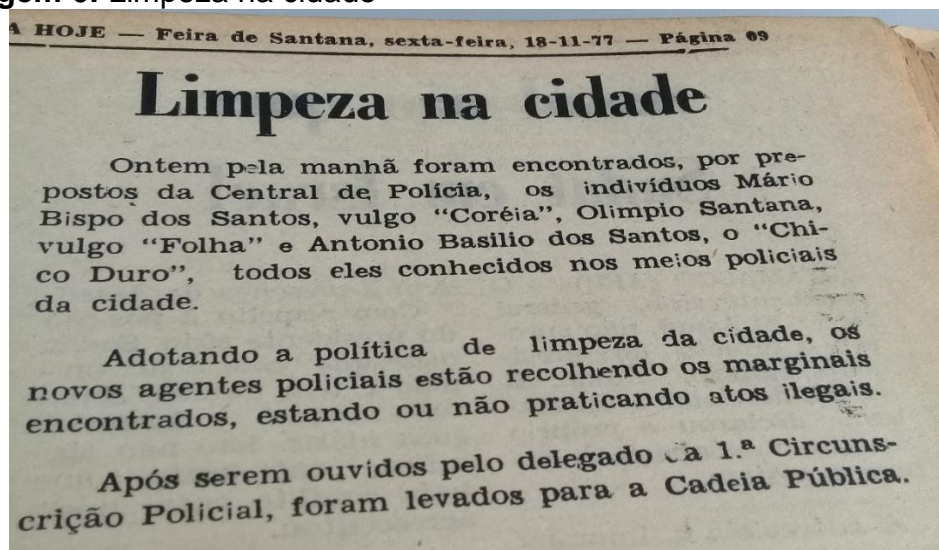
Enquanto a rua era a ocupação dos segmentos populares, a casa estabelecia-se como o local excepcional dos grupos mais privilegiados. Depois do reordenamento dos espaços públicos, novas regras de sociabilidade foram criadas, fazendo com que

o ambiente urbano também se tornasse local de circulação e exibição das classes sociais mais abastadas.

Para a circulação “segura” dessas pessoas favorecidas, era necessário a implantação de uma política de controle “que tinha por objetivo a manutenção da ordem pública”²⁵ que coibisse ações e comportamentos indesejáveis a uma sociedade burguesa que enxergava o ócio, o comportamento não cortês, a falta de asseio nos espaços urbanos, a presença da pobreza um problema de ordem social. “Práticas, códigos e valores próprios dos trabalhadores urbanos pobres e negros foram sistematicamente criminalizado e, portanto, precisavam ser repreendidos pelo aparato policial”. (PINHO, 2009, p. 50)

Segundo Alba Zaluar (1994), existe a construção de uma representação da pobreza associada à violência e a criminalidade. Reprodução utilizada pelas instituições de controle com a finalidade de reprimir a presença da população que não é aceita na sociedade, e por isto, deve ser “varrida” como apresentou a reportagem 6, a seguir:

Reportagem 6: Limpeza na cidade



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 18/11/77, p. 9. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

²⁵ Ver BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

O próprio título da reportagem nos remete a compreensão de que não estamos diante de seres humanos, pois, só limpamos aquilo que de fato não tem importância, a sujeira - aqui representada de forma equivalente – pobreza e violência. Observa-se que basta a condição de pobreza para ser desprovido de liberdade – “Adotando a política de limpeza da cidade, os novos agentes policiais estão recolhendo os marginais encontrados, estando ou não praticando atos ilegais”.

Respeitando a singularidade e o recorte temporal, a obra de Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim*, que aborda o cotidiano das classes populares do Rio de Janeiro no pós-abolição – contribuiu para a análise a respeito da construção histórica no qual determina quem comete o crime pelo critério da condição social.

[...] a noção de que a pobreza de um indivíduo era suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enorme consequência para a história subsequente do nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até que se prove o contrário e, é lógico alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros. (CHALHOUB, 2001, p. 23)

Estes cidadãos suspeitos pela lógica das instituições de controle são aqueles que vivem no limite da precariedade maioria negros, que residem afastados dos centros urbanos e são vinculados à violência e a bandidagem. Neste contexto, precisam ser recolhidos do convívio social por representar ameaça à ordem e ao processo ideológico de desenvolvimento modernizador da cidade. Este discurso apesar da distância temporal ainda se mostrou presente como foi analisado na reportagem do jornal, onde a “limpeza” foi o mecanismo usado para controlar a pobreza na cidade feirense.

1.4.2 O “Milagre” não destruiu a pobreza, só escondeu

Os discursos disseminados pelo *Jornal Feira Hoje* na década de 1970 de industrialização, modernização e desenvolvimento esbarrou-se na crise econômica nacional. Como mostra o periódico, em um especial sobre os resumos da década de 1970, (Reportagem 7), no qual trouxe os fatores que ocasionaram esse colapso.

Reportagem 7: Petróleo, Inflação e Dívida devoram o milagre brasileiro



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 29 e 30/12/79, p. 12. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Através dos dados, o jornal informou que “em 70, o crescimento do produto Interno Bruto no Brasil foi de 8,8 por cento. Em 79, subiu apenas 3,5 por cento (segundo estimativa)”. Esta queda ocorreu devido ao conjunto de três fatores como o “aumento do preço do petróleo”, aumento da dívida externa e “os altos índices de inflação” que somados “devoraram” o “Milagre Econômico”.

Observa-se que além do texto apresentado através de dados estatísticos, que buscaram disseminar a ideia de que o desenvolvimento econômico no Brasil neste período, só não permaneceu por conta desses fatores já relatados, o jornal apresentou também uma imagem de um homem, em um espaço que remete a uma feira livre manuseando suas mercadorias. Traz logo abaixo a seguinte frase: “O “Milagre” escondeu a pobreza, mas não a destruiu” - ou seja, contraditoriamente o jornal deixa transparecer que o “Milagre” não passou de uma “camuflagem” pois, as transformações sociais de fato não ocorreram e as populações menos favorecidas permaneceram nas mesmas condições, ou piores, agravadas pelos efeitos da distribuição irregular da riqueza, concentradas na mão de poucos.

Este período foi marcado também pelo aumento da taxa de urbanização na cidade, como retratou a matéria: Cidade tem maior taxa de urbanização da Bahia (Reportagem 8), onde destaca que “Feira de Santana na década de 1970 “teve a maior taxa de população urbana do interior da Bahia, 72% vivendo na cidade”.

O censo demográfico ressalta este crescimento anual em torno de 70%²⁶ e pela primeira vez a zona urbana superou a rural, reflexo do processo migratório provocado pela vinda do CIS.

O jornal também trouxe na reportagem a contribuição desse processo para o acréscimo da população urbana da cidade, porém, não contextualizou essas transformações e muito menos apontou os pontos negativos desse crescimento, como o alargamento da violência, aumento de moradores de rua por conta da falta de emprego entre outros.

Reportagem 8: Cidade tem maior taxa de urbanização da Bahia



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 29 e 30/12/79, p. 2. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

²⁶ Ver Censo Demográfico – Bahia – VII Recenseamento geral- 1970/Série Regional. V 1 – Tomo XIII.

No entanto, através da imagem observa-se que assim como a anterior (reportagem 7) destaca-se o trabalho informal, reflexo do aumento do desemprego no país. Outra observação relevante é a presença feminina na feira livre, espaço público – lugar “inadequado” as mulheres das camadas sociais mais elevadas, porém, “adequado” àquelas que precisavam ganhar o seu sustento diário e auxiliar seus familiares, a exemplo das mulheres pretas, pardas²⁷ e brancas pobres.

As mulheres negras desde o período escravista já trabalhavam nos espaços públicos, e realizavam o chamado trabalho de ganho. Ao longo do processo histórico estas mulheres tomaram para si a responsabilidade pela manutenção material da família, ao contrário das mulheres brancas das classes abastadas, que com raríssimas exceções, viviam praticamente recolhidas ao espaço privado

O fato de pertencer a determinado grupo dentro da sociedade deixa os indivíduos suscetível a sofrer com maior intensidade os efeitos do desemprego, da informalidade e dos trabalhos terceirizado. Categorias como o sexo, a etnia, a faixa etária e a classe social acabam delimitando os espaços dentro da sociedade (SILVA, CRUZ 2010, p. 3).

Neste panorama, ser mulher, jovem, negra e pobre era ser quadruplicamente discriminada e inferiorizada dentro do contexto social. Gonzalez (1982, p. 100), reitera ao afirmar que “a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual)”.

O JFH teve a intenção de mostrar que a cidade de Feira de Santana conseguiu ao longo da década de 1970 despontar como cidade que obteve o maior índice de urbanização na Bahia, efeito consequente do processo ideológico da industrialização. Porém, as imagens (reportagens 7 e 8) também foram capazes de exibirem que este “progresso” não foi alcançado por todos. E a busca em fazer com que a urbe perdesse sua identidade histórica de cidade comercial não ocorreu, como foi mostrado nas imagens representadas pela feira livre, sinônimo de atraso, discurso inúmeras vezes propagado pelo periódico.

É fato que a industrialização trouxe mais pessoas para Feira de Santana, o próprio jornal divulgou em sua matéria.

²⁷ Segundo o IBGE, os negros são constituídos de pretos e pardos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 26 jun. 2018.

Para Paulo Brandão, especialista em mercados baianos, que se apoiou nos critérios de IBGE, Feira tem 253,216 habitantes [...]. Os forasteiros de Feira são 57,94 por cento, número superior aos 42,06 feirenses natos. Dos nascidos em outros Estados, pernambucanos, sergipanos e mineiros são mais numéricos. (Jornal Feira Hoje, 29 e 30/ 12/79, p. 2)

No entanto, a maioria dos trabalhadores locais e os que vieram de fora, como apresenta na reportagem, eram pouco qualificados para a atividade industrial, desses, uma parcela pequena foi utilizada na construção de galpões e prédios do CIS. Porém, para as fases produtivas que demandavam especialidades, os trabalhadores foram dispensados, cedendo espaço para profissionais qualificados, vindos em grande parte de Estados sulistas, principalmente de São Paulo.

Finalizadas as construções do Centro Industrial, essa mão-de-obra não especializada para o ambiente industrial, teria a oportunidade de ser absorvida pela construção civil, porém, a cidade não acompanhou o processo de desenvolvimento nesta área, permanecendo neste período ainda uma cidade de poucas construções verticais, os chamados arranha-céus.

Essa quantidade de desempregados acabou contribuindo para o crescimento não sustentável na cidade, essa população foi afastada para espaços mais distantes do centro urbano com a ausência de estruturas básicas como: calçamentos, assistência à saúde, transporte, saneamento entre outros, constituindo o “inchaço” populacional (equivocadamente chamado de crescimento), mas que, na verdade não correspondeu ao processo ideológico de desenvolvimento propagado no período.

Essa população, descartada para o trabalho industrial, encontrando-se desempregada, teve como uma das alternativas para a sobrevivência, a venda ambulante, o trabalho informal, principalmente, a feira livre. Contribuindo dessa forma para o aumento gradativo desse comércio nos espaços físicos no centro da cidade. Causando descontentamento para alguns membros da sociedade que via nessa atividade o próprio atraso que desvalorizava a imagem de cidade urbana, industrial em processo de desenvolvimento como Feira de Santana na década de 1970.

CAPÍTULO 2 - PRINCESA NEGRA DO SERTÃO

Princesa dos olhos d'água

Santana dos olhos d'água

Princesa do sertão.

Por onde tudo passa, passa ai um caminhão.

Por onde o amor passa e deixa sempre o coração.

Composição: Daniela Mercury / Gabriel Povoas / Guíquo

Rui Barbosa²⁸, em passagem pelo interior da Bahia, durante a campanha presidencial de 1918, apelidou a cidade de Feira de Santana de “Princesa do Sertão”²⁹ ao destacar o desenvolvimento que a cidade havia alcançado ao longo do tempo, descreveu que “[...] nesta romagem pelo sertão e pelo recôncavo, de Vila Nova da Rainha à Feira de Santana, da antiga corte sertaneja à bela Princesa do Sertão”.³⁰

Este discurso de cidade “majestosa” foi intensificado ao longo do tempo e encontrou respaldo na década de 1970, devido ao processo industrial que a cidade almejava alcançar com a vinda do Centro Industrial do Subaé. Abordagem já realizada no capítulo anterior.

Neste estudo, ao utilizar como título “Princesa Negra do Sertão” tenho como propósito discutir a presença da população negra na formação da cidade de Feira de Santana. Para isto, trago um breve debate acerca do conceito de raça com o objetivo de compreender essa categoria no processo de construção da população brasileira, através das políticas de embranquecimento³¹ e da produção do “mito da democracia

²⁸ Rui Barbosa (1849-1923) personalidade baiana, foi político, diplomata, advogado e jurista. Representou o Brasil na Conferência de Haia, reconhecido como “O Águia de Haia”. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e seu presidente entre 1908 e 1919. Disponível em https://www.ebiografia.com/rui_barbosa/. Acesso em 06 jan. 2019.

²⁹ Apesar de estar localizada no agreste baiano, Feira de Santana é conhecida como cidade “Princesa do Sertão”, apelidada por Rui Barbosa em viagem pela região.

³⁰ BARBOSA, Rui. “**Conferência de Feira de Santana**”. In: GAMA, Raimundo. Feira de Santana e Rui Barbosa: o pouso da Águia na “terra formosa e bendita”. Feira de Santana: s/d, 2002.

³¹ Influenciadas pelas teorias raciais clássicas que exaltavam a pureza racial e pregavam que a mistura racial provocava necessariamente a degeneração. A elite política e intelectual brasileira no final do século XIX, pregou a ideologia do embranquecimento ou branqueamento, como única alternativa para um país mestiço. Esse foi o entendimento que justificou uma política de Estado que objetivava a vinda de imigrantes europeus para o Brasil.

racial”³² assim como, as críticas relacionadas a estes discursos. Em seguida, abordaremos a respeito da presença do negro na historiografia feirense, a população negra na década de 1970 e os principais bairros onde são maioria.

2.1 CONCEITO DE RAÇA

As teorias raciais surgiram entre o século XVIII e início do século XIX. Entre seus autores, destaca-se Joseph Arthur de Gabineau (1816-1882) ele foi um dos defensores da ideia de superioridade da raça branca. Segundo o seu pensamento, a mistura das raças geraria danos para a humanidade, isto porque, as raças classificadas como inferiores eram vistas como impossibilitadas para a construção do progresso.

Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982) apontam que a essência do racismo reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e, ou outros não-brancos. Segundo os mesmos autores, este conceito variou ao longo do tempo, iniciou-se a partir de uma visão religiosa do mundo que possibilitou o estabelecimento da distinção entre cristão e pagão. No século XVIII ocorreu a exclusão dos não-brancos do universo burguês que possibilitou o reforço da distinção entre “homens brancos” e “sub-homens de cor”. Mas foi no século XIX, que esse conceito foi intensificado, através do “darwinismo social, do evolucionismo, das doutrinas do ‘racismo científico’ e a ideia da ‘missão civilizatória do homem branco’ aparecem intimamente relacionadas à expansão imperialista dos países europeus”. (p. 69)

No Brasil, essa teoria surge na geração de 1870, introduzida por uma elite intelectual que pretendia “resolver” os problemas de um país mestiço. Acreditava-se que a prática do embranquecimento solucionaria as “marcas” deixadas pela escravidão e tornaríamos ao longo do tempo uma nação branca e desenvolvida. (GUIMARÃES, 2011)

³² O termo refere-se a crença de que no Brasil não existe racismo, ao contrário do que ocorrem em outros países, a exemplo dos Estados Unidos. Ver: FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2003.

Essa política teve como referência a tese eugenista, na qual defendia um padrão genético superior para a raça humana – o homem branco europeu – figura estabelecida para “salvar” outras raças do atraso, por obter “maior competência civilizacional” em relação aos demais. A partir dessa ideia, houve no Brasil o processo que estimulou a vinda de imigrantes europeus, com o propósito de branquear o país.

Um dos principais expoentes dessa tese, foi o antropólogo e médico carioca João Baptista de Lacerda, ao participar do Congresso Universal das Raças em Londres em 1911, defendeu que ao longo de um século não haveria mais negros no território brasileiro. Segundo esse médico, existia um consenso da maioria dos cientistas reunidos nesse congresso, que defendiam a importância do contato das raças ocidentais descritas como desenvolvidas com as ditas atrasadas, com o objetivo de ensinar o caminho da civilização aos povos definidos como “inferiores”.

Passou como opinião geral do Congresso que não há raças superiores e inferiores, sim raças no ponto de vista physico, moral e intelectual pensa a maioria do Congresso que são divididas às influencias do meio physico, às condições sociais sob as quaes têm vivido as raças atrasadas do outro continente. O contacto do Occidente tende a levantar-as a um nível superior, a mostrar-lhes o caminho da civilização e o modo pelo qual ellas chegarão a realizar o ideal do progresso humano nas suas multiplicas e variadas manifestações. (LACERDA, 1912, p. 7)

Partia-se do pressuposto de que a população negra era a principal responsável pelo empecilho ao desenvolvimento da jovem nação brasileira, pois representava os traços da marginalidade e da degeneração da espécie humana.

O principal cientista brasileiro a incorporar essas ideias racistas foi Raimundo Nina Rodrigues (1933) – professor de medicina legal na Bahia, um dos introdutores da antropologia criminal no país. O mesmo, afirmava que a inferioridade do negro e das raças não-brancas seria um “fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões e seções”. (LACERDA, 1912, p.9)

Suas ideias influenciaram uma geração de cientistas e intelectuais brasileiros que buscaram incriminar o negro por todos os problemas sociais existentes no Brasil, “basearam-se nas observações de um certo número de características fisiológicas nos mestiços, como alto índice de mortalidade e de morbidade, baixo índice de natalidade, alta percentagem de criminalidade e muitas outras "desarmonias" do

caráter” (SILVA; SOARES, 2011), esses discursos reforçavam a ideia de inferioridade do negro na sociedade.

As teorias racistas desencadearam tragédias históricas como a Segunda Guerra Mundial – dirigidas por pensamentos nazista-fascista de imposição a superioridade ariana às demais raças, a segregação racial nos Estados Unidos e o *apartheid* na África do Sul.

Em território brasileiro, as elites dominantes buscaram camuflar as diferenças raciais aos olhos do mundo passando a imagem de que o racismo no Brasil não foi tão rígido por conta do processo “harmônico” entre os povos que ocorreu desde o período colonial.

Gilberto Freyre, na década de 1930, rompe com a perspectiva do racismo científico em prol das discussões estruturais da sociedade brasileira, no qual buscou colocar em pauta a construção “de uma matriz cultural fundadora” (SANTOS; SILVA, 2018, p. 259)

Quando à miscibilidade, nenhum povo colonizado, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse povo aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços [...] (FREYRE, 2003, p. 35)

O discurso romantizado que Freyre expôs na obra *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933 acabou produzindo a ideia do “mito da democracia racial” ao apresentar um convívio harmônico entre o branco, o negro e o índio, suavizando muitas violências ocorridas no processo de dominação do colonizador português em relação aos demais.

Entretanto, ao considerar essa suposta relação de cordialidade, “encobrimos os conflitos raciais existentes no interior da nossa sociedade, apagamos nossas características culturais e assimilamos a cultura hegemônica, branca, católica e eurocêntrica”. (SILVA, 2010, p. 2)

Apesar de Freyre não ter criado a expressão “democracia racial” este foi por algum tempo a referência de “homogeneidade nacional”, construída com o propósito de edificar uma identidade brasileira.

Um dos teóricos a colocar essa expressão em pauta foi o sociólogo Florestan Fernandes, pois destacou nesse discurso, a tentativa de Freyre em mascarar as agressões ocorridas nas relações raciais no Brasil.

Segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2003, p. 102):

O termo “democracia racial” passa, por tanto, a carregar e sintetizar uma certa constelação de significados. Nela, raça não existem e a cor é um acidente, algo totalmente natural, mas não importante, pois o que prevalece é o Brasil como Estado e como nação. Um Brasil em que praticamente não existem etnias, salvo alguns quistos de imigrantes estrangeiros. Inventar-se, portanto, um povo para o Brasil, que passa a ter samba, passa a ter um pouco da cultura negra, que até aqui não existia pois se, no Império, predominou a mística do índio, e na República a mística do imigrante europeu, somente na Segunda República o negro vai dar coloração à nação, à ideia de uma nação mestiça.

Stuart Hall (2002, p.59), afirma que não importa as diferenças em termo de classe, gênero ou raça “uma cultura nacional sempre busca unifica-los numa identidade cultural para representa-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”.

A ideia de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação é contestada por vários teóricos que criticam esse pensamento produzido pela camada dominante, interessada na manutenção das estruturas de poder. Entre eles, destaca-se Thomas Skidmore (1976), em sua obra *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. O autor questiona se realmente houve uma “democracia racial” no país. Skidmor em seu argumento aponta que a elite branca brasileira promoveu essa ideia para encobrir formas de opressão racial.

Martiniano José Silva (1995) destaca que a miscigenação no Brasil nunca existiu como se apresenta de forma espontânea, uma ação de livre escolha, portanto, “natural, de união entre dois povos”. O autor refere-se à violência cometida pelos senhores a suas escravas negras, onde as crianças nascidas desse abuso eram concebidas legalmente sem pai, seu status de escravo não era alterado por conta disto.

Octávio Ianni (2004) reforça ao afirmar que esse pensamento de construção harmônica entre as raças ocorreu de forma intencional para desqualificar os negros, através de um discurso ideológico:

O mito da democracia racial, é uma poderosa insígnia ideológica que tem agido como forma de administração, controle, orientação, incentivo ou dominação. Um mito que entra na composição de uma “constelação ideológica” na qual estão presentes e combinam-se mais ou menos eficazmente vários mitos da história passada e presente. O Brasil seria um país com uma história de “revolução branca”, ou seja, incruentas na qual predominam a “conciliação e a reforma”, a “democracia racial” e o “homem cordial; tudo isso mais ou menos luso-tropical” (IANNI, 2004, p. 159-160)

Implantada a ideia de que não há racismo ou discriminação racial³³ no país, é inserido o pensamento de que não se pode combater algo que não existe. Esta lógica só enfraquece a busca da consciência dos não-brancos na luta pela igualdade de direito. Como reforça Munanga (2004, p.89):

O mito de democracia baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade

Segundo Neusa Santos Souza (1990) no Brasil ser negro não é uma condição dada a priori, ser negro é tornar-se negro. E esta ação de reconhecimento ocorre a partir das constantes lutas e sofrimento do negro (a) no processo de apropriação de si mesmo. Para a autora, a violência racista do branco se desempenha através da disposição em extinguir a identidade do sujeito negro.

Construíram para isto a pseudodemocracia pois, o que existe no país é um racismo velado, onde o negro sofre vários processos de discriminação: exigência de “boa aparência” para conseguir uma vaga no mercado de trabalho, diferença salarial em relação aos brancos, no estereótipo da mulata sensual, nas piadas racistas, nas denominações dadas aos cabelos crespo associados a adjetivos negativos, entre

³³ De acordo com a Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial da ONU, ratificada pelo Brasil, “Discriminação Racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública” Art. 1. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/voce-sabe-o-que-e-discriminacao-racial/>. Acesso em 06 jan. 2019.

outros. Em relação às mulheres negras, estas, além do preconceito racial, compartilham discriminações de gênero e de classe³⁴.

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2011, p. 265), destaca que o termo raça ligada a ciência do século XIX, havia perdido respaldo “por conta das tragédias causadas pelo racismo em termos mundial”, porém, este conceito não desapareceu, mas sim “submergiu”.

Nesta lógica, o conceito de raça não se refere a realidade natural determinada pela doutrina racista, “trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais [...]”. (GUIMARÃES, 1999, p. 9)

O renascimento desse conceito deve ser visto, como uma estratégia política que através das experiências de discriminação compartilhada pelas pessoas de cor, possibilitou a criação no século XX, do Movimento Negro Unificado e dos movimentos atuais:

[...] o mais importante para o ressurgimento da raça, enquanto classificação social, se deu com sinal invertido, isto é, como estratégia política para incluir, não para excluir, de reivindicar e não de sujeitar. São os movimentos sociais de jovens pretos, pardos e mestiços, profissionais liberais e estudantes, que retomaram o termo, para afirmar-se em sua integridade corpórea e espiritual contra as diversas formas de desigualdade de tratamento e de oportunidades a que estavam sujeitos no Brasil moderno, apesar – e talvez *pour cause* – da democracia racial. (GUIMARÃES, 2011, p. 266)

Os movimentos negros tiveram sua gênese na luta dos escravos contra as injustiças praticadas pelos senhores. Ao longo do tempo esse processo foi sendo

³⁴ Compreende-se por discriminação de gênero qualquer exclusão ou restrição feita com base no gênero. Esta ação ocorre na maioria dos casos nas relações entre homens e mulheres. Seu impacto pode ser notado em diferentes esferas, entre elas: familiar - as tarefas domésticas ainda são vinculadas ao “mundo” feminino; social – a mulher é associada a fragilidade e o homem a razão; trabalhista – a mulher continua recebendo salário mais baixos que o homem apesar de desempenhar a mesma função. A discriminação de classe social é motivada pela desigualdade econômica. Segundo a teoria marxista, as classes sociais são definidas através das relações de produção, ocorridas entre os detentores de bens e capital e os trabalhadores que fornecem a força de trabalho. No entanto, essa teoria apenas considera as classes capitalistas e operárias. Deve-se analisar classe social no sentido mais amplo, considerando a existência de demais classes sociais, e problematizar aspectos que apontem preconceitos existentes em uma mesma classe, observando-se as desigualdades no acesso à assistência médica, escolaridade, moradia, entre outros. Para uma maior discussão sobre discriminação de gênero e classe social ver: HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n.1. 2014; RIBEIRO, Paulo Silvino. “Preconceito de classe social”; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/preconceito-classe-social.htm>. Acesso em 01 maio 2019.

intensificado. Passou a haver inspirações nas batalhas dos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos e dos conflitos pela emancipação dos países africanos nos anos 1960 e 1970. Influenciados pelas ideias de pan-africanismo³⁵ e de afrocentrismo³⁶ que visa combater o eurocentrismo hegemônico.

Segundo Dayane Nayara Conceição de Assis (2017), o uso do termo raça nos movimentos negros, em particular no Brasil, possibilitou maior reconhecimento da identidade de povos que compartilharam experiências de violência e preconceito, juntos reivindicaram por espaço político no país.

Como aponta a autora:

Pode-se dizer que a adoção do termo raça pelo movimento negro no Brasil significou, antes de tudo, a racialização do próprio indivíduo perante o outro, sendo desta maneira não apenas um instrumento de agregação ou de identificação do movimento, e sim o meio pelo qual suas reivindicações ganharam espaço no cenário político em nosso país. Tomado por um discurso que buscava desmitificar a ideia de “democracia racial”, (...) o campo majoritário do movimento negro no Brasil na década de 70, buscou, sobretudo através do campo das artes com destaque para a escrita, criar aquilo que se chamou de “consciência negra”, valendo-se das especificidades das características tanto biológicas como culturais dos indivíduos negros, enxergando-as de forma positiva. (ASSIS, 2017, p. 126)

As discussões sobre o conceito de raça visto como uma construção histórica e social³⁷ possibilita o entendimento das estratégias criadas ao longo dos anos para discriminar os negros na sociedade brasileira. Como também, permite introduzir novas

³⁵ A teoria pan-africanista foi desenvolvida pelos indivíduos na diáspora americana descendentes de africanos escravizados e pessoas nascidas na África a partir de meados do final do século XIX. Esse termo foi utilizado pela primeira vez por Sylvester Willians, advogado negro de Trinidad, por ocasião de uma conferência de intelectuais negros realizada em Londres, em 1900. Em seguida levados para o campo da política por africanos como Kwame Nkrumah. No Brasil, Abdias Nascimento foi o principal difusor. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2019; Ver: MOORE, Carlos Wedderburn. **Abdias Nascimento e o surgimento de um pan-africanismo contemporâneo global**. Disponível em: http://www.abdias.com.br/exilio/pan_africanismo.htm. Acesso em 17 jan. 2019; PAIM, Márcio Luis. Pan-africanismo: política, libertação e golpes de estado. **Revista TEL**, Irati, v. 7, n.1, p. 207-229, jan. /jun. 2016.

³⁶ Na segunda metade do século XX grupos de intelectuais afro-americanos inseridos nos Estudos Negros das Universidades Norte-americanas, começaram a formular análises de conhecimentos numa “perspectiva negra” que iam de contra ao pensamento eurocêntrico de controle ideológico. Ver: ASANTE, Molefi Kete. **The Afrocentric Idea**. Philadelphia: Temple University Press, 1998.

³⁷ Ver SCHWARCZ, Lília Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

abordagens sobre a temática do negro (a) na historiografia local, como debateremos a seguir.

2.2 O NEGRO (A) NA HISTORIOGRAFIA FEIRENSE

As discussões sobre a temática do negro no Brasil, remete aos textos abolicionistas, escritos por autores como Joaquim Nabuco³⁸ com o propósito político de defender a liberdade dos escravos através das próprias lutas abolicionistas.

Na sequência, destacam-se as produções de Raimundo Nina Rodrigues (1933) que defendeu a ideia de que havia diferenças entre as raças, referente à sua condição mental, nessa lógica, os negros e mestiços constituíam um problema para a nação por adquirirem pré-disposições para o crime.

Freyre (1933) defendeu o processo da miscigenação como elemento de formação da sociedade brasileira através das três raças. Influenciado por este pensamento, a elite dominante da época acreditava que a política do branqueamento garantiria a curto prazo, o desenvolvimento humano e econômico do país.

Porém, na década de 1970 a Escola Sociológica da USP “composta por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Emília Viotti da Costa, tendo sido influenciada por Caio Prado Júnior” (PALERMO, 2017, p. 330), passou a “rivalizar” com o paradigma freyriano sustentado pela ideia do mito da democracia racial.

Na Bahia, Salvador e o Recôncavo são os locais onde se concentram, em sua maioria, estudos sobre a escravidão e a pós-abolição. Destacam-se os trabalhos de Schwartz Stuart (1988), Katia Mattosso (1988), João José Reis (1988), Isabel Reis (2001), Walter Fraga Filho (2006), Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (2009), Wellington Castelluci Júnior (2008), entre outros.

Os poucos debates sobre a escravidão, o cotidiano e as relações do negro (a) no agreste baiano, permitiram novas buscas por discussões acerca dos sujeitos, cuja

³⁸ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

as experiências foram frequentemente ignoradas ou silenciadas na historiografia feirense.

Segundo Yves Samara Santana de Jesus (2017) sabe-se pouco a respeito da reminiscência da população negra cativa na região de Feira de Santana, onde se possa discutir sobre as “experiências cotidianas, resistências, trajetórias individuais e coletivas dos egressos do sistema escravista”. (p. 42)

No entanto, é importante destacar a criação do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), implantado pela Universidade Estadual de Feira de Santana em 1999, como local reservado aos estudos das fontes de documentação judiciária da região de Feira de Santana. Isto possibilitou a ampliação de novos estudos sobre o cotidiano da cidade e região dos séculos XIX e XX, como também, sobre a escravidão e a dinâmica da população negra nessa cidade.

Devido a sua localização geográfica, elo entre o Recôncavo e o Sertão, Feira de Santana tornou-se no século XIX e ao longo do século XX, um centro comercial importante da Região Nordeste e Norte do país.

Segundo Rollie Poppino³⁹ (1968, p.195):

Entre 1860 e 1950 Feira de Santana elevou-se à categoria de principal centro comercial do interior da Bahia. Essa posição era devido especialmente ao desenvolvimento das comunicações ferroviárias e rodoviárias, que ligavam o município às outras regiões do Estado.

Ao produzir o livro intitulado “Feira de Santana”, na década de 1960, este autor contribuiu significativamente para a historiografia feirense, pois, a sua obra oferece um panorama dos aspectos históricos, políticos e sociais da cidade através de “documentos não mais acessíveis”.⁴⁰ Suas contribuições vão desde a abertura para os debates acerca da desconstrução do mito de fundação da cidade, do desenvolvimento político e econômico, a informações sobre a ocupação “étnico-racial” na região, destacando as relações escravistas no semiárido baiano.

³⁹ Historiador brasileiro, estrangeiro interessado por temas brasileiros, produziu sua tese de doutorado, no qual virou um livro sobre a História do Município de Feira de Santana desde os seus primórdios, com ênfase no intervalo entre 1860 e 1950.

⁴⁰ Ver OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2008.

Neste contexto, as informações de Poppino (1968) foram relevantes para identificar o aumento da população negra nessa região, principalmente no período pós-abolição, onde muitos ex-escravos migraram para Feira de Santana na busca de oportunidade de trabalho.

Em 1872, a população “branca” incluía 14.653 (28%), ao tempo que em 1940 alcançou apenas 10.122 (12%); a população de “negros” em 1872 somou 12.761 (25%); ao tempo que em 1940 atingiu o número de 23.553 (28%); à população de “mulatos”, em 1872 somou 21.718 (42%) alcançou em 1940, 49.593, logo 60% da população de Feira de Santana.

Em 1950, a população “branca”, aumentou (17%), somava 18.467 pessoas, os denominados “negros” 36.517 (34%), um aumento considerável em relação a década anterior. Os “pardos” representavam 51.991 (49%) da população. (POPPINO, 1868)

Observa-se que ao longo da história feirense, os negros e mestiços compuseram a população da cidade, haja vista que os números de “brancos” foram reduzidos ao longo do tempo em relação aos negros, está análise nos leva a concluir que a cidade “Princesa do Sertão” tem cor.

Segundo Josivaldo Pires de Oliveira (2010) o trabalho desse autor é considerado um marco da historiografia feirense, por ser o primeiro estudo desenvolvido por um profissional de pesquisa que atendeu os rigores teóricos e metodológicos de uma produção científica sobre este município, descrevendo seus aspectos políticos, econômicos, religiosos e comercial. Este livro é utilizado por muitos pesquisadores que buscam estudar temáticas da história de Feira de Santana em diferentes abordagens.

Destaca-se o trabalho de Celeste Maria Pacheco de Andrade (1990) – *Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial* – que propôs uma rediscussão a respeito do mito de fundação da cidade de Feira de Santana. A autora traça argumentos que possibilitam discussões referentes ao reconhecimento de outros grupos na formação da cidade.

Sobre esta tese, o Monsenhor Renato de Andrade Galvão (1982) no texto: *Os povoadores da Região de Feira de Santana*, destaca a carta de Concessão em nome de João Peixoto Viegas das terras da Itapororoca, atual distrito de Maria Quitéria.

A principal notícia de ocupação com título de doação de terras, com abrangência da atual área urbana, data de 1615, “Carta de Concessão de quatro léguas em quadra na serra chamada Itapororoca nos campos Caxoeira”, em 1619, a João Peixoto Viegas que instalaria currais e os seus descendentes dominariam com latifúndios encravados nas terras da Casa da Ponte. (GALVÃO, 1982, p. 25)

A história de fundação da cidade relata que após a morte de João Peixoto a propriedade foi dividida em fazendas e uma delas foi vendida ao casal Domingos e Ana, que construíram uma capela em homenagem à Santana, em torno da qual a Cidade desenvolveu-se.

Poppino (1968) relata que ao entorno desta capela, foi criada uma pequena “feira”, que se transformou num ponto de encontro dos muitos viajantes, vaqueiros, tropeiros, criadores, boiadeiros, compradores e comerciantes de gado que pela “*estrada das boiadas*” transitavam e reuniam-se para negociar principalmente gado, projetando a tradição comercial e pecuária do município. “Em 1833 o arraial de Feira de Santana foi elevado por decreto imperial à categoria de vila, nascia então o município de Feira de Santana tendo o arraial como sede”. (OLIVEIRA, 2010, p. 34)

Este é o discurso construído como marco de fundação da cidade, no qual tem como representação o símbolo católico – a construção da capela – e o casal de portugueses brancos e religiosos. Porém, se a Fazenda Olhos D’Água, de propriedade do casal, pertenceu anteriormente a João Peixoto da Viegas e a cidade de Feira de Santana surge a partir de São José das Itapororocas, então por que não foi ele o responsável pela fundação da cidade?

Monsenhor Renato Galvão deparou com algumas incoerências a respeito da existência do casal que representa os fundadores da cidade:

Causa profunda estranheza que os nomes do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão não sejam lembrados uma só vez como padrinhos ou testemunhas de celebração litúrgica. No seguinte livro paroquial, casamento de 1729-1768, cai igualmente uma cortina de silêncio sobre os dois. [...] Todavia não foram eles os povoadores e muito menos os pioneiros [...] (GALVÃO, 1982, p.27)

Segundo Celeste Maria Pacheco, existe a possibilidade da origem judia de João Peixoto Viegas ter prejudicado o título de fundador da cidade de Feira de Santana, isto porque não era atraente para a constituição de uma cidade de tradição

marcadamente católica, ter a sua gênese associada a um judeu. Isso poderia causar implicações na tradição acerca da formação da cidade, vinculada à fé Católica.

A partir dos argumentos de Celeste Pacheco é possível concluir que, antes mesmo do nascimento da fazenda Olhos D'água a região de São José da Itapororoca, possuía na época, maior densidade populacional. Deste modo, Celeste Pacheco sugere novos olhares e interpretações sobre a origem ou origens da cidade feirense. Porém, em suas discussões a autora não se propôs resgatar outros grupos sociais responsáveis pela formação da cidade, a exemplo dos povos negros.

Alguns estudos sobre a escravidão no sertão baiano trazem informações a respeito da presença de quilombos na região que hoje se localiza a cidade de Feira de Santana, mesmo antes dos portugueses chegarem com o objetivo de interiorizar o país e implantar a pecuária. Nessa região, habitavam os índios Paiaiás e Aimorés (primeiros cultivadores do fumo nessa localidade) e os negros que fugiram da região do Recôncavo e organizaram quilombos. (MOREIRA, 1986)

Como destacou Poppino (1968, p.79):

As colônias de negros ou quilombos tinham sido formadas pelos escravos que escaparam do Recôncavo, fugindo para o interior. Desde que os quilombos eram hostis à penetração dos brancos não poderiam sobreviver. Durante o século dezessete esses núcleos vizinhos de São José das Itapororocas foram destruídos pelos criadores de gado. Os negros morreram ou foram escravizados nas fazendas. Um quilombo distante, em Orobó, durou até o fim do século seguinte.⁴¹

Segundo Souza (2016) a cidade de Feira de Santana teve em menor proporção do que o Recôncavo, seu território ligado a um passado escravista. Com a presença de engenhos concentrados em sua maioria na localidade sul da cidade - região de Humildes e Limoeiro, onde o solo era mais propício para a exploração de monocultura. Logo a região norte da cidade, que possui solo e clima característico do agreste baiano é onde estão concentradas as comunidades quilombolas da região, posto que por causa do difícil manejo do solo é pouco possível que houvesse um empenho pelo desenvolvimento de grandes propriedades monocultoras nessa localidade.

⁴¹ Os quilombos de Orobó e Andaraí foram destruídos em 6 de abril de 1797 pelo Capitão-Mor de Estradas e Assaltos do distrito de São José da Itapororoca. Folha do Norte, 6 de abril de 1940.

Outro importante trabalho que discute a escravidão no agreste baiano, na perspectiva do protagonismo do negro-escravo-marginalizado é a dissertação de mestrado de Zélia de Jesus Lima (1990), *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira: um estudo sobre a rebelião escrava em Feira de Santana (1807-1849)* – esta pesquisa propiciou novos olhares e abordagens para a esfera escravista pouco explorada.

Segundo os relatos históricos, como explica Kalilla Gama (2012, p.1):

Lucas Evangelista dos Santos, mais conhecido como Lucas da Feira, foi um escravo que nasceu em 1807, na Fazenda Saco de Lima, nos arredores da Freguesia de Nossa Senhora dos Humildes. Ele pertencia ao Padre José Alves Franco. Fugiu por se rebelar contra o sistema escravista, tornou-se bandoleiro, chefiou um bando que atuou por vinte anos nos arredores da atual cidade de Feira de Santana, a quadrilha atacava tropeiros que passavam pela região.

Através do seu estudo Zélia de Jesus Lima destaca a presença negra na constituição do território feirense. A autora também permite observar a estreita relação negativa edificada entre Lucas da Feira e a imagem que ele representava, negro em uma sociedade escravista e racista. “Á má índole, as barbaridades e outros conceitos negativos sobre Lucas residiam, exatamente, nos seus atos criminosos, mas, em uma determinação anterior. Ele seria rebelde porque era negro, e não porque era escravo”. (LIMA, 1990, p. 225)

Segundo a autora, a invisibilidade da temática referente a escravidão na cidade, ocorre por conta de um preconceito bibliográfico em relação à história de Lucas da Feira. Foi criado no imaginário local, estereótipos negativos associados a figura deste, e essa representação era propagada trazendo conceitos que difamavam à cidade. Local de “bandidos”, “nessa cidade só tem gente ruim”, “afinal de conta, é a cidade de Lucas”.

A visão negativa historicamente marginalizada atribuída ao negro em nossa sociedade ainda transmite tensões que impossibilitam construir uma imagem de Lucas da Feira como referência indenitária feirense.

Os textos de Mayara Pláscido Silva (2011) – *O caso de Romão Preto e trabalhadores pobres em Feira de Santana (1890-1910)* e o de Maria Cristina Machado de Carvalho (2012) – *Experiência da família Cazumbá no Recôncavo da Bahia* - abordam as experiências dos negros no período da pós-abolição na região de

Feira de Santana. Os dois textos trazem como discussão a migração de libertos (as), escravos (as) fugidos (as) para a região de Feira de Santana na busca por melhores condições de vida através do trabalho na zona rural, em transações comerciais, entre outras.

Silva (2011) analisa as experiências de uma família que saiu da cidade de Cachoeira, Recôncavo Baiano, composta por três pessoas: Amancia Maria de Jesus, a mãe; Sebastião Ferreira da Silva e Romão Ferreira da Silva, os filhos. Migraram para a área rural de Feira de Santana e “experimentaram vivências de escassez e morte no Distrito de Bomfim de Feira, no ano de 1903” (p. 2).

Por sua vez, Carvalho (2012), destaca que as cidades de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos receberam muitos migrantes negros, e este número foi intensificado logo após o fim da escravidão. A autora destaca a família Cazumbá como figura influente nas duas cidades vizinhas. A ponto de ter um bairro em Feira de Santana com este nome, na localidade sul do município.

Ao que se refere as contribuições para os estudos sobre territórios quilombolas na região de Feira de Santana, Railma dos Santos Souza (2016) em - *Memória e história quilombola experiência negra em Matinha dos Pretos e Candéal (Feira de Santana/Ba)* – apresenta a comunidade de Matinha dos Pretos e Candéal, pertencentes ao distrito de Matinha como um local de múltiplas identidades localizado em um espaço de remanescência de uma comunidade “negra, rural, camponesa e quilombola”.

Segundo a autora:

Feira de Santana possui apenas duas comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. São elas a comunidade de Matinha dos Pretos, localizada no distrito de mesmo nome e Lagoa Grande, localizada no distrito de Maria Quitéria, além de outras ainda não certificadas, mas que são identificadas por pesquisadores/as e órgãos oficiais enquanto comunidades negras rurais quilombolas, a saber: Candéal, no distrito de Matinha; Lagoa Salgada, Lagoa da Negra e Roçado em Maria Quitéria. (SOUZA, 2016, p. 58)⁴²

⁴² Não foi apurado se após a data de publicação deste trabalho - SOUZA, Railma dos Santos. **Memória e história quilombola experiência negra em Matinha dos Pretos e Candéal (Feira de Santana/Ba)** Cachoeira. (Dissertação de Mestrado em História) *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*, 2016 - outras comunidades foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares na cidade de Feira de Santana.

Grande parte das comunidades quilombolas foram formadas a partir de movimentos de resistência. O reconhecimento do território é a condição primordial para a sobrevivência dessa comunidade, pois, é nesse espaço que as práticas religiosas acontecem, são conservados e transmitidos para os seus descendentes os locais sagrados, as memórias coletivas de um grupo, as festas, e as manifestações culturais.

Referente as ideias de construção da imagem de uma Feira de Santana moderna e civilizada. O trabalho de Aldo José Morais Silva (2000) traz a elaboração de dois discursos construídos acerca da imagem de Feira de Santana no período entre 1833-1937: um negativo, associado ao perigo que esta cidade oferecia as pessoas que trafegavam nos espaços urbanos, local a ser disciplinado e controlado de acordo com as elites dominantes; e outro positivo, relacionado a qualidade do seu clima para os enfermos, principalmente as doenças respiratórias, discurso propagado devido a branda epidemia de cólera que ocorreu na cidade, atribuída a qualidade do seu meio ambiente.

Em um recorte temporal próximo ao anterior, 1893 a 1937, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira (2000) discute também a respeito da construção de uma Feira de Santana moderna e civilizada, de acordo com a construção ideológica da elite local que desejava transportar a cidade com forte característica rural para o cenário da modernidade nacional.

Entretanto esse ideal progressista e modernizador não envolvia a todos, principalmente aos grupos que eram indesejáveis ao desenvolvimento que a cidade almejava alcançar. Ramaiana (2000, p.32) aponta que:

A inserção de negros em uma sociedade sem a existência da manumissão escravista foi tema central nas preocupações dos homens que construíram a República. Nesse contexto, a construção de mecanismos de coerção dos negros e dominação simbólica, visando estabelecer limites nas ações dos descendentes de escravos, termina por ser uma das questões fundamentais na construção da sociedade republicana.

Em nome de um projeto republicano civilizador, se buscou silenciar ou até mesmo combater com violência toda e qualquer prática de manifestação social e cultura da população negra no país. O autor ao destacar o negro no espaço urbano feirense, cita matérias de jornais da época para discutir as práticas de perseguições

ao Candomblé, muitas vezes atribuídas de forma sinônima pelos jornais de curandeirismo. Comumente as pessoas assinaladas por promover candomblé eram denominadas de feiticeiros, curandeiros e bruxos para indicar os praticantes dessa religião na cidade.

O trabalho de Josivaldo Pires de Oliveira (2010) – *“Adeptos da mandinga”*: *candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-BA, 1938-1970)* – melhor discute a respeito da temática da religião de matriz africana na cidade de Feira de Santana e a criminalização das práticas de candomblé como implicação da perseguição policial e atuação judiciária aos praticantes do curandeirismo.

Ainda o mesmo autor, problematiza a respeito da construção ideológica de um padrão de civilidade que as camadas dominantes insistem em construir para a cidade no qual não se enquadra as práticas religiosas afro-brasileiras reservadas as populações pobres e negras da cidade.

[...] representa uma preocupação com a ordem pública que poderia inclusive, implicar na repressão aos candomblés principalmente quando aos batuques em festas de terreiros ou por conta dos ebós que geralmente eram encontrados nas vias públicas e que causava reclames por parte da imprensa. (OLIVEIRA, 2010, p. 64)

O incômodo que a classe dominante apresentava acerca das práticas da religião de origem africana exercida na cidade são ancoradas por ideias racistas utilizadas nos discursos clínicos e de repressão policial para combater esses cultos, frequentemente associados às manifestações primitivas e inferiores em relação a uma lógica racional da ciência médica.

Reginilde Rodrigues Santa Barbara (2007), apresenta seu estudo na perspectiva da história social, com análise nas relações de raça, classe e gênero. A autora traz o cotidiano de lavadeiras do bairro Tanque da Nação em Feira de Santana no período (1929-1964), com o propósito de discutir as experiências e autonomias dessas trabalhadoras informais, que em sua maioria era mulheres negras. Este é um dos poucos trabalhos que traz como abordagem a atuação das mulheres negras na sociedade feirense. Suas relações nos locais de trabalho, que permitiram o gerenciamento do tempo para as práticas do serviço de lavadeira e de dona de casa.

As práticas de autonomia, subordinação, paternalismo e abuso sofridos por estas mulheres no âmbito da profissão também são argumentadas pela autora.

Estudos que trazem discussões sobre mulheres negras faz parte de um processo recente na historiografia brasileira. No entanto, nos últimos anos tem ganhado proeminência devido às reivindicações e lutas de mulheres negras que ao longo do tempo foram atribuídas a um papel secundário na sociedade.

2.3 A POPULAÇÃO NEGRA DE FEIRA DE SANTANA NA DÉCADA DE 1970

A cidade de Feira de Santana recebeu muitas pessoas ao longo das últimas décadas do século XX, que ao se deslocarem das suas regiões de origem para outras localidades acabaram fixando-se no município. Na década de 1970 foi registrado um crescimento anual em torno de 7%, passando ao longo desse período a conviver com altas taxas de urbanização. (OLIVEIRA, 1977)

De acordo com os dados Estatísticos Populacionais do Censo Demográfico⁴³, referente ao crescimento absoluto e relativo da população urbana e rural residente do Município de Feira de Santana na década de 1970, foi destacado que, do total de 187.290 habitantes, 131.720 residiam na cidade e 55.570 na zona rural. A taxa de urbanização alcançou 70,3%. A respeito da população residente por sexo neste período, obteve-se 89.049 homens e 98.250 mulheres.

Os dados referentes a cor da população feirense nesta década não foram priorizados pelo censo, um dos elementos abordados pelo Censo Demográfico de 1970 compreendeu a investigação das características das Pessoas, das Famílias e dos domicílios, entre outros:

No qual diz respeito às Pessoas abrangeu: situação do domicílio, sexo, condição de presença, condição no domicílio, idade, religião, nacionalidade, naturalidade, migrações internas, instrução, estado conjugal, características econômicas e fecundidade. (CENSO, 1970, p.16)

Apesar da ausência de informações sobre os dados referente a cor da população na década de 1970, isto não impossibilitou as discussões sobre esta

⁴³ IBGE - Censo Demográfico (Anuário Estatístico de Feira de Santana – 2012) CDL. p. 139.

temática. Pois, utilizei as informações dos dados da População residente por sexo, cor e raça no Município de Feira de Santana do período de 1980⁴⁴ com o objetivo de analisar o crescimento da população negra e parda na cidade, mesmo não obtendo os dados estatísticos do período delimitado na pesquisa para poder traçar um comparativo mais preciso.

Em 1980 a população feirense foi estimada a 291.504 habitantes. Dos 54.129 considerados de cor branca, 24.778 era homens e 29.351 mulheres. Já a população preta do total de 49.201, os homens representavam 23.901 e as mulheres 25.300. A população parda, era estimada a 185.634, sendo 89.791 homens e 95.843 mulheres. Se fosse analisadas as informações a respeito da cor da população na década anterior, acredito que não teria sido tão distante das acima levantadas prevalecendo a cor parda em relação as demais.

Pela lógica do embranquecimento no Brasil, ser branco das classes sociais mais abastadas era estar no topo da escala social, porém ser meio branco já conferia alguns privilégios. Nesta lógica, muitas pessoas se declaram como pardas. “Pardo e mestiço são empregados mais ou menos como sinônimos de mulato, isto é de descendentes do cruzamento entre europeu e africano”. (AZEVEDO, 1996, p. 37)⁴⁵

No Estado da Bahia – maior presença de negros do país - é muito comum observar os problemas de semântica relacionados com a caracterização dos tipos físicos:

O preto claro se chama de mulato, mulato claro é moreno, sarará passou a louro. Pardo ninguém sabe o que seja. Brancos finos se diz daqueles cujas origens e aspectos não dão margem a que desconfie de mestiçagem. E os que são brancos mestiços não gostam de mostrar retratos dos avós. (VALADARES, 1951, p. 91)

Isto sem dúvida reflete nas auto-definições da cor que são levantadas nos dados estatísticos, pois, em alguns casos, “muitas pessoas identificadas [...] como brancas são provavelmente mestiças de diversos tipos; a mesma confusão ocorre com os denominados mulatos, pardos e morenos [...]” (AZEVEDO, 1996, p. 39)

⁴⁴IBGE - Censo Demográfico (Anuário Estatístico de Feira de Santana – 2012) CDL. p.159.

⁴⁵ Essa obra surgiu em um período que se buscou a construção de um convívio harmonioso entre as raças e as etnias, sem levar em consideração as tensões raciais.

Ao longo da formação histórica da cidade de Feira de Santana procurou-se implantar “a ausência negra no processo identitário da região, no qual, são notadamente vinculados à cultura vaqueira”, (JESUS, 2017, p. 42) de origem indígena, mais tarde, constituída por mamelucos. (LIMA,1990)

No entanto, a presença do negro também está presente na formação da sociedade feirense, como já foi discutido anteriormente, através de registros de quilombos, do uso de escravos em algumas fazendas da localidade e do aumento migratório de negros na cidade pós-abolição. Neste contexto, não existe mais a possibilidade de recusar as contribuições desta população na formação e desenvolvimento de Feira de Santana, atualmente representada por cerca de 75%⁴⁶ da população da cidade.

As discussões realizadas neste capítulo acerca da presença do negro na sociedade feirense têm um caráter introdutório para discutirmos no próximo, os discursos jornalísticos do JFH em relação à violência sofrida ou cometida por mulheres negras na cidade de Feira de Santana na década de 1970. Isto porque, ao analisar a forma como esse jornal representava a violência contra a mulher neste período, observei que o periódico deixou uma lacuna a respeito da cor dessas mulheres, como veremos na reportagem abaixo:

Recebeu garfada do marido - Deu entrada no Pronto Socorro do Hospital, Maria Pires residente no Distrito de Limoeiro, neste município, vítima de agressão do próprio marido. Ela recebeu violenta garfada aplicada por Antônio Pires Miranda, com quem é casada. A vítima foi socorrida por sua filha, Antônia Pires. Após ser medicada ficou em observação medica por algumas horas e, posteriormente, retirou-se a sua residência. (JORNAL FEIRA HOJE, Bahia, 16/03/78 p. 11)

Assim como a maioria das reportagens deste jornal, essa também não divulgou a cor dos envolvidos, principalmente no que se refere à mulher, sujeito central da minha pesquisa.

As informações publicadas nessa reportagem descrevem que Maria Pires foi vítima de agressão cometida pelo seu marido Antônio Pires Miranda e foi socorrida pela filha Antônia Pires. No entanto, o periódico não fornece mais elementos que

⁴⁶ Corresponde à soma entre pardos e pretos. Ver: IBGE - Censo Demográfico (Anuário Estatístico de Feira de Santana – 2012) CDL.

possam identificar a cor e a idade destas pessoas, provavelmente estes dados foram ignorados nos registros policiais, dessa forma, não puderam ser apresentados pelo referido jornal.

Nestes termos, se faz necessário buscar outras fontes, mais informações para compreender melhor o cenário estudado, por isso a importância de identificar as principais localidades da cidade onde a presença negra é mais evidente, assim como, problematizar os discursos desse jornal referente aos bairros com maior incidência dessa população.

A pesar do JFH não trazer em suas reportagens informações a respeito da cor dos envolvidos na violência, deixou pistas de como identifica-los através da localidade onde residiam - lugares constantemente representados pelo jornal como ambientes associados à pobreza, à violência, às práticas de “costumes incivilizados”, tais como brigas de vizinhos, de marido e mulher e rixas - ocorrências “comuns” aos bairros populares, de maioria negra.

Segundo Márcio Mucedula Aguiar (2007, p. 2), “[...] pode-se afirmar que a pobreza tem cor no Brasil. Portanto, a raça ou cor são conceitos essenciais para se pensar as hierarquias sociais”.

A desigualdade social no Brasil tem relação direta com a herança deixada pela escravidão, mesmo após o processo de abolição não houve políticas de inclusão dessa população ao acesso à escolaridade, às melhores condições de emprego e moradia, fazendo com que estes se instalassem em comunidades desprovidas de qualquer assistência.

2.4. OS BAIRROS CONSIDERADOS MAIS NEGROS DA CIDADE

A ausência do recenseamento da população feirense de 1970, onde estivessem discriminados os bairros por critérios raciais, possibilitou a busca por outras referências que pudessem responder quais eram os bairros considerados mais negros desse período.

Nestes termos, contei com trabalhos de autores que permearam pelo universo da população negra em Feira de Santana e que contribuíram significativamente para este estudo. Dentre eles, destaco duas obras que tiveram como foco o bairro Rua Nova: a primeira de Denise Karla Santana Pinho (2009) – *Êta Rua Nova dos diabos! Representação sobre um bairro pobre na cidade de Feira de Santana*, e a outra, de Flávia Santana Santos (2016) – *Um quilombo urbano chamado Rua Nova*.

Segundo as autoras, a formação desse bairro está atrelada a doação e aforamento de terras de propriedade da senhora Ernestina Carneiro Ferreira de Almeida, apelidada de Dona Pomba, que doou às pessoas pobres que chegavam a cidade e não tinham onde morar, em sua maioria “negros do recôncavo” (PINHO, 2009, p. 28), e dos distritos da cidade, a exemplo de Bomfim de Feira,⁴⁷ assim como também, pessoas de outros Estados do país.

Esta população pobre e majoritariamente negra foi aos poucos se alojando no terreno de D. Pomba e construindo o bairro de Rua Nova. Ao longo das décadas de 1970 e 80 a pobreza e o estigma da marginalidade foram as marcas que definiram a imagem da Rua Nova no imaginário feirense. (PINHO, 2009, p. 34)

Uma imagem oposta ao que se desejava construir na cidade - moderna, civilizada e industrial. Este bairro representado por uma população volumosa, carente de políticas públicas, marginalizada pelos diversos setores da sociedade feirense, tornou-se pelo imaginário local como a “chaga social da cidade”. (PINHO, 2009)

Através dos relatos de pessoas que sofreram diversos preconceitos por serem moradores dessa localidade, Pinho (2009) construiu sua narrativa onde aponta que muitas lojas da cidade não contratavam e não gostavam de vender mercadorias para moradores do bairro Rua Nova, por conta do estigma construído - “dizia-se que naquele bairro só moravam pessoas desclassificáveis”. (p. 40)

Estas duas autoras ao trabalharem com as fontes orais, puderam dar vozes aos sujeitos que ao longo da história foram silenciados. Seus relatos possibilitaram a eternização de “sentimentos, lembranças, alegrias, realizações e lutas de homens e mulheres que (re) construíram suas vidas e construíram um território negro chamado

⁴⁷ Os atuais distritos de Feira de Santana são: Governador João Durval Carneiro (Ipuáçu), Bomfim de Feira, Maria Quitéria (São José), Humildes, Tiquaruçu, Jaíba, Jaguará e Matinha. Segundo o censo (2010) os distritos com maior população negra são os distritos da Matinha e Bomfim de Feira.

Rua Nova” (SANTOS, 2016, p. 11-12) Espaço este denominado por Flávia Santana Santos (2016), de quilombo urbano. Segundo a autora, essa característica se deu a partir da percepção de como a Rua Nova se formou e como se configurou como um local de resistência a um sistema de exclusão composto por comunidades de ascendência negra, “mas não exclusivamente”, no geral empobrecida e marginalizada pelo poder público, mas que conseguiram manter as manifestações culturais negras vivas em seu território.

Segundo a mesma autora, a denominação de quilombo urbano não se restringe somente ao bairro da Rua Nova, pois, existem semelhanças que são compartilhadas entre as localidades de maioria negra.

O Tanque do urubu era um dos quilombos urbanos mais antigos da cidade assim como a Rua Nova, a Queimadinha, as Baraúnas e Mangabeira que foram os lugares de moradia mais procurados pelo povo negro e pobre que chegava a Feira de Santana. Esses eram os quilombos urbanos onde estavam as pessoas semianalfabetos que serviram como a mão de obra barata e sobreviviam de pequenos trabalhos, era o lugar que acolhiam os que não tinha opção para morar. (SANTOS, 2016, p. 19)

Muniz Sodré (1991) destaca o bairro Tanque do Urubu como a “senzala” da cidade, um alojamento de mão-de-obra negra que atendia as populações mais ricas de Feira.

Tanque do Urubu - Nunca se soube por que os negros e a gente muito pobre de Feira haviam se agrupado ao longo dos anos na saída sul da cidade, já que existiam outras zonas de ocupação possível nos arredores. O fato é que ali havia gente antiga, gente nova, todos identificados com o bairro conhecido como Tanque do Urubu. Era a senzala da cidade – de onde saía grande parte das empregadas domésticas dos pedreiros, marceneiros, prestadores e pequenos serviços para os moradores abastados de Feira. (SODRE, 1991, p. 104)

Santa Barbara (2007) reforça ao apontar que a maioria das mulheres que lavavam roupas no Tanque da Nação, residiam na Estrada do Calumbi e suas imediações como no Tanque do Urubu, no Barro Vermelho e no próprio Tanque da Nação - territórios de negros operários que serviam a população rica da cidade.

A disparidade nos espaços geográficos da cidade, no qual determina lugares de ricos e pobres, negros e brancos é uma consequência da nossa desigualdade social que ao longo da nossa história só reforçou essas diferenças.

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamentos: desde os antigos feitores, capitão do mato, capangas etc.; até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagamentos e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 15)

Essa divisão racial do espaço é também discutida no trabalho de Oliveira (2010), ao mapear os terreiros de candomblé nos períodos de 1940, 1950 e 1960, destacando os locais onde a população negra é mais evidente na cidade.

[...] a localização dos terreiros distantes do centro da cidade e sua predominância nos bairros da Rua Nova, Calumbi, Barúnas, Galiléia e Sobradinho, os quais constituem atualmente localidades de grande concentração da população negra e, por conseguinte dos terreiros de candomblé e outros cultos afro-brasileiro da cidade. (OLIVEIRA, 2010, p. 94-95)

Outro bairro de influência negra na cidade é o Tomba, localizado na região sul, próximo à cidade de São Gonçalo dos Campos, Recôncavo Baiano. É o bairro mais populoso da cidade, com 55.007 moradores, segundo o último censo.⁴⁸ O bairro inicialmente era apelidado preconceituosamente de Morro do Macaco, por ali residirem pessoas pobres de maioria negras. (COUTINHO, 2013)

A presença da população negra na cidade de Feira de Santana não se restringe somente a estes bairros citados, porém, são nesses territórios onde a construção da identidade afro-brasileira é mais intensa, com a presença de movimentos do reggae, escolas de samba, terreiros de candomblé entre outros.

⁴⁸ IBGE - Censo Demográfico (Anuário Estatístico de Feira de Santana – 2012) CDL.

CAPÍTULO 3 – A REPRESENTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO JORNAL FEIRA HOJE

Neste capítulo, discutiremos a forma como este jornal retratava em suas páginas as mulheres vítimas de violência de gênero na década de 1970. Para melhor compreensão desse contexto analisaremos: o conceito de gênero e a sua perspectiva interseccional; o conceito de violência de gênero e o período que essa ação foi identificada como crime no país; os bairros com maiores incidências dessa modalidade de violência em Feira de Santana e os discursos jornalísticos referentes a estes locais; o interesse do jornal em retratar esse tema durante o período da ditadura militar e a suposta “cegueira” da imprensa em não buscar problematizar essa violência em seu periódico.

O conceito de gênero é uma construção sócio histórica que sofreu mudanças ao longo do tempo conforme as transformações ocorridas na sociedade. No entanto, buscou-se por muito tempo generalizar a lógica de gênero a partir do contexto da realidade ocidental, sem considerar as múltiplas diferenças que este conceito representa nos diversos grupos sociais.

Segundo Donna Haraway (2004), este termo foi implantado pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller ao discutir o modelo da identidade de gênero no Congresso Psicanalítico Internacional em Estocolmo, em 1963. Neste encontro foi estabelecido “o conceito de identidade de gênero para distinguir entre natureza e cultura”. (PISCITELLI, 2009, p. 123)

Esse conceito difundiu-se através dos movimentos feministas na década de 1970, colocando em pauta as discussões acerca da construção do “masculino” e do “feminino” em oposição ao determinismo biológico relacionado ao sexo.

Na década de 1980, a historiadora Joan Scott ao produzir o artigo - “Gênero: uma categoria útil de análise” contribuiu ao propor a compreensão de mundo através da utilização do gênero como uma categoria analítica. A autora trouxe a definição de gênero da gramática para referir-se a categoria social das relações entre os sexos a partir do caráter cultural. Ou seja, com o propósito de desconstruir a dualidade entre sexo (natureza) e gênero (cultura).

Scott (1989) discute a utilização da categoria gênero em trabalhos acadêmicos, e destaca que o emprego deste conceito deveria ser transferido da análise descritiva para analítica, mas para isto precisaria ser adotado novos paradigmas teóricos. A mesma, critica os trabalhos que utilizam esse termo para abarcar as mulheres sem referenciá-las explicitamente. Ela aponta o caráter interseccional no seu conceito ao afirmar que as desigualdades de poder social são constituídas com base em pelo menos três dimensões: gênero, classe e raça, porém a mesma não se aprofunda nessa problemática.

Essa temática traz multiplicidades de demandas que dialogam com a categoria de gênero por se relacionar a um conjunto de experiências vivenciadas por diferentes mulheres – brancas, negras, indígenas, africanas, ricas, pobres, entre outras - que dão uma dimensão mais ampla e dinâmica a este conceito⁴⁹.

Caracterizado pelo feminismo das diferenças, essa nova abordagem surge a partir da década de 1990, marcada por uma concepção pós-estruturalista, voltada para as diversidades de ideias. Esta vertente, defende gênero como uma categoria fluida, onde o sexo deixa de ser compreendido como algo biológico e passa a ser entendido assim como o próprio gênero - uma construção social.

3.1 “NÃO SOU UMA MULHER?”

A “interseccionalidade” não é uma inovação, pois as mulheres negras sempre questionaram sua condição de mulher sob o âmbito do racismo. Exemplo disto é a importante fala de Sojourner Truth – “não sou uma mulher?”. Discurso realizado em 1851, nos Estados Unidos, na convenção pelos direitos das mulheres em Akron, Ohio. Truth discordou da posição masculina naquele debate, ao afirmar que as mulheres são seres inferiores e por isto, incapazes de obter os mesmos direitos dos homens, pois, precisavam da ajuda masculina até mesmo para subirem em uma carruagem.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, serem levantadas sobre valas e ter o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre

⁴⁹ Abordagem que será discutida no tópico seguinte.

poças de lama, ou me deu qualquer “melhor lugar”! E não sou uma mulher? Olhem para mim!⁵⁰

Ao proferir esse questionamento, Truth não só divergiu ao discurso machista que coloca as mulheres como incapazes, mas também, chamou atenção acerca das diferenças de experiências vivenciadas pelas mulheres negras.

Piscitelli (2009), aponta que as mulheres negras inseridas no processo de escravização, não foram formadas do mesmo modo que as mulheres brancas. “Elas foram constituídas, simultaneamente em termos sexuais e raciais, como fêmeas, próximas dos animais, sexualizadas e sem direitos, em uma instituição que as excluía dos sistemas de casamento” (p. 141). A autora segue afirmando que só as mulheres brancas foram instituídas como mulheres, pois, a elas eram vinculados a construção de família.

A ausência de marcadores identitários como (raça, classes sociais) nos movimentos liderados por mulheres brancas, fizeram com que surgissem grupos de mulheres negras “que possuía uma base política e ideológica contra os estragos que o racismo causava, além da discriminação de classe, evidenciado nas políticas organizadas das mulheres brancas”. (MORAES; SILVA, 2017, p. 59).

Segundo a militante estadunidense Angela Davis “nosso movimento de mulheres é um movimento de mulheres no sentido de que é conduzido e dirigido por mulheres pelo bem de mulheres e homens, pelo benefício de toda a humanidade [...]”. (DAVIS, 2017, p. 15). A autora apresenta um caráter mais amplo ao movimento que envolvem não somente questões do feminismo negro, mas os problemas que atingem os direitos humanos como um todo.

Neste contexto, o feminismo negro nasce de forma organizada nos Estados Unidos e suas correntes teóricas se expandem para outros países, como o Brasil. A ideia de interseccionalidade surge como um conceito que inter-relaciona os diversos sistemas de poder que agem de forma simultânea. As importantes ativistas e teóricas afro-americanas envolvidas neste pensamento são: Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill

⁵⁰ Discurso na íntegra disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 13 jan. 2019.

Collins e Angela Davis. No Brasil, destaca-se Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, entre muitas.

Este conceito foi disseminado a partir das problematizações realizadas nos trabalhos produzidos pela jurista Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980. Em 2001, ela escreve para a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Racismo, um documento de referência sobre Raça e Discriminação de Gênero.

Sobre este termo, Crenshaw (2002, p. 177) destaca que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Essa ferramenta possibilita o estudo de sobreposições de identidades sociais distintas que interagem de formas simultâneas, permite não somente enxergar as múltiplas desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres negras, mas também, encontrar estratégias de coibi-las através de posicionamento político de enfrentamento. Este conceito transcende os meios acadêmicos, pois alcança diversos contextos de opressão vivenciados pelas mulheres de cor em seu ativismo cotidiano.

A socióloga afro-americana Patricia Hill Collins afirma que a emancipação da mulher negra se dá através da percepção das relações interseccionais entre sua raça, classe e gênero. A autora chama atenção para a presença da transnacionalidade dentro da mesma categoria de mulheres negras, pois, é necessário considerar que estamos diante da existência de heterogeneidade de identidades de cor, classe social, sexualidade, dentro dos movimentos, no feminismo negro não seria diferente. (COLLINS, 2018)

Sueli Carneiro (2003, p. 119) ressalta:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso.

No Brasil, o feminismo negro nasce no final da década de 1970, e surge segundo Moraes e Silva (2017, p. 67), a partir das demandas de mulheres feministas negras que discordavam de práticas do movimento “feminista hegemônico”, que silenciava os assuntos “raciais nas pautas reivindicatórias”. Elas eram contrárias também, a propagação de uma ideia de que se vivia no Brasil uma “romântica” harmonia entre as raças, o mito da “democracia racial”.

A historiadora, filósofa, antropóloga e ativista Lélia Gonzalez uma das fundadoras do movimento negro no Brasil, traz em seu discurso a dimensão dessa realidade:

[...] o Movimento Feminista ou de Mulheres, que tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente “se esquece” da questão racial, como já dissemos anteriormente. E esse tipo de ato falho, a nosso ver, tem raízes históricas e culturais profundas. (GONZALEZ, 1981e 1982-b)

Gonzalez sofreu influências de teóricas afro-americanas como Ângela Davis e dos conceitos de interseccionalidade como instrumento de análise das múltiplas discriminações que as mulheres negras passam em seu cotidiano.

Cristiano Rodrigues (2013) ao analisar o texto escrito por Lélia Gonzalez - Racismo e sexismo na cultura brasileira⁵¹ aponta que nessa obra a autora buscou pensar as maneiras de articulação entre o sexismo e o racismo processado como operadores simbólicos de violência contra a mulher negra na sociedade brasileira. Gonzalez aponta que mesmo as mulheres negras de classe média sofrem discriminação. “Ou seja, não se podem compreender as discriminações e a opressão sofridas pelas mulheres apenas pelos vieses de gênero e classe social”. (RODRIGUES, 2013, p. 3)

Sobre este argumento, Sueli Carneiro destaca a importância de articular o racismo à outras relações de discriminação, principalmente devido à realidade histórica dessa prática nas sociedades latino-americanas, no qual o Brasil faz parte.

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de

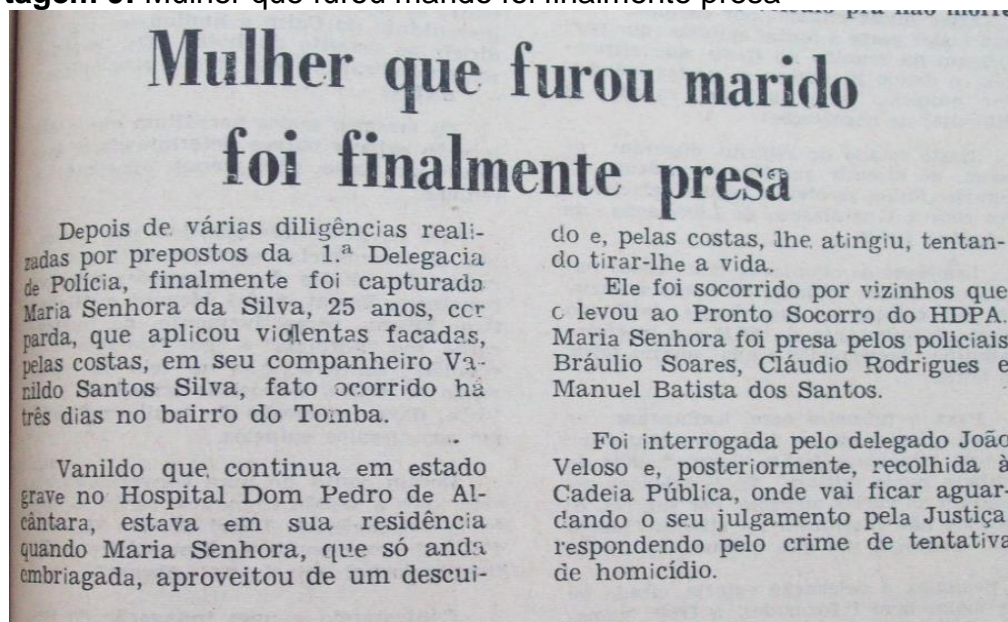
⁵¹ Texto apresentado em 1980 numa reunião da ANPOCS, posteriormente publicado na coletânea Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos.

vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2013, p. 2).

A partir das discussões teóricas aqui levantadas, utilizarei o conceito de interseccionalidade para problematizar os discursos apresentados pelo JFH nas reportagens de violência que envolviam mulheres que residiam nos bairros de maioria negra, a exemplo da Rua Nova, Minadouro, Queimadinha e Tomba.

Das 376 notas policiais analisadas, apenas uma foi exibida a cor da mulher envolvida na violência. Porém, apesar dessa falta de identificação, o periódico ofereceu subsídios capazes de identificar essas mulheres através da localidade onde moravam. No entanto, não é o propósito aqui construir estereótipos que relacione localidade-cor-pobreza-violência, mas sim, problematizar através dos discursos desse jornal a forma como o mesmo apresentava o seu julgamento de valores quando se referiam a mulheres destes bairros já citados. Como apresenta a reportagem 9 abaixo:

Reportagem 9: Mulher que furou marido foi finalmente presa



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 16/12/77, p. 9. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Esta reportagem nos traz informações bastante relevantes a respeito dessa mulher relatada pelo jornal. As inter-relações entre gênero, raça e classe social são visíveis: Maria Senhora da Silva era uma jovem de 25 anos, cor parda, ou seja, uma mulher não branca, moradora de um dos bairros mais pobres e negro de Feira de Santana, o Tomba. Observa-se a posição do jornal diante da ocorrência desse fato, a começar pelo título – “Mulher que furou marido foi finalmente presa” – a satisfação em demonstrar para a sociedade que “finalmente” foi retirada do convívio aquela que não se adequava ao papel estabelecido do que se esperava de uma mulher – a fragilidade, a meiguice e a passividade.

No decorrer da reportagem o periódico informa que a mesma só conseguiu atingir o companheiro por um descuido do mesmo. Por ser uma mulher jamais teria força suficiente para agredi-lo, a não ser se fosse de forma “covarde” como fez, pelas costas. Outra observação relatada foi atribuída à sua condição alcoólica - “que só anda embriagada”, o que esperar de uma mulher que vive nessas condições? É através desses marcadores indenitários – gênero, raça e classe social – que o referido jornal constrói seu discurso pautado em estereótipos que reforçam a discriminação de mulheres negras e pobres na sociedade feirense.

3.2 “ESPANCADA PELO MARIDO”

A violência é qualquer ato de violentar, ou melhor, usar a força e/ou coerção/coação que causa constrangimento físico, ou moral à determinada pessoa. Compreender este conceito se torna necessário para a reflexão acerca da violência que envolve as relações de gênero e que se apresenta através do modelo patriarcal na qual legitima o controle do homem sob todos os membros da família, principalmente da mulher.

De acordo com o Código Criminal de 1830, o adultério cometido pela mulher casada seria crime em qualquer circunstância. Porém, para os homens, essa lei não era tão severa, se o marido tivesse outras mulheres, esta situação não constituía adultério, mas sim, concubinato e só estabeleceria crime, caso essa relação se tornasse pública.

Posteriormente, surge o Código Civil (1916) e altera as disposições, passando a considerar o adultério de ambos os cônjuges, razão para desquite. Esse Código deu continuidade a hierarquização na família, através da instituição do pátrio poder, atribuindo ao homem o poder para a representação legal dos membros da família, inclusive a autorização para a mulher trabalhar fora de casa.

A partir do entendimento historicamente construído de que a mulher era uma “peça” que pertencia ao homem, negado a ela qualquer atitude que fosse de contra aos desejos e interesses do marido/companheiro. A violência era o mecanismo utilizado por muitos destes, para impor seu poder de macho e deixar explícito quem mandava na relação e quem deveria obedecer. É importante colocar que até então, os maus-tratos e castigos atribuídos às mulheres não eram entendidos como forma de violência. Só passa a ser considerado violência no final da década de 1970, a partir da indignação do movimento de mulheres e feministas contra a absolvição dos maridos ou companheiros que assassinavam as mulheres, sob a justificativa da legítima defesa da honra.

Essa observação é crucial para entendermos que as reportagens que serão problematizadas nesta pesquisa, estão inseridas em um período anterior à lei que definiu as agressões contra a mulher como violência. No entanto, será possível analisar através dessas fontes, como foram construídas as relações de poder que encadearam as “violências” conjugais neste período em questão.

Segundo Miriam Grossi (1993), o conceito de violência contra a mulher resultou das reivindicações do movimento feminista, que no ano de 1979 se manifestaram, sob o slogan “Quem ama não mata”, por ocasião do julgamento de Doca Street, que matou sua companheira Ângela Diniz. Assim, nessa primeira ocasião, a violência contra a mulher significava homicídios de mulheres cometidos por seus maridos, companheiros ou amantes.

Ana Alice Alcântara Costa (2005) destaca que no final da década de 1970, sob o contexto político de reivindicações pelo fim da ditadura e redemocratização do país, os movimentos de mulheres e feministas deliberaram pautas específicas para as mulheres, como o direito a creches e trabalho doméstico. Posteriormente, as feministas incorporam temas mais controversos como sexualidade, anticoncepção e violência doméstica.

A Lei nº 10.788, de 2003, definiu violência contra a mulher como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado. Assim, em conformidade com a Convenção de Belém do Pará, essa lei incorporou à legislação brasileira o conceito da violência contra a mulher como violência de gênero.

Três anos depois, a lei nº 11.340/06, conhecida como “Maria da Penha”, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Sobre os conceitos de “violência de gênero”, “violência doméstica” e “violência familiar”, Souza (2013, p. 18) argumenta:

A “violência de gênero”, que pode transcender as relações homem-mulher, é definida como “violência familiar” ou “violência doméstica”, sendo a primeira considerada por envolver membros de uma mesma família nuclear ou extensa, considerando-se os vínculos de consanguinidade e de afinidade. Ela pode ocorrer em qualquer lugar, desde que seja perpetrada por algum familiar. Quando esta violência ocorre no lar, sendo cometida por uma pessoa que não pertence à família, mas que reside parcial ou integralmente com a agredida, a violência é configurada como “doméstica”, podendo ser, inclusive, perpetrada ou sofrida por empregadas(os) domésticas(os) e agregados(as). O incidente violento que ocorre fora do ambiente doméstico, mas que é praticado por alguém que mantém com a vítima uma relação de parentesco, amizade e que tenha compartilhado ou esteja compartilhando com ela do mesmo domicílio, também é configurado como “violência doméstica”, visto que o agressor “se vale da condição privilegiada de uma relação de casamento, convívio, confiança, namoro, intimidade, privacidade que tenha ou que tenha tido com a vítima”.

A expressão “violência de gênero” transcende as relações entre homens e mulheres. Isso significa dizer que, também abrange outras categorias de relações, a exemplo de homem-homem, mulher-mulher, seja quando, dois homens brigam por uma mulher ou em casos de homoafetividade ou entre outras circunstâncias. No entanto, sem descartar os diversos aspectos de violência acima apresentados, o que é mais disseminado é a “violência de gênero” relacionada a violência contra a mulher simplesmente por ser mulher, independentemente de sua cor, classe ou etnia, e cometida por homens. (SAFFIOTI, 2004).

Nestes termos, utilizaremos o conceito “violência de gênero” porque melhor explica o cenário de desigualdade entre homens e mulher que determinaram ao longo do tempo os papéis sociais definidos para cada um como também, destaca a prática dessa violência envolvendo outros agentes, além da relação homem-mulher, como analisaremos ao longo desse trabalho.

3.3 OS BAIRROS COM MAIORES INCIDÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Através das reportagens de violência contra as mulheres divulgadas no *Jornal Feira Hoje* de 1970 a 1979 foi possível observar que essas agressões ocorreram em vários bairros da cidade desde os considerados de “classe alta” – Santa Mônica, Capuchinhos e Kalilândia, quanto os de “classe média” – Sobradinho, Jardim Cruzeiro e Brasília. No entanto, a maioria dos eventos foi sinalizado nos bairros mais populares, compostos pela maioria da população negra, a exemplo do bairro Rua Nova.

A violência de gênero atinge todas as mulheres, independente da raça, classe social, idade, cultura, religião. Porém, algumas mulheres são mais vulneráveis - as mulheres negras por sofrerem múltiplas opressões estão mais suscetíveis a violência.

Na concepção de Ângela Carla de Farias e Lina Maria Brandão Aras (2017, p.4):

A desvalorização das mulheres negras se expressa em múltiplas violências simbólicas, por meio de representações culturais racistas, banalizantes, sexualizadas e inferiorizantes; da “mãe preta” à “mulata sexual”, a mulher negra é estigmatizada e os meios de comunicação cumprem muito bem o papel de desvalorização das mulheres negras [...]

As mulheres negras vivenciam opressões interseccionais, influenciadas por marcadores sociais que inter-relacionam as violências de gênero, raça, classe. Neste cenário, as mulheres negras compartilham os efeitos da marginalização em todos os aspectos da sociedade, elas ganham menos que os homens (brancos e negros) e mulheres brancas. Além da violência simbólica que sofrem ao terem suas imagens associadas a valores inferiores e seus corpos sexualizados.

Para o aprofundamento desta problemática foram contabilizadas 376 fontes jornalísticas sobre violência de gênero encontradas no JFH – (1970-1979). Estas

notas eram exibidas nas seções dedicadas as ocorrências policiais, geralmente encontradas nas páginas 8,9,11.

Nestes espaços, foram utilizados recursos editoriais com o objetivo de promover a diversão. Pois, empregavam nas suas narrativas o humor, o espetáculo e a emoção para chamar a atenção do público. Segundo Dion (2007, p. 124), “em seu sentido mais comum, um *fait divers* é a seção de um jornal na qual estão reunidos os incidentes do dia, geralmente as mortes, os acidentes, os suicídios ou qualquer outro acontecimento marcante do dia.” Obtém como característica, a repetição dos temas. Ou seja, assuntos relacionados a crimes passionais, brigas de vizinhos, brigas entre marido e mulher, recheavam as páginas dos jornais, com o propósito de não somente entreter o público leitor, mas também apresentar “a narração de uma transgressão (social, moral, religiosa ou natural)”, assim como apresentou o JFH no período em questão.

Retomando nossa abordagem sobre as ocorrências de violência de gênero, observa-se que os bairros com maiores incidências foram: Rua Nova, Minadouro, Centro, Baraúna e Queimadinha, como apresenta a tabela 1:

Tabela 1: Relação dos Bairros com maiores incidências de violência de gênero

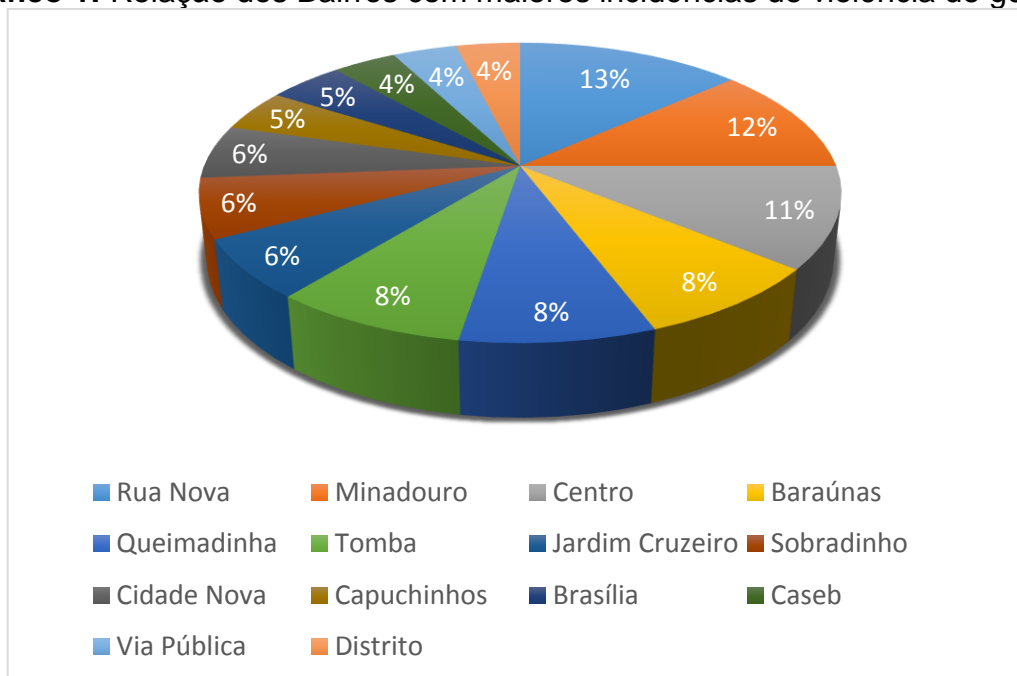
BAIRROS	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS
Rua Nova	21
Minadouro	18
Centro	17
Baraúnas	13
Queimadinha	13
Tomba	13
Jardim Cruzeiro	10
Sobradinho	10
Cidade Nova	9
Capuchinhos	7
Brasília	7
Caseb	6
Via Pública	6
Distrito	6
Total	156

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Estes bairros que lideram as ocorrências são vinculados aos estereótipos de pobreza, violência, alguns são denominados como logradouros de prostituição. Locais que em sua maioria acabavam por justificar as ações de violência praticadas e sofridas por essas mulheres, o jornal busca mostrar que os cotidianos destas eram sempre associados a atos de violência.

O bairro Rua Nova (assunto discutido no capítulo anterior), lidera a lista com (13%) das ocorrências (Gráfico 1)

Gráfico 1: Relação dos Bairros com maiores incidências de violência de gênero



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Pública da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Pinho (2009), ao relatar os discursos jornalísticos e radiofônicos sobre o bairro Rua Nova na década de 1970, destacou o imaginário propagado pela mídia local em disseminar a ideia de que não se esperava nada de bom de um lugar como esse – “[...] o que dizer de um bairro onde mulheres, volta e meia chegavam na delegacia ensanguentadas para dar queixa de seus amantes violentos?”. (p. 53)

Casos como estes, de acordo com a análise desta autora eram vistos como dentro da normalidade, por representar um local, que trazia em sua formação, moradores pobres, negros e desordeiros.

3.4 OS DISCURSOS JORNALÍSTICOS A RESPEITO DOS BAIRROS CONSIDERADOS MAIS NEGRO DA CIDADE

Segundo Santos (2017 p. 7) “o que se escrevem nos jornais são interpretações construídas historicamente em uma determinada formação social e que veiculam tendências dominantes” e estabelece estereótipos como mecanismo de controle e discriminação.

Joan Ferrés (1998, p. 288), afirma que os estereótipos são “representações sociais institucionalizadas, reiteradas e reducionista, trata-se de representações porque pressupõem uma visão compartilhada que um coletivo possui sobre o outro”.

Nestes termos, a figura do negro é sempre associada a pobreza e a violência. Isto remete ao passado escravagista que definia o negro como um ser sem alma, capaz de cometer toda e qualquer violência. Desta forma a ideia propagada era que se tratava de um traço biológico que definia essa periculosidade. Discurso que ao longo da história definiu que a natureza do negro, em sua maioria – pobre, analfabeto, morador de periferia – “resultará no cometimento de atos perigosos e por isso deveria ser combatida com rigor”. (FERRÉS, p. 97)

O jornal como difusor desse discurso, emite sua opinião ao argumentar que não existe solução para baderneiro, a não ser a prisão como apresenta a reportagem abaixo:

Faca lhe deu mais coragem - Dizem que Faustino Esmeraldo de Oliveira, residente no bairro do Tomba, quando está armado, mesmo como uma faca, senti mais coragem e parte para a agressão. Foi isto o que aconteceu no centro da cidade. O homem estava resolvido mesmo a bagunçar a tranquilidade pública, escolhendo a praça dos Rémedios. Solução para baderneiro é ser preso e foi o que fizeram os PMs Nemézio Ramos de Souza e João Santos do Nascimento, levando-o para o plantão policial, onde a arma foi apreendida e ficou detido. (Jornal Feira Hoje, Bahia 22/07/78)

Segundo a narrativa, Faustino residente do bairro do Tomba – local de maioria negra – sente-se com mais “coragem” ao utilizar uma arma, “mesmo que seja uma

faca”, para praticar agressão. No relato jornalístico não foi dito a quem Faustino cometeu a agressão. Talvez esta informação não fosse importante, pois, o que estava em jogo era informar que um morador de um determinado bairro “perigoso” de Feira de Santana precisaria ser punido, e isto deveria servir de exemplo para os demais. O papel pedagógico e ideológica do impresso reforça a intensão de controle dessa população que de acordo com o senso comum propagado pelo jornal – são agressivos - por serem negros, pobres e periféricos – isto basta para punir.

José Góes (2014), aborda que as práticas sensacionalistas da imprensa têm como propósito reafirmar as representações sociais que criminalizam a pobreza. Ideias construídas desde o século XIX, mas que até hoje encontra respaldo.

No final do século XIX o médico italiano Cesar Lombroso defendeu a tese do criminoso nato, observando estigmas físicos e traços de personalidade. O jornal também será uma dessas instituições que vai difundir e reafirmar as representações sociais, estereótipos e preconceitos sobre os pobres como espécies de criminosos naturais. (GOES, 2014, p. 97-98)

O mesmo autor argumenta que a tipificação estereotipada da pobreza é criada para que a maior parte da sociedade “identifique e compreenda a relação sinônima entre pobreza e violência”. (GOES, 2014, p. 93)

Essa estreita relação é apontada no título da (Reportagem 10) – “Preso criminoso da amante da favela”:

Reportagem 10: Preso criminoso da amante da favela



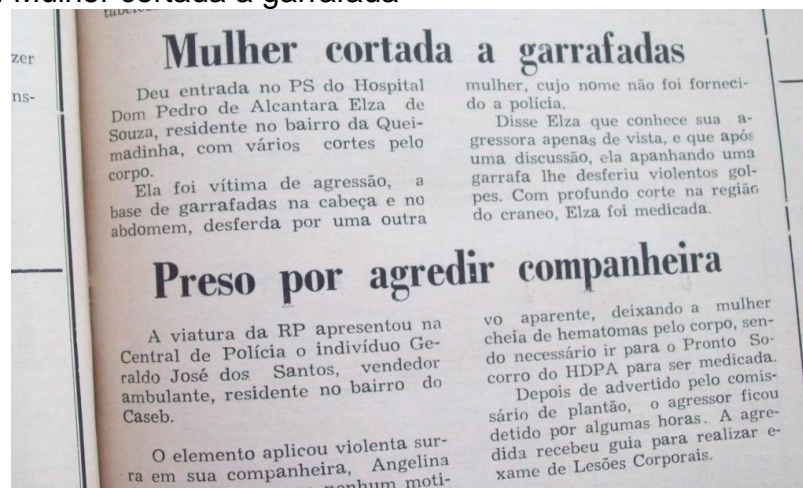
Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 04/06/78, p. 3. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

De acordo com as informações do jornal - o crime ocorreu em uma favela do Tanque da Nação, cometido por um alagoano⁵² contra a sua “amante” que estava grávida. O criminoso estava foragido, mas a polícia – que “trabalhou toda madrugada seguindo várias pistas” - encontrou e o levou para a Cadeia Pública da cidade. Antes de ser preso, “Alonso estava comendo feijão com farinha” em companhia de outros “elementos” de identidade ignorada que acabou fugindo.

Ao destacar no título do jornal a favela como local do crime, o periódico constrói a ideia que legitima este espaço como lugar de práticas de todo tipo de violência, principalmente contra a mulher. A partir desse entendimento, observa-se a forma como o *Jornal Feira Hoje*, construía seus discursos jornalísticos direcionados as mulheres que residiam nos bairros considerados de maioria negra, como: Rua Nova, Minadouro, Queimadinha e Tomba.

A reportagem 11, a seguir, traz um caso de violência no bairro da Queimadinha, onde uma mulher é agredida por outra com uma garrafa.

Reportagem 11: Mulher cortada a garrafada



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 21/05/70, p.9. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

⁵² Os “nortistas” (paraibanos, pernambucanos, sergipano, alagoanos...), eram vistos como “cangaceiros”, indesejados e excluídos de acordo com a perspectiva de cidade civilizada e desenvolvida que Feira de Santana buscava alcançar. Ver: SILVA, Diego Lino Silva. **Da gente alegre que ao terreiro sai: As práticas suburbanas feirenses como representações de Aloísio Resende (1930 - 1941)**. In: VIII Encontro Estadual de História - ANPUH/BA, Feira de Santana, 2016.

Segundo Elimar Nascimento (1995) no Brasil a sociedade estabeleceu-se em torno de uma repetitiva representação social da pobreza que exhibe a ideia de personagens incômodas, culpados pelo não desenvolvimento político do país. A pobreza se constituiu como verdadeira ameaça à ordem. Estes indivíduos são por natureza, perigosos, pois não são unicamente pobres, mas bandidos em potencial. Argumento também apresentado por Pinho (2009) ao trazer em sua narrativa as experiências de repressão e preconceito sofrido pela população do bairro da Rua Nova. A autora afirma que havia através da imprensa local, uma prática de desvalorização desse bairro. Tanto nos discursos jornalísticos quanto nos radiofônicos.

No que se refere a mídia radiofônica, a propagação das reportagens era bem mais acessível do que os jornais impressos, principalmente para as camadas populares, pois, o rádio muitas vezes era o único mecanismo de entretenimento.

Nestes termos, foi criado pelo radialista Francisco Almeida, mais conhecido como Chico Caipira, um programa no horário do meio-dia, na Rádio Sociedade de Feira de Santana, durante a década de 1970, denominado de Ronda Policial – era “destinado a noticiar os casos policiais ocorridos na cidade”. (PINHO, 2009, p. 62)

Segundo a mesma autora, o bairro mais citado pelo programa, devido ao número de ocorrências de violência era a Rua Nova, fato que levou o locutor do programa denominar o local como “Rua Nova dos Diabos”, apelido questionado pela população do bairro, que chegou a cobrar explicações ao radialista, que de forma irônica trocou para o nome de Cidade de Deus – provavelmente referindo-se a um bairro violento do Rio de Janeiro.

Em uma das entrevistas apresentadas pela autora, destaco a de um ex-tipógrafo chamado Carlos Melo o qual informa que, eram as mesmas pessoas que perambulavam pelos lugares, os radialistas e os jornalistas, atrás de notícias, principalmente sobre crimes ocorridos na cidade, onde “os órgãos de repressão policial que detém quase que o monopólio das informações, o que confere a este tipo de jornalismo a construção e veiculação de imagens particularmente contínuas as da ideologia dominante”. (PINHO, 2009, p. 62)

A construção de conceitos negativos produzido pela mídia local, colocava o bairro da Rua Nova como um lugar de pessoas violentas, por causa das constantes práticas de agressões neste local. Como mostra a reportagem 12 abaixo: “Mulher espancada”

Reportagem 12: Mulher espancada



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 12/01/77, p.9. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

A forma estereotipada que são publicadas as reportagens de agressões que ocorrem em bairros que sofrem o estigma da pobreza, do racismo e da violência, só reforça a ideia de que essa população “se comporta como quem não possui capacidade de viver sob regras sociais sendo, portanto, desordeiros e delinquentes” (ASSIS, 2017, p. 128) por natureza, neste raciocínio, o controle policial é justificável.

3.5 O INTERESSE DO JORNAL EM EXPOR AS REPORTAGENS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Os casos de violência que maridos/companheiros cometiam contra as mulheres eram encarados como dentro dos padrões legais. Deste modo, reforça o entendimento machista que enxergava as agressões contra as mulheres algo comum.

Porém, contra a estas agressões, os movimentos sociais, em especial, o movimento feminista, ao longo do tempo se organizou na luta pelo combate à violência

física, sexual e psicológica de gênero. Isto culminou com a criação do Dia Internacional da Mulher em 1975, organizado pela ONU. Como mostra a reportagem:

A Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou 1975 o Ano Internacional da Mulher e, visando a elaboração de um amplo plano de ação capaz de promover esta suprema conquista social que é a igualdade entre os sexos, organizou uma suntuosa Conferência Internacional, iniciada no último dia 19 de junho, na Cidade do México, e com término previsto para amanhã (JORNAL FEIRA HOJE, Bahia, 03/07/75 p. 7)

Segundo a mesma reportagem, este movimento teve uma relativa repercussão no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro onde aconteceram ciclos de palestras organizadas pela própria ONU e pela Associação Brasileira de Imprensa. Nestes eventos foram convidadas algumas personalidades do país com o propósito de discutir sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira.

A pauta das discussões foram que as mulheres precisavam lutar pela igualdade jurídica entre os gêneros, cobrar dos poderes públicos, ações de combate aos maus tratos e assassinatos de mulheres cometidos pelos maridos ou companheiros. Argumento defendido pelo movimento feminista na década de 1970, no Brasil, que devido ao acontecimento de repercussão nacional⁵³ criaram o slogan “Quem ama não mata” – reflexo dos inúmeros acontecimentos de agressões existentes nos lares da classe média que passaram a serem divulgados – pois, até então eram acontecimentos que se mantinham no recinto privado.

Em Feira de Santana, neste mesmo período, a violência desferida contra a mulher ou praticada por elas foram perceptíveis através das manchetes dos jornais, em particular o *Jornal Feira Hoje*, que passou a divulgar as reportagens de violência envolvendo a mulher no momento de propagação do ideário de modernização e civilização tão defendido pelo jornal.

A palavra industrialização tornou-se nos últimos anos, uma das mais pronunciadas pelos feirenses. Não só pela expansão deste importante setor, em todo país, mais pela própria entrada do município nessa nova dimensão de progresso e **civilização**, resultado da ação ativa conjunta e consciente do poder público e da iniciativa privada, bem como de toda a população, e que resultou na definição de novos e precisos rumos para a consolidação do

⁵³ Repercussão ao assassinato de Ângela Diniz por Doca Street, seu marido, no dia 30 de dezembro de 1976 e da libertação do assassino no qual provocou insatisfação social, fazendo com que representantes do movimento feminista se organizassem em torno do lema “quem ama não mata”, resposta a justificativa do crime por amor. Disponível em: www.usp.br/nemge. Acesso em 8 nov. 2018.

desenvolvimento harmônico da economia feirense. (JORNAL FEIRA HOJE, Bahia, 27/05/73 p. 4) (grifo meu).

Ao referirmos à palavra grifada percebemos que este propósito não foi disseminado no combate a cultura da violência de gênero nem poderia, pois, esta mudança de comportamento representaria “uma verdadeira ameaça ao domínio do homem. Honra, moral e família constituíam a base do poder patriarcal. Se esses conceitos passam a ser letras mortas, isso quer dizer que o próprio modelo patriarcal passa por crise” (FILGUEIRAS, 2008, p. 28).

Reflexo da ausência de relação entre violência e civilização é demonstrado quando avaliamos a quantidade de reportagens sobre este tipo de violência exibida no *Jornal Feira Hoje*, entre os anos de 1970 a 1979, como mostra a Tabela 2:

Tabela 2: Quantidade de reportagens sobre violência de gênero exibida no Jornal Feira Hoje (1970-1979)

ANO	QUANTIDADE
1970	12
1971	-
1972	-
1973	2
1974	3
1975	6
1976	116
1977	77
1978	142
1979	18
TOTAL	376

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva. Obs.: não foram encontradas reportagens de violência de gênero nos anos de 1971 e 1972.

É perceptível que há uma maior concentração de reportagens nos anos de 1976, 1977 e 1978. No entanto, não significa dizer que não houve violência nos outros anos, mas que não foi divulgado pelo jornal ou foi em pequena quantidade. Pois, esta prática apesar da intensidade, era na maioria das vezes, considerada um ato da vida privada e, por isto, deveria ser silenciado. Todavia, o que se pretende questionar é por que a violência contra a mulher ocupou as páginas dos jornais dessa época?

A primeira hipótese levantada diz respeito ao surgimento do dia Internacional da Mulher, principalmente se considerarmos que, logo após a sua criação em 1975, houve um acréscimo de reportagens, como aponta a Tabela 2. Entretanto, esta tese pode ser questionada pelo fato de que o JFH apresentou uma matéria com o seguinte título: “Surpresa para elas próprias” – fazendo alusão à comemoração do terceiro ano do Dia Internacional da Mulher em Feira de Santana. Nesta matéria, o jornal observou que “as mulheres feirenses pouco ou nada sabiam a respeito dessa data” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 09/03/79 p. 4). Mas isto não significa que elas negligenciavam a sua importância, como relata uma das entrevistadas:

É verdade este negócio de Dia Internacional da Mulher? Que bom. Ótimo, beleza, beleza. Isto já que dizer que estamos conseguindo alguma coisa. No entanto ainda precisamos conquistar muitas coisas. Acho que as mulheres deveriam ter as mesmas condições dos homens e poder ter os mesmos trabalhos. (JORNAL FEIRA HOJE, Bahia, 09/03/79 p. 4)

A satisfação do reconhecimento de um dia dedicado à mulher, representou para esta entrevistada uma oportunidade para exigir maior participação feminina na sociedade, principalmente ao que se refere à busca por melhores condições de trabalho. Haja vista que, as mulheres ainda não podiam exercer funções consideradas masculinas, e se raramente exerciam, os salários eram inferiores aos dos homens (uma realidade ainda presente nos dias atuais).

Outra entrevistada declarou o seguinte:

Não sabia que hoje era o Dia Internacional da Mulher. É jóia um dia especial para as mulheres [...]. A mulher vai tomar mais consciência do seu papel na sociedade brasileira. Agora acho que esse negócio de mulher gritar e fazer greve não fica bem. A mulher tem que levar as coisas com mais jeito e carinho, fazer barulho, de jeito nenhum. (JORNAL FEIRA HOJE, Bahia, 09/03/79 p. 4)

Nesta fala notamos um forte discurso machista solidificado e incorporado por algumas mulheres que reproduzem concepções historicamente construídas acerca dos papéis femininos e masculinos produzidos pela sociedade, onde as mulheres devem ser sempre dóceis, calmas e carinhosas e os homens viris, agitados e barulhentos. Deste modo, lutar, reivindicar é visto como atitudes inatas ao comportamento feminino.

Neste contexto, as comemorações dos três anos de criação do dia Internacional da Mulher ainda não foram suficientes para modificar o comportamento de uma sociedade machista, e nem seria – pois, estamos nos referindo a um comportamento histórico de longa duração. No qual, a sua ação é de caráter processual e contínuo, visando, a longo prazo, uma maior atuação feminina na sociedade.

A outra hipótese que parece ser a mais aceitável diz respeito ao aumento da vigilância da cidade na década de 1970 em um período de repressão “a toda espécie de atitude que causava suspeita de sublevação ao movimento dos militares” (SILVA, 2008, p. 4).

O Regime Militar foi instaurado no Brasil em 1 de abril de 1964 e durou até 1985, ocorreu sob o comando de sucessivos governos militares. Nesta conjuntura, o país vivenciou momentos de extrema violência, prisões arbitrárias, estupros, torturas, assassinatos de opositores, direitos políticos foram cassados e a censura foi instaurada para controlar os meios de comunicação.

Segundo Carlos Fico (2007), além dos eventos de perseguições, prisões, torturas e mortes praticadas pela polícia política, milhares de pessoas foram espionadas, julgadas e prejudicadas pela comunidade de informações⁵⁴ que atuava simultaneamente na coleta de dados e na repressão.

Apesar da maioria das perseguições militares terem sido direcionadas aos grupos de esquerda, houve também o controle aos segmentos populares, como afirma Rivail Rolim (2015, p. 273):

Embora os grupos de esquerda fossem os mais visados, os inimigos a quem o regime deu grande relevância, e com isso tiveram maior visibilidade, em um olhar mais atento nota-se que os segmentos populares também eram vistos como detentores de um potencial desagregador e perigoso, porque se acreditava que eram despreparados para viverem em uma sociedade urbano-industrial que vinha se configurando no país a partir de meados do século XX.

As populações que residiam em favelas, em bairros periféricos, tinham grandes “dificuldades de circular livremente pela cidade, porque a polícia prendia aqueles que

⁵⁴ O serviço Nacional de Informação (SNI) foi criado em 1964 durante a ditadura militar no Brasil, o seu objetivo era espionar e combater os suspeitos de subversão. Participaram vários órgãos de informações, como o Exército, Aeronáutica, Marinha e Polícias civis. Ver: SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a Comunidade de Informações na ditadura civil-militar brasileira. **Revista Angelus Novus**, nº 5, junho de 2013.

não eram capazes de apresentar documento de identidade ou carteira de trabalho comprovando que estavam efetivamente trabalhando”. (ROLIM, 2015, p. 283).

Neste cenário, qualquer prática de “desordem” deveria ser reprimida para que se mantivesse o controle da moral e dos bons costumes, principalmente nos bairros populares.

Muitas modificações serão introduzidas no funcionamento das Delegacias Regionais e da Polícia de Feira de Santana, após a nomeação dos seus novos titulares pelo governo de Antônio Carlos Magalhães. Uma delas será a reimplantação do sistema de comissariado. Isto significa que a qualquer hora do dia ou da noite, você encontrará um comissário, uma guarnição para qualquer eventualidade. (JORNAL FEIRA HOJE, Bahia, 26/02/72 p. 2)

Estas guarnições eram realizadas pelas rádios-patrolhas “que eram carros utilizados pela polícia feirense em suas atividades de vigilância e controle das ruas” (SILVA, 2008, p. 6) que em qualquer circunstância era solicitado para coibir a violência, até mesmo as consideradas de domínio privado. Como aponta a reportagem: “A viatura da Rádio Patrulha, prefixo 1. Apresentou detido Aquino de Carvalho, petroleiro, por ter agredido fisicamente a sua esposa da qual se encontra separado, inclusive com o problema sendo resolvido na justiça”. (Jornal Feira Hoje, Bahia, 01/04/77 p. 9)

Outros acontecimentos que também foram registrados pelo jornal com maior intensidade a partir da segunda metade da década de 1970 se pautavam nas zonas de baixo meretrício, local de constante repressão militar, (assunto que já problematizamos anteriormente). Para Soihet (2004), o Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente de modo a disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares.

A partir desse estudo, tudo leva a crê que o aumento das ocorrências se deve, justamente, a maior intensificação do controle de práticas consideradas desordeiras em um período de intensa repressão militar na cidade.

É importante destacar também, que desde o período de fundação do referido jornal, 05 de setembro de 1970, o mesmo passou por diversas direções. Nos períodos de maiores ocorrências de violência envolvendo mulheres (1976-1979), o periódico estava sobre o comando de membros ligados a presidência do CIFS, a exemplo de

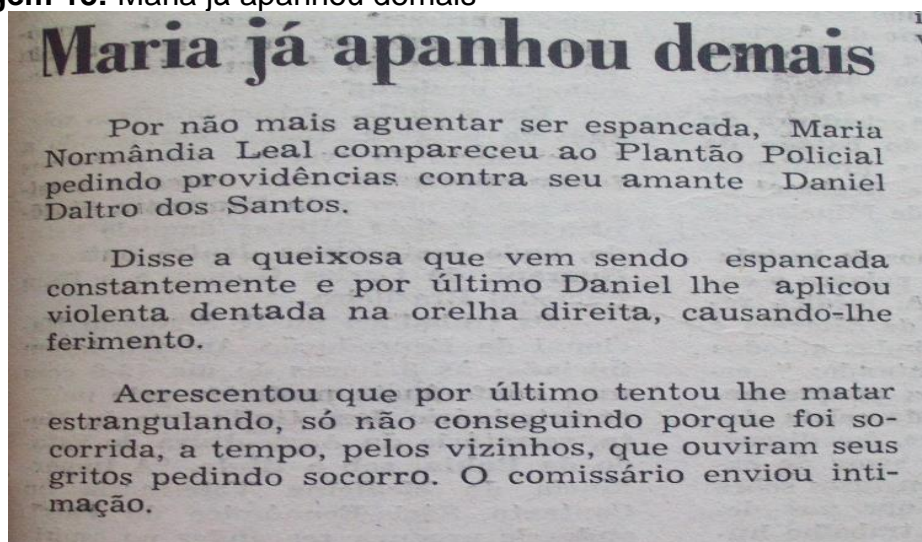
Alfredo M Falcão. Nestes termos, qualquer ameaça ao projeto de desenvolvimento industrial na cidade feirense deveria ser reprimida.

Provavelmente esse aumento também se deva a essa mudança na composição administrativa do periódico, pois, o jornal como representante dos ideais desenvolvimentista e ligado a elite política local, defensora do regime, disseminava através das suas reportagens as ações de controle policial aos eventos considerados ameaçadores à ordem estabelecida, inclusive as violências envolvendo mulheres.

3.6 A SUPOSTA “CEGUEIRA” DA IMPRENSA FEIRENSE NA RELAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Os casos de violência contra as mulheres eram tratados pelo jornal como “contos” da vida real. As agressões eram utilizadas para chamar a atenção do público leitor porém, sem propor a ideia de denúncia ou uma reflexão sobre estes abusos. A problematização da violência era ofuscada em detrimento da prática de ridicularização da imagem feminina diante das agressões como aponta a reportagem 13:

Reportagem 13: Maria já apanhou demais



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 22/09/76, p. 9. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Maria, “já apanhou demais” e “por não mais aguentar ser espancada” por Daniel, resolveu denunciar seu “amante”. Os discursos propagados pelo jornal a

começar pelo título, leva-nos a questionar se existe um limite para suportar as agressões. A forma como o periódico traz a informação conjectura que a mulher aceitou os abusos por escolha própria, só quando as agressões passaram dos limites, esta resolveu acusar seu “concupino”. O estado instável do relacionamento é divulgado de forma que desqualifica a imagem de Maria. A denominação de “amante” tem o intuito de desvalorizar a figura feminina pelo fato de não ser oficialmente esposa de Daniel.

De acordo com o Censo Demográfico de 1970⁵⁵, do total de 71.219 homens que se declararam comprometidos 24.747 foram por vias civil e religiosa e 10.668 somente civil. Do total de 70.990 mulheres, 24.510 foram por casamento civil e religioso e 10.562 somente civil. Os restantes não explicitados pelo censo representam as uniões não oficializadas e apresentada pelo jornal de forma estereotipada.

A reportagem 14, a seguir, tem como mote o “crime por amor”, tema muito comum retratado pelo JFH.

Reportagem 14: Amor não correspondido leva a invadir casa



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 22/09/76, p. 9. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

O jornal traz em seu título “Amor não correspondido leva a invadir casa”, o periódico induz a tornar mínimo o caráter de violência sofrida por Geraldina, ao utilizar

⁵⁵ Ver Censo Demográfico – Bahia – VII Recenseamento geral- 1970/Série Regional. V 1 – Tomo XIII.

a ação “impulsiva” do agressor “Marivaldo de Tal” como uma atitude de “amor”, ofuscando a manifestação do domínio do poder masculino em relação ao corpo e vida da mulher, e esta não poderia negar tal declaração incontrolável do “amor” – pois, poderia sofrer violência por ousar exercer suas escolhas.

Semelhante discurso, porém, com desfecho trágico é analisado nesta outra (reportagem 15) que utiliza novamente a causa do crime motivado por “amor”. Em que o homem pela justificativa de um amor descontrolado acaba perdendo a razão e comete o crime.

Reportagem 15: José matou amante por asfixia



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 25/02/75, p. 3. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

José Maria, vulgo “Zanata” era um criminoso que estava na cadeia e sua “amante” Neuza contratou um advogado e o libertou. Depois de solto assassinou a amada. Porém, antes de fugir deixou um bilhete pregado na parede no qual explicou o motivo do crime: “Matei por amor demais”, e ainda mencionou os vizinhos como testemunhas desse sentimento. A “loucura”, a “paixão” incontrolada desse “artista” que desconsolado até desenhou o rosto da sua amada que não mais iria vê-la.

Com o objetivo de comover o público leitor, romantizar o crime, ou seja, transformar o delito em uma ocorrência motivada por amor, o discurso jornalístico acaba colocando a própria vítima como a principal culpada pelo crime. Haja vista, que Neuza já tinha conhecimento da índole de “Zanata” mesmo assim, quis o libertar e

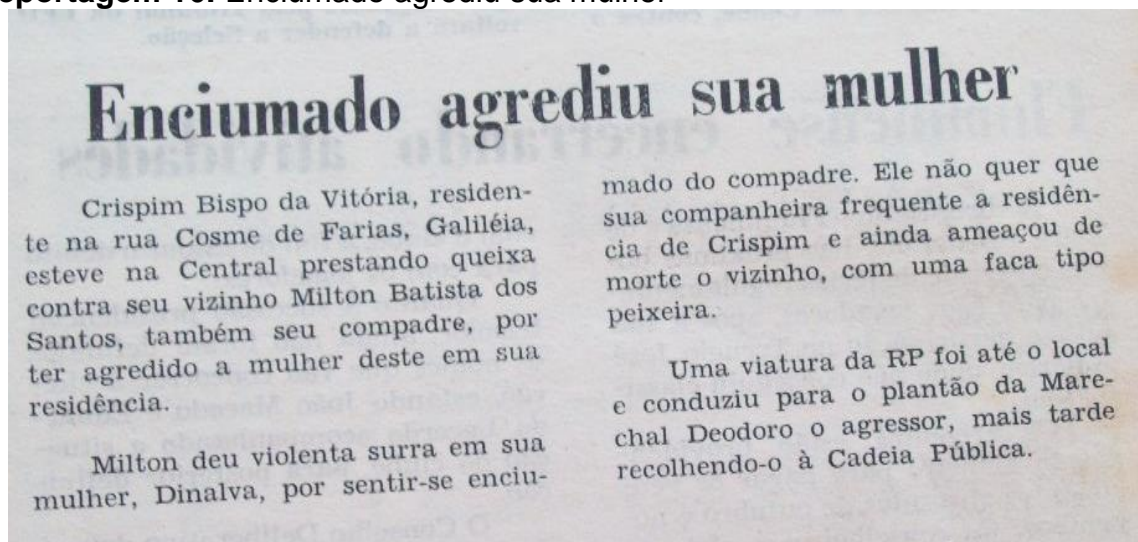
ainda não conseguiu controlar o instinto desse “homem apaixonado”. O jornal transmite uma atmosfera de suspense no ar - então o que teria feito ela para que José Maria a matasse?

A vingança motivada pelo ódio, gerada pelo ciúme, provoca o que se denomina “crime passionai”, mas que, na verdade trata-se da manifestação de posse que o homem acredita ter sobre a mulher.

Certos homicídios são chamados de “passionais”. O termo deriva de “paixão”; portanto, crime cometido por paixão. Todo crime é, de certa forma, passionai, por resultar de uma paixão no sentido amplo do termo. Em linguagem jurídica, porém, convencionou-se chamar de “passionai” apenas os crimes cometidos em razão de relacionamento sexual ou amoroso. Em uma primeira análise, superficial e equivocada, poderia parecer que a paixão, decorrente do amor, tornaria nobre a conduta do homicida, que teria matado por não suportar a perda de seu objeto de desejo ou para lavar sua honra ultrajada. No entanto, a paixão que move a conduta criminosa não resulta do amor, mas sim do ódio, da possessividade, do ciúme ignóbil, da busca da vingança, do sentimento de frustração aliado à prepotência, da mistura de desejo sexual frustrado com rancor. (ELUF, 2007, p. 113)

Outro acontecimento causado por ciúmes é retratado na reportagem 16, a seguir:

Reportagem 16: Enciumado agrediu sua mulher



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 14/12/76, p. 11. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Conforme a referida reportagem o “direito” que Milton acredita ter sobre Dinalva fez com que o proibisse de trafegar em locais não concedidos por ele, a exemplo da

casa do seu compadre Crispim, que o ameaçou de morte por suspeitar de relações com a sua mulher. Isto porque é a mulher quem possui o poder de manter a honra do marido, um homem desonrado perde todo respeito e credibilidade na sociedade em que vive. Para que consiga constituir o respeito é preciso de toda forma preservar a honra, mesmo que para isso tenha que usar a violência.

Partindo do pressuposto de que as motivações expressas nos jornais podem falar um pouco sobre os costumes e valores da sociedade onde vivemos, observamos que o ciúme é um dos principais motivos da ocorrência dos crimes. Isto porque a cultura machista coloca tal reação como sinônimo de quem ama, “quem não tem ciúmes do seu amor é porque não tem sentimento verdadeiro”.

A raiz histórica do ciúme [...] tem relação com nossa raiz cultural judaico-cristã, sendo que dos povos antigos, os judeus eram os que mais valorizavam o ciúme. A monogamia, uma das principais justificativas para a manifestação do ciúme, é um traço cultural do povo hebreu e nela está embutido o sentido de posse. A mulher é vista como propriedade do homem. (FIGUEIREDO; NETO, 2012, p. 1)

A manifestação de posse do homem sobre a mulher em nenhum momento é discutida pelo jornal, ao contrário, o periódico demonstra-se “cego” diante do papel em denunciar a violência sofrida pelas mulheres em Feira de Santana neste período estudado. As agressões são expostas, porém, não problematizadas.

4 CAPÍTULO – O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO PROPAGADO PELO JORNAL FEIRA HOJE

Discutiremos nesse capítulo o contexto da violência de gênero através dos aspectos: classificação dos agressores segundo o sexo, principais motivações das violências ocorridas, os tipos de violências mais comuns e os instrumentos mais utilizados. No entanto, não foi possível analisar mais detalhadamente as características específicas dos fatos, como: as idades dos envolvidos, grau de instrução, as questões de raça/etnia de maneira mais apurada. Pois, “por serem muito breves, as notas dos jornais não nos permite saber mais nada além da ocorrência da informação”. (FILGUEIRAS, 2008, p.14).

Entre as reportagens selecionadas, analisei aquelas relacionadas aos discursos atribuídos a quatro aspectos de violência envolvendo: homem-mulher, mulher-homem, mulher-mulher, homem-homem (motivado por mulheres).

Segundo Saffioti (2004, p.45):

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico, como símbolo cultural evocadores de representação, conceitos normativos como grade de interpretações de significados, organizações e instituições sociais, identidades subjetivas; como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidade como, numa certa instância uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem- mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher.

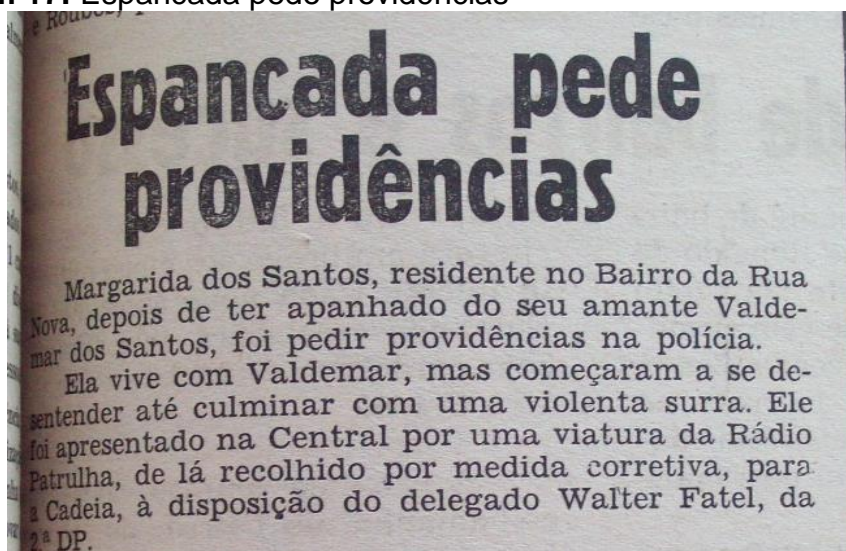
Sobre essa análise, a autora destaca que não há uma norma fixa nas relações sociais que divide entre homens dominadores e mulheres subordinadas. Isto porque, segundo a mesma, não existe um único princípio estruturador na sociedade. Através desse entendimento é permitido verificar múltiplas relações de poder que envolvem outras formas de dominação, onde se observa “homens dominando outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens”. (SAFFIOTI,1987, p. 16)

Aspectos que problematizamos de modo a discutir a maneira como esse periódico articulava as suas discussões a depender de como as personagens estavam envolvidas no contexto da violência.

A análise parte da relação de violência de maior ocorrência, a praticada por homens contra mulheres, “esta é, na maioria das vezes encarada como um fenômeno natural. Sofrer violência passa a ser, assim, o destino natural da mulher” (XAVIER, 2003. p. 197). Pensamento respaldado por uma cultura de subordinação da mulher ao homem, na qual ela é considerada propriedade do seu marido. É delegado aos homens o direito de domar e controlar suas mulheres, para isto podem fazer uso da violência. Nesta lógica, a mulher, como “peça pertencente ao marido”, deve obedecê-lo e aceitar a sua condição de inferioridade, assim como a violência praticada pelo mesmo.

A reportagem 17 traz como título “Espancada pede providência”. A partir da abertura do discurso jornalístico observamos que a atitude da vítima que sofreu as agressões, contraria o que se espera de uma mulher, reclamar sobre as agressões sofridas.

Reportagem 17: Espancada pede providências



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 21/07/76, p. 11. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

“Margarida dos Santos, residente no Bairro Rua Nova, depois de ter apanhado do seu amante Valdemar dos Santos foi pedir providências na polícia”. A forma como

o jornal aborda as informações, leva-nos a compreender que a atitude de Margarida não era comum, o mais “adequado”. Pela lógica do imaginário cultural machista seria mais aceitável ela resolver os problemas domésticos no âmbito privado e não expor a público e, ainda, exigir soluções para uma situação vista como normal dentro dos padrões sociais da época.

Por causa dos constrangimentos sociais, vergonha de se expor e apresentar as marcas da violência sofrida pelo seu esposo, a maioria das mulheres das camadas abastadas evitavam denunciar esse tipo de violência, pois, muitas delas temiam não somente o escândalo, mas também, a perda do sustento, haja vista que dependiam economicamente dos maridos.

De forma contrária, as mulheres das classes populares habitualmente trabalham e obtém sua renda o que segundo Chalhoub (2001, p. 204) lhes dá uma certa autonomia em relação aos homens de permanecer na relação ou não. Porém, o homem ao ter seu suposto domínio contrariado, exerce através da violência seu forjado poder de macho sobre a fêmea, como fez Valdemar ao dar uma surra em sua companheira.

Na reportagem 18 – “Uma surra na mundana”, a seguir, antes mesmo de prosseguir a leitura, o jornal já informa a mulher que será retratada – aquela que segundo a moral e os bons costumes era merecedora da violência que sofreu, por pertencer ao mundo das mulheres sem pudor, sem moral para conviver nos espaços reservados as mulheres de “família”, as “feitas para casar”.

Reportagem 18: Uma surra na mundana



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 14/12/76, p. 11. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

O Minadouro correspondia ao local de prostituição, estas mulheres que ali residiam ou transitavam por este espaço eram identificadas pelo jornal como mundanas, o mesmo que prostitutas, garotas de programa, meretrizes, mulheres que desobedeciam aos costumes e à ordem. Este local era reservado as pessoas menos favorecidas, a desigualdade social refletia no reordenamento dos espaços que atribuía a divisão dos grupos sociais na cidade. Silva (2008, p. 3), destaca que:

Um dos bordéis mais famoso da cidade era o Sonho Azul, no bairro da Queimadinha, frequentado pela alta sociedade, enquanto que no bairro Minadouro estava reservado a atividade de baixo meretrício voltado para atender os populares.

Por atender a camada social mais desfavorecida era comum a existência de ocorrências como esta apresentada na reportagem anterior, violência contra mulheres que exerciam a prática de prostituição. No entanto, em nenhum momento o jornal deu mais informações sobre a “mundana”, sua cor, idade, se o agressor era um cliente? Ou companheiro da vítima? Se era realmente prostituta ou por residir nesse espaço, já o condenava. A proposta era justamente invisibilizar esta que transgredia as normas e “moral burguesa responsável pelo processo de estruturação do ideal de mulher” (SILVA, 2008, p. 2) – honesta, recatada e submissa.

As reportagens seguintes trazem informações a respeito de mulheres que foram consideradas violentas por agredirem seus companheiros.

Ao longo da história as denominações direcionadas as mulheres que ousaram transgredir as ordens impostas pela sociedade, sempre foram associadas a naturalização da maldade: “malignas, fontes de maldade, que manipulavam os homens como marionetes” (PERROT, 1988, p. 174) por isto, o cuidado redobrado com elas. A própria bíblia adverte: “Não se entregue a uma mulher, para que ela não o domine. Não vá ao encontro da mulher fácil, para não cair em suas armadilhas [...]” (ECLESIÁSTICO 3,1-3).

Sendo assim, quem são estas mulheres? Por que os devidos respaldos? Quais são os discursos construídos para elas? Baseado nestes questionamentos analisamos, através das reportagens, outro aspecto – a mulher “violenta”.

A reportagem 19 relata o caso de Estelita Bispo dos Santos que por ter sido deixada por Agnaldo Ferreira Bastos, resolveu persegui-lo.

Reportagem 19: Invadiu casa do amante

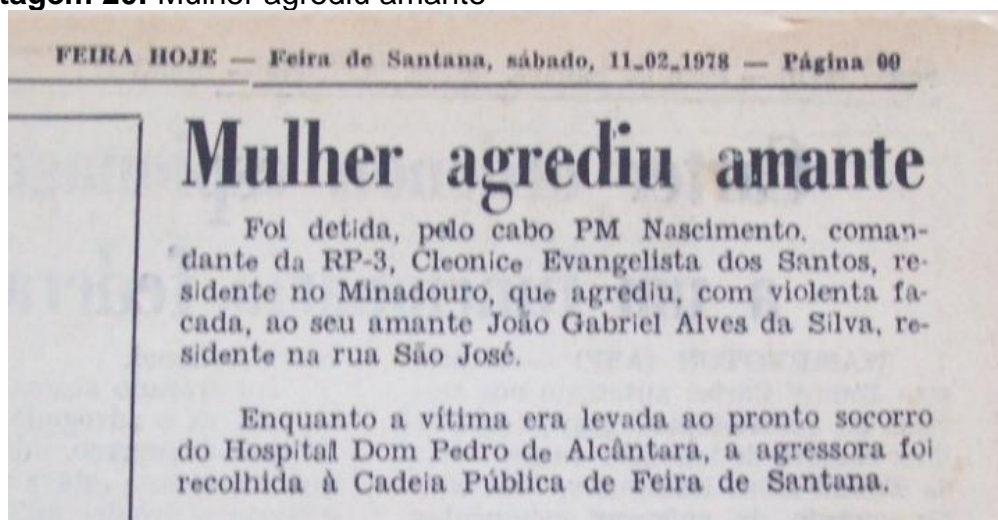


Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 19/07/77 p. 11. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Pela lógica machista, cabe ao homem ter atitude de procurar a mulher e não contrário. É função dele caçar, ter a iniciativa da conquista, ou até mesmo da reconciliação e não a mulher como agiu Estelita.

A reportagem 14 - "Mulher agrediu amante" relata que Cleonice Evangelista dos Santos, residente no Minadouro agrediu com violenta facada seu amante João Gabriel Alves da Silva.

Reportagem 20: Mulher agrediu amante



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 11/02/78, p. 9. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Como foi possível observar, esta reportagem refere-se ao que já foi discutido anteriormente, acerca da determinação dos espaços reservados a ocorrências de violência, local destinado a mundanas, marginais, homens e mulheres negros (as), pobres, moradores e trabalhadores do bairro Minadouro.

Observa-se que nas duas reportagens aparece a condição não estável do relacionamento – amante – mais uma maneira de desvalorizar a imagem da mulher por não seguir as normas civis e religiosa de uma relação conjugal.

Ambos registros acentuam o discurso que afirmam que as mulheres obtêm uma predestinação “natural” as ações emocionais sobre os racionais, nas quais as caracterizam como seres descontrolados a ponto de realizarem atos como: perseguir e tentar contra a vida do seu “amante”.

Na perspectiva, onde os homens são quem sofrem a violência, o trabalho de Leticia Carvalho e Luciana Xavier Senra (2014) - *Homem vítima de violência conjugal: uma análise bibliométrica e sistemática* - aponta que a mulher não é a única vítima da relação conjugal. As autoras realizaram essa pesquisa através de informações publicadas em artigos encontrados em bases eletrônicas de dados. Chegaram à conclusão de que as mulheres eram igualmente agressoras assim como os homens, porém, salientam que as maiores vítimas ainda são as mulheres. Problematizaram os motivos dessa mudança de comportamento nas relações conjugais, chegam a supor que isso se deva ao processo de independência feminina.

É possível afirmar que a partir do processo de conquistas sociais e econômicas as mulheres passaram a enfrentar a agressão que seus companheiros por muito tempo praticavam, até mesmo por meio de violência. Mas devemos ter cuidado para não cairmos em construções estereotipadas que colocam as mulheres independentes como sendo mulheres frias, autoritária, “o homem da relação” por reagirem a um sistema machista.

Saffioti (1987) em sua obra – O poder do macho – conjecturou que pela força física, o homem tenha dominado a mulher. Porém, existem exceções a esta norma.

“Variando a força em função da altura, do peso, da estrutura óssea da pessoa, há mulheres detentoras de maior força física que certos homens”. (p. 12)

Retomando o cenário da violência, apresentado nos jornais, Antônio Carlos Lima da Conceição (2015) discorre ao afirmar que na situação onde a mulher comete o crime, os rumores da sociedade contra este ato são sempre maiores dos que as ações cometidas por homens contra mulheres, pois, no último caso, quase sempre existem justificativas (defesa da honra, matou por amor) ao contrário do que ocorre com a mulher, a construção de uma natural “malícia” feminina é quase sempre colocada à mostra.

Dependendo das circunstâncias que levaram um homem a espancar ou matar sua mulher, a opinião pública e jurídica poderia lhe dar razão. O mesmo, no entanto, não se aplicava a elas. De certa maneira, a mulher como agente de crime deixava a sociedade muito mais perplexa do que crime praticado por homens. Nesse sentido, as notícias sobre ocorrências em que as mulheres eram protagonistas recebiam destaque maior nas páginas dos periódicos. (CONCEIÇÃO, 2015, p.159-160)

O trabalho de Conceição (2015) intitulado - *Metendo a colher: Os crimes passionais em Salvador (1940-1980)* – aborda sobre as práticas relacionadas aos crimes passionais conferidos tanto ao homem quanto a mulher, ocorrido no Brasil, de maneira especial na cidade de Salvador entre 1940-1980, a partir de uma perspectiva de gênero. Para isto, o autor fez uso de uma diversidade de documentos incluindo jornais, periódicos, processos de crime de homicídio e produção jurídica (Códigos Penais e literatura de comentadores dos Códigos).

As contribuições deste trabalho foram bastante relevantes, uma vez que o autor também buscou problematizar a forma como os periódicos retratavam a questão da violência de gênero em suas páginas. O período da pesquisa foi mais extenso ao que propus, ou seja, 40 anos e as fontes jornalísticas utilizadas por ele foram variadas - *Diário da Bahia, Jornal da Bahia e A Tarde*.

Observa-se que as variações dos discursos ao longo do tempo não mudaram muito, mantendo-se as falas que buscavam ridicularizar a imagem da mulher diante do contexto de violência.

Assim como foi analisado no *Jornal Feira Hoje* de 1970 -1979, o autor também observa que “os jornais exploravam a dramaticidade dos casos, fazendo com que o

leitor acompanhasse lentamente a história, para que esse, de alguma forma, sofresse a influência do infortúnio noticiado”. (CONCEIÇÃO, 2015, p.141-142)

Prosseguindo as discussões sobre as “mulheres violentas”, mas em outra perspectiva – as das mulheres que cometeram violência contra outras mulheres, como apresenta a reportagem 21 – “Mulheres brigavam”:

Reportagem 21: Mulheres brigavam



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 01/12/76, p. 8. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

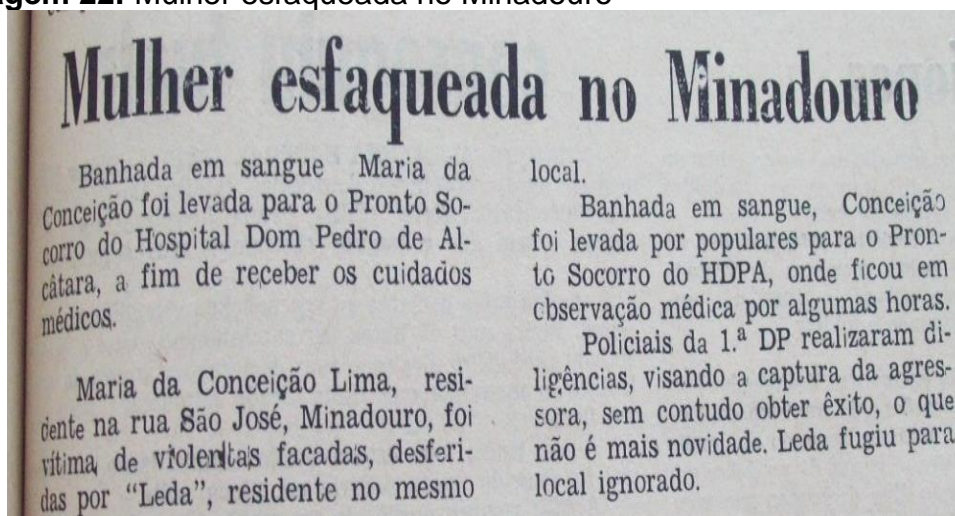
Duas mulheres brigavam em via pública, o jornal não traz mais informações a respeito da briga, quais foram os motivos? Possivelmente a função do periódico seja de aguçar o pensamento do leitor e provocar um juízo de valores. Afinal o que se espera de duas mulheres quem brigam em via pública?

A relação de poder não se restringe somente a concepção de gênero, mas também a outros agentes como faixa etária, raça/etnia, situação econômica, classe, como já foi problematizado.

Maria Aparecida Sanches (1998) chama atenção de que a mulher, mesmo estando submetida à autoridade do marido detinha o poder de disciplinar seus criados (mais especificamente as criadas) por meio de violência, isto era utilizado para que a subordinada, no caso a mulher negra, compreendesse e aceitasse o seu papel social de inferioridade que ocupava em relação a sua patroa, branca.

Outro exemplo de violência possivelmente ocorreu motivado por disputa de espaço como apresenta a reportagem 22, a seguir: “Mulher esfaqueada no Minadouro”.

Reportagem 22: Mulher esfaqueada no Minadouro



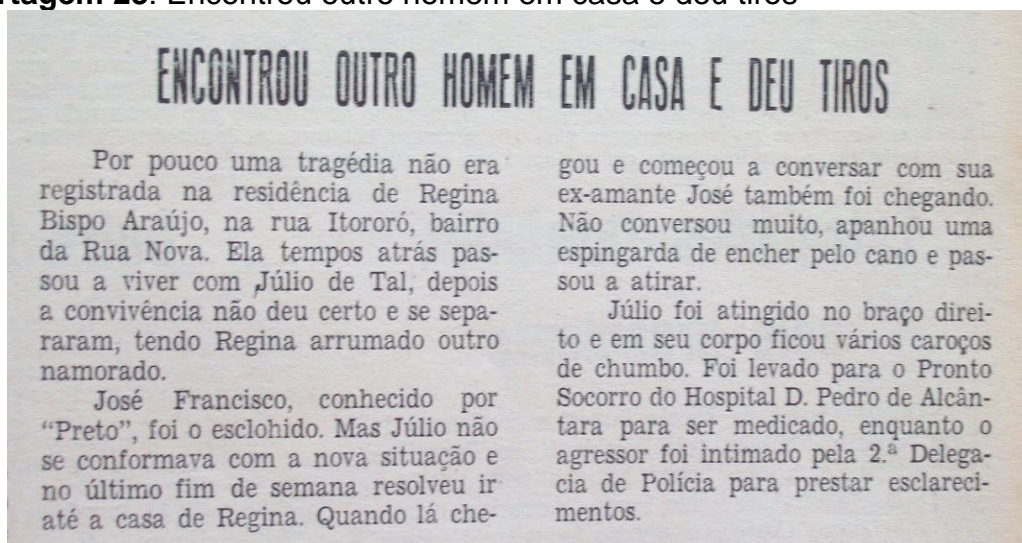
Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 17/02/78, p. 9. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

O relato jornalístico traz que: "Maria da Conceição, residente no bairro do Minadouro foi vítima de 'violenta facada, desferida por Leda, residente no mesmo local". Entretanto, mais uma vez o jornal não dá mais informações sobre essas mulheres e nem os motivos que levaram a este fato.

Percebe-se através do seu discurso que provavelmente aconteceu uma disputa entre as duas mulheres, pois, o jornal deixou transparecer que "Leda" era uma figura bastante conhecida no lugar que residia e, provavelmente, na delegacia. Leva a induzir que se trata de uma mulher "desordeira" uma "mundana" pela forma como traz a informação: "Policiais da 1.^a DP realizaram diligências, visando a captura da agressora sem, contudo, obter êxito, o que não é mais novidade, Leda fugiu para longe".

Já as brigas entre "machos" é uma prática automaticamente "aceitável" pela sociedade machista, que busca colocar em destaque, valores positivos, como coragem, força, virilidade, competência ao mundo público, entre outros, reforçando a cultura do domínio masculino.

Existem várias motivações para a ocorrência de violência entre os homens, entretanto, nos concentramos em avaliar a violência entre dois homens, "ocasionada" por mulher. A reportagem 23 seguinte traz como título: "Encontrou outro homem em casa e deu tiros".

Reportagem 23: Encontrou outro homem em casa e deu tiros

Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 08/06/76, p. 9. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Essa é a história de Regina moradora do bairro Rua Nova, que conviveu com "Júlio de Tal". Porém, o relacionamento não deu certo e eles se separaram. Regina arrumou outro namorado - o escolhido foi "preto". Mas "Júlio de Tal" não se conformou com a autonomia de uma mulher que escolhe com quem quer ficar. Essa reação causa incomodo não só para o antigo parceiro de Regina, mais principalmente para a sociedade que lhe vê como uma mulher volúvel, que troca de homem com bastante facilidade.

Conceição (2015) contribui ao informar que:

As relações amorosas das mulheres das camadas populares nem sempre se pautavam nos discursos do casamento, indo muito além das cerimônias religiosas e da tutela masculina, as mulheres exerciam seu direito a escolha, mesmo que contrariando as normas sociais vigentes, escolhendo ou recusando amantes, brigando com rivais, e tornando-se alvo de disputas entre os homens contrariando o que deveria se configurar no "bom comportamento". (2015, p. 182-183)

Percebe-se nas entrelinhas do discurso que o objetivo do jornal era provocar mais uma vez o juízo de valores, condenar Regina pelo ocorrido, ela certamente de acordo com esse imaginário, foi a principal culpada por ter provocada essa situação de discórdia entre os dois homens. Era bem provável que o "Júlio de Tal saísse ileso dessa ocorrência pois, poderia alegar defesa da honra.

A reportagem 24 “Entrou em briga por mulher” ainda retrata a mesma problemática - dois homens se envolveram em uma briga por causa da mesma mulher.

Reportagem 24: Entrou em briga por mulher



Fonte: Jornal Feira Hoje, Bahia, 09/12/76, p. 9. Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

A frase que diz: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, foi colocada de forma subentendida quando o periódico descreveu o enredo ocorrido em um espaço marcado pela violência – o bairro do Minadouro. Os dois Migueis travaram uma “violenta luta corporal, cada um com uma faca na mão”. Isto aconteceu porque o Miguel Vareliano se envolveu na briga ocorrida entre o Miguel Alves e a sua amante.

Nota-se que, em nenhum momento foi citado o nome da “amante” de Miguel Alves, provavelmente com o intuito de mais uma vez silenciar a imagem feminina que representa uma figura desvalorizada na sociedade, causadora de desordem e discórdia entre os homens.

É importante destacar mais uma vez que assim como os dados sobre crimes eram divulgados nos rádios da cidade, e tinham como fontes os órgãos da polícia, os jornais também faziam uso dessas informações para a construção dos seus relatos.

O jornal desempenha um papel informativo e ao mesmo tempo ideológico, pois têm como princípios a objetividade e a ideia de representação do real, mas se utilizam desses mecanismos que lhes garantem confiabilidade e legitimidade para representar o real à luz dos seus interesses, tornando-se assim “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19)

Neste panorama, o *Jornal Feira Hoje* desempenhou seu papel de propagar a ideologia dominante da época, onde a figura masculina está sempre em posição superior à feminina.

A cidade feirense estava inserida em um contexto histórico no qual a cultura machista dominava o comportamento da sociedade, determinando os papéis sociais para homens e mulheres. O primeiro era atribuído a esfera pública, a política, o domínio. A segunda, a esfera doméstica, a maternidade, ser dominada.

No entendimento de Bonetti (2007), os modelos acima apresentados, de feminilidade e masculinidade trata-se de convenções de gênero que são produzidas nas esferas política-social-cultural e reproduzidas no imaginário e comportamento da sociedade. Porém, as transgressões sempre estiveram presentes nas estruturas sociais, como analisaremos através dos jornais.

Para uma maior compreensão do que foi discutido até então, se faz necessário a análise da Tabela 3 e do gráfico 2 que mostram os agentes envolvidos na violência.

Tabela 3: Classificação dos agressores segundo o sexo retratados nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)

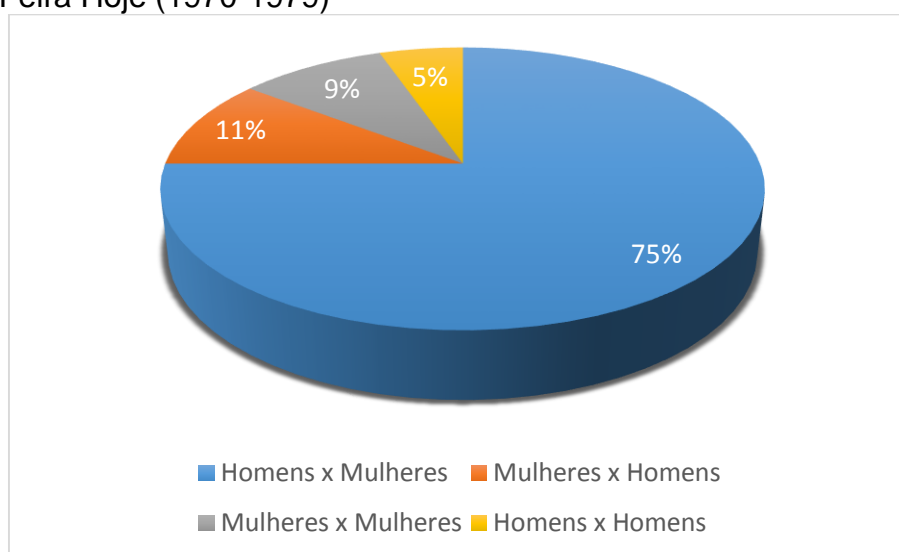
AGRESSORES	QUANTIDADES
Homens x Mulheres	282
Mulheres x Homens	39
Mulheres x Mulheres	35
Homens x Homens	20
Total	376

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Pública da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Nota-se que agressores e vítimas não coincidem com as propostas estereotipadas que definem o comportamento adequado para homens e mulheres na sociedade da época.

Constatamos que apesar do maior índice de ocorrências de violência registradas no jornal partirem de eventos mais comuns, homens contra mulheres, 282 casos, (75%) de acordo com gráfico 2, observamos também, que a soma da participação feminina como autoras das agressões (Mulheres X Homens e Mulheres X Mulheres) totalizaram 74 ocorrências, (19%) dos casos. Número consideravelmente elevado ao se tratar de mulheres, se considerarmos o discurso machista que os colocam sempre como vítimas.

Gráfico 2: Classificação dos agressores segundo o sexo retratados nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)



Fonte: gráfico elaborado a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Entre as que infringiram as normas impostas pela sociedade ao agredirem seus companheiros, foram destacadas 11% das ocorrências. Episódios como estes: “*Quase perde os testículos para a própria mulher*” (JFH, 06/04/76, p.11); “*Joga vasilha de leite quente*” (JFH, 08/04/76, p. 9); e, “*Água quente em Armando*” (JFH, 15/06/76, p. 9), são considerados, segundo Cesare Lombroso, ações cometidas por mulheres mais inferiores ainda por serem agressivas. Esse médico psiquiatra, fundador da antropologia criminal, afirmava que as mulheres “normais” é um ser inferior em relação ao homem. As que cometem crime ultrapassam o grão de inferioridade “pois se aproximaria do monstro pelos traços físicos de regressão da espécie”. (FREITAS, 2011, p. 187)

Nestes termos, essas mulheres, como já argumentamos anteriormente, eram mal vistas pela sociedade por representar comportamentos inadequados ao que se espera de uma mulher – ser sempre a vítima da violência.

Partindo do pressuposto de que as motivações expressas nos jornais “podem nos dizer um pouco a respeito dos valores e dos costumes da sociedade” (FILGUEIRAS, 2008, p. 73) é que propusemos analisar os principais motivos que ocasionaram as violências.

São os motivos que movem os agentes a empreender o crime. Eles estão ligados à causa que provocam a conduta. É o fator íntimo que desencadeia a ação criminosa (honra, moral, inveja, cobiça, futilidade, torpeza, amor, luxúria, malvadez, gratidão, prepotência etc). (SCHMITT, 2013. p. 133)

As motivações que ocasionaram a violência estão registradas na Tabela 4 e Gráfico 3 com o propósito de identificar um pouco os valores culturais edificados na cultura feirense desse período.

Tabela 4: Principais motivações de violências retratadas nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)

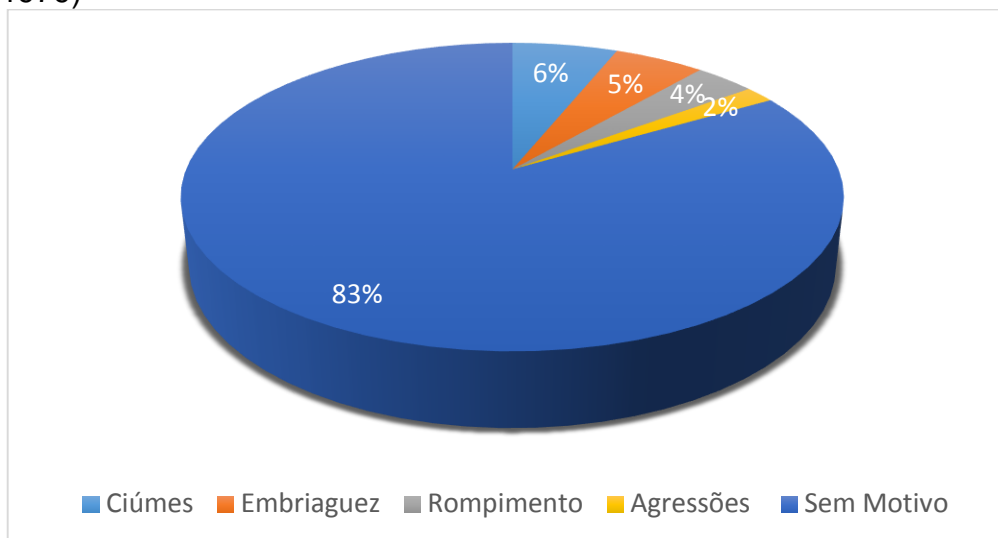
MOTIVOS	NÚMEROS
Ciúmes	21
Embriaguez	18
Rompimento	12
Agressões	6
Sem Motivo	287
Total	344

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Pública da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Das 344 reportagens analisadas, 21 foram atribuídas ao ciúme, (6%) dos casos. Motivados muitas vezes, por paixões não correspondidas, é a ideia de posse que caracteriza a prática dessa conduta. A exemplo do que aconteceu com “Maria do Socorro que foi espancada pelo seu ex-namorado Edvaldo Cerqueira que não suportou ser trocado por outro” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 15/07/78 p. 9). Outro caso de violência passional foi o de Júlia de Oliveira invadiu a residência de Matildes de

Oliveira para agredi-la por causa de ciúmes de um rapaz (Jornal Feira Hoje, Bahia, 10/08/78 p. 9).

Gráfico 3: Principais motivações retratadas nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)



Fonte: gráfico elaborado a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

Outros casos destacados foram: embriaguez (5%), rompimento da relação (4%) e agressões constantes (2%). O uso de bebidas alcoólicas (18 casos registrados) corresponde a segunda colocada em relação aos principais motivos causadores das agressões.

Os homens desde cedo aprendem que bebida é coisa de “macho”, por pensarem que são mais fortes, agressivos e resistentes aos efeitos desagradáveis do álcool, ao contrário das mulheres – frágeis e vulneráveis. Um comportamento cultural que acentua a relação homem-álcool-violência. Como apresenta as reportagens:

Deu entrada no Ponto Socorro do HDP. Ana Clemílda da Silva Rios, residente no Campo Limpo, depois de ter se engalfinhado por Pedro Carneiro Rios que havia chegado a casa completamente embriagado e daí surgindo o desentendimento entre os dois (...)” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 14/09/78 p. 9).

Leocácio Bispo de Santana espancou sua mulher Cristina Maria de Jesus depois de ter ingerido várias doses de bebidas” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 22/05/76 p. 9).

De acordo com Grossi (1993), o uso do álcool muitas vezes é utilizado como pretexto para a conduta violenta do homem, mas ele atua como agente que desinibi a

violência já concentrada no indivíduo, podendo ser considerado fator precipitante e agravante da violência, mas não um fator causal.

A não aceitação do rompimento da relação provocaram algumas reações com: “Amor não correspondido leva a invadir casa” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 14/07/77 p. 8), “Mulher quer matar o vizinho por causa da separação do marido” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 11/11/77 p. 9).

Existiram também as agressões “sem motivo aparente”. Como ironicamente apresenta o título do jornal – “Agredida sem motivos” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 13/04/76 p. 9) a causa do ato violento não é apresentada pelo jornal, mas subentende que seja necessário um motivo para que haja qualquer prática de violência contra a mulher. Este pensamento indica o propósito do referido jornal em naturalizar a violência contra mulher ao apontar a “falta de motivo” com o maior número 287(83%) dos casos.

Ao que se refere as práticas de violência, optamos em dividir (agressões, tentativa de agressão, homicídio e tentativa de homicídio, além das ameaças) - para uma melhor visualização dos fatos, apresentamos a Tabela 5 e o Gráfico 4:

Tabela 5: Classificação das principais categorias de violências retratadas nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)

TIPOS DE VIOLÊNCIAS	NÚMEROS
Agressão	172
Tentativa de Agressão	22
Homicídio	18
Tentativa de Homicídio	89
Ameaça de Morte	20
Ameaça de Agressão	6
Agressão e Tentativa de Homicídio	22
Total	349

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Pública da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

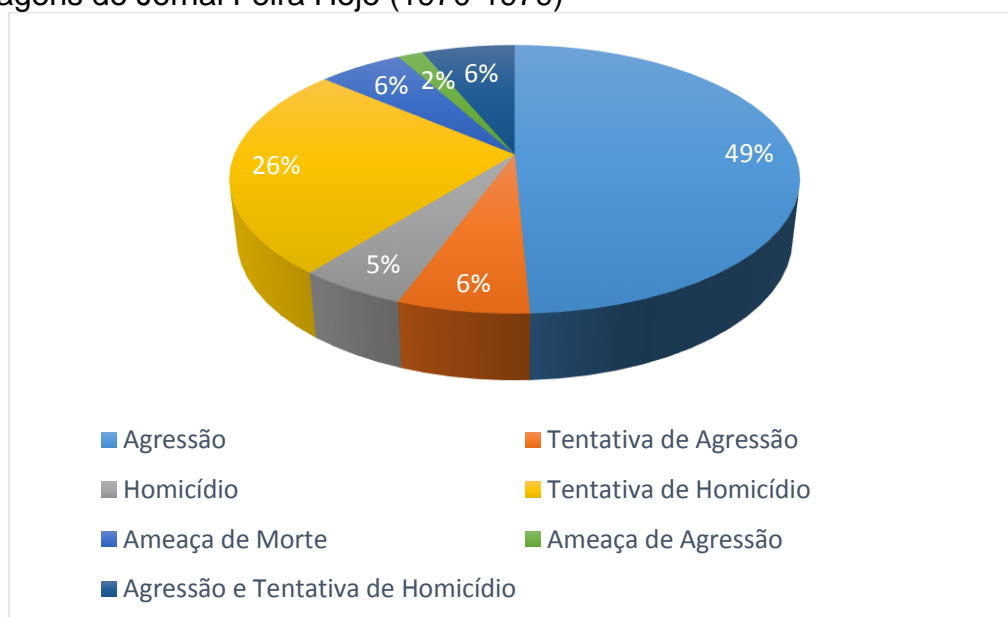
A agressão é atribuída a ação de agredir, causar pancadas, ferimentos, insultos. Ou seja, é um ato que um indivíduo pratica contra o outro (a) de forma intencional. Pode ser classificada como: agressão física, agressão sexual, agressão psicológica, entre outras. Dos 172 casos identificados, (49%) foram atribuídas as

agressões, ocorrências que lideraram as categorias de violência mais comum registrado nas reportagens.

Mesmo que o jornal não aponte quais os tipos de agressões estão enquadrados no contexto de violência, é bem provável que estejam contidos mais de uma. Porém, as mais visíveis são as agressões físicas ocorridas durante o contato físico com o uso da força que pode provocar lesões e até a morte.

Acontecimentos como o de “Conceição Souza da Silva, que ao reclamar a falta da mesada das filhas ao seu ex-marido José, recebeu uma surra que provocou hematomas no olho esquerdo e no resto do corpo” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 21/04/76 p. 9) e “Dinorá Campos Lima que estava grávida e nem por isto deixou de ser agredida a socos e pontapé pelo seu vizinho conhecido por “Sinhô de Tal” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 02/10/79 p. 9).

Gráfico 4: Classificação das principais categorias de violências retratadas nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)



Fonte: gráfico elaborado a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

As tentativas de agressões e as ameaças de agressões somam 28 ocorrências (8%) dos casos. As ameaças apesar de não terem sido concretizadas não

deixam de ser um tipo de violência, a simbólica.⁵⁶ Sobre os homicídios encontra um percentual de (5%). O que afasta uma agressão de um homicídio “é o fato de que muitas agressões podem ter sido, na intenção do criminoso, homicídios que não deram certo. Da mesma forma, é possível que a intenção de agredir tenha tido como desfecho a morte da vítima”. (FILGUEIRAS, 2008, p. 67).

No contexto das agressões observou-se a utilização de muitos instrumentos, como arma de fogo, peixeiras, tijolos, entre outros. Na busca de compreender melhor através dos objetos a cultura material de uma determinada sociedade é que analisamos as quantidades de armas usadas no momento da agressão, as mais utilizadas e se havia alguma preferência na escolha dos instrumentos por homens e mulheres conforme a Tabela 6 e Gráfico 5, a seguir.

Tabela 6: Instrumentos mais utilizados nas práticas de violências retratados nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)

INSTRUMENTOS	NÚMEROS
Arma Branca	74
Arma de Fogo	20
Arma Branca e Arma de Fogo	6
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Pública da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

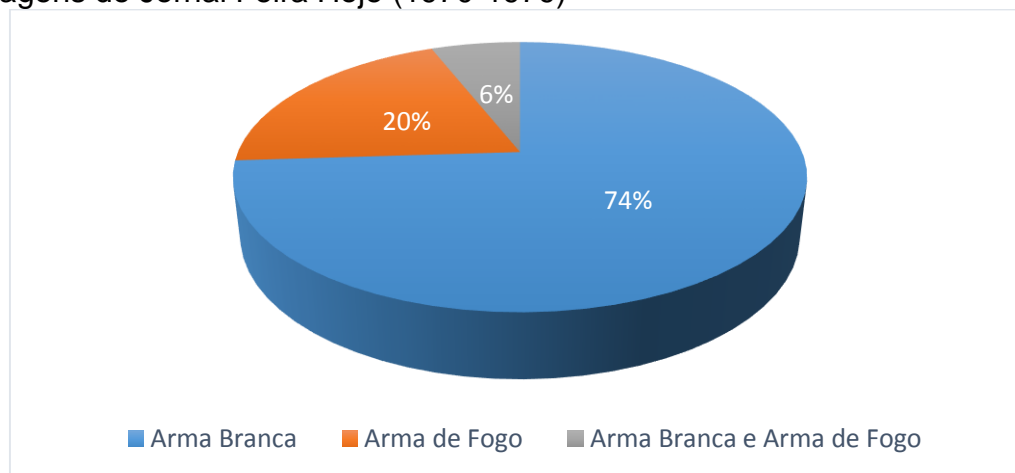
De acordo com os dados representados na tabela acima, as armas brancas – são configuradas como objetos da vida cotidiana (facas, garfos, ou seja, utensílios domésticos) e foram as mais utilizadas pelos agressores.

A faca tipo peixeira liderou o uso tanto por homens quanto por mulheres, 74 registros (74%). Identificada por ser uma arma doméstica e, por isto, de fácil acesso. Como demonstram as reportagens: “Celeste Oliveira matou sua irmã Albertina Rodrigues com uma certa facada no coração [...]” (Jornal Feira Hoje, Bahia,

⁵⁶ Violência simbólica pensada por Pierre Bourdieu que explica as relações de dominação que não pressupõe a coação física ocorridas entre as pessoas e que em muitos casos nem é percebida como violência. Ver: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

22/11/79 capa). E Armado de uma faca tipo peixeira, Carlos tentou matar sua amante Amália Pereira de Jesus [...] (Jornal Feira Hoje, Bahia, 03/08/76 p. 7).

Gráfico 5: Instrumentos mais utilizados nas práticas de violências retratados nas reportagens do Jornal Feira Hoje (1970-1979)



Fonte: Elaboração própria a partir da coleta de reportagens de violência de gênero exibidas no Jornal Feira Hoje (1970-1979) encontradas no Arquivo Público da Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva.

O revólver, 20 ocorrências (20%) dos casos, foi a arma mais utilizada pelos homens, devido ao fácil acesso que possuem. Já as mulheres, além da peixeira, outros instrumentos domésticos também fizeram parte do seu cotidiano, na prática da violência. Como mostra a reportagem: “Amante aplica golpe de gilete” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 13/09/78, p. 9), “Mulher quase mata companheiro com cacetada pela cabeça” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 26/09/78, p. 9), “Tentou matar o marido com uma foice” (Jornal Feira Hoje, Bahia, 12/09/70, p. 11).

Os motivos, os tipos de agressões cometidas tanto por homens quanto por mulheres, os instrumentos utilizados, ou seja, o cenário da violência doméstica foi de certa forma, descortinado pelo JFH de 1970 a 1979, que acabou trazendo para a esfera pública, mesmo que sem intenção, o problema da violência doméstica em um momento em que contraditoriamente se propagava o ideário de modernização e principalmente de civilização da sociedade feirense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Jornal Feira Hoje* constituiu-se ao longo da década de 1970, como um instrumento de propagação dos ideais desenvolvimentistas, apoiado por uma pequena classe dominante que defendia a construção da imagem de uma Feira de Santana moderna, civilizada e industrial.

Através do seu papel ideológico e dos princípios da objetividade, da representação do real, o periódico utiliza-se de mecanismos “que lhes garantem confiabilidade e legitimidade para representar o real à luz dos seus interesses [...]” (CHAMMAS, 2012, p. 15).

Com a implantação da Indústria e da Universidade Estadual de Feira de Santana, a cidade estava acompanhando o compasso da modernidade. Seu empenho em construir uma urbe industrializada contou com o apoio de representantes do Centro das Indústrias de Feira de Santana, parceiro que obteve estreita ligação com os editores chefes do jornal, marcando de forma intensa a relação política e ideológica do *Jornal Feira Hoje* ao pensamento de propagação do desenvolvimento na cidade.

Porém, este progresso não alcançou a todos. Apesar da grande quantidade de mão de obra que chegou na cidade, por conta da sua “revolução industrial”, poucas foram aproveitadas na indústria, as funções ditas mais especializadas tiveram ocupação de profissionais vindos do centro-sul do país, principalmente de São Paulo.

O crescimento econômico no Brasil começou a diminuir a partir de 1974 com uma crise mundial provocada pelo “choque do petróleo”. O elevado preço do petróleo no mercado mundial afetou diretamente a economia brasileira. Os combustíveis elevaram ainda mais a inflação e a nossa dívida externa. As consequências dessa crise atingiram Feira de Santana também, aumentando os problemas sociais na cidade como a violência, a falta de moradia, o desemprego, entre outros.

Os que não conseguiram inserção na indústria feirense acabaram ocupando outros espaços na economia, a informalidade foi uma das principais alternativas de sobrevivência a exemplo da feira livre.

Utilizando-se dos discursos de modernização, essa tradição não poderia mais continuar no cenário urbano da cidade, isto porque, passou a ser vista pela elite

feirense como um empecilho no processo de desenvolvimento idealizado para a cidade, pois, a feira livre era sinônimo de atraso. Como tal, deveria ser deslocada. Em 1977 foi transferida para o Centro de Abastecimento.

No entanto, o retorno de alguns comerciantes ambulantes para os seus antigos locais, foram criticados pelos jornais, em particular, o *Jornal Feira Hoje*, que defendia o discurso disciplinador do comércio informal como alternativa para o progresso da cidade.

Contudo, este ideal desenvolvimentista não alcançou as populações mais carentes da cidade, que conviviam com a falta de infraestrutura urbana, moradia, emprego e eram constantemente reprimidos pelas instituições de controle que os associavam à violência.

Neste contexto, as ações policiais tinham o propósito de coagir qualquer atitude que contrariasse o regime de repressão vigente e os atos considerados de desordem, ocorridos principalmente nos bairros populares da cidade.

Entre as ocorrências, destaca-se a violência contra a mulher, cometida em sua maioria, por maridos/companheiros, que contrariando o ideal de modernização e civilidade pregada pelo *Jornal Feira Hoje* na década de 1970, “recheavam” as páginas do periódico. Práticas estas, consideradas desordeiras, pela lógica de controle da moral e dos bons costumes disseminada pelo periódico.

O objetivo do jornal, em nenhum momento, foi problematizar a violência sofrida e praticada pelas mulheres feirenses na década de 1970, ao contrário, o que foi perceptível através das reportagens e do contexto da época é que os lugares de poder que envolviam gênero, raça e classe social estavam definidos na sociedade, através das edificações historicamente construídas, e cabia aos meios de imprensa, neste caso o *Jornal Feira Hoje*, ligado aos interesses da elite local, defender as estruturas de dominação.

Neste aspecto, a mídia muitas vezes, busca a naturalização dos estereótipos com o interesse de homogeneizar as realidades através das representações unilaterais. A exemplo do que fez com as imagens das mulheres que sofreram ou praticaram violência, principalmente as mulheres negras, que acumularam ao longo da nossa história, intersecções de violência – de gênero, raça e classe.

A estreita relação gênero – classe social esteve marcada na forma como o jornal expunha as mulheres que sofreram ou praticaram violência, em sua maioria, moradoras de bairros predominantemente habitados pela população negra, a exemplo do bairro Rua Nova.

Espaços marginalizados e estigmatizados pela mídia local, principalmente pelo *Jornal Feira Hoje*, que através de suas reportagens envolvendo mulheres que contrariavam o sistema de submissão imposta pela cultura machista, eram retratadas de forma que desqualificava sua imagem.

Diante do exposto, apesar de não ter tido a intenção de problematizar o contexto de violência contra as mulheres em Feira de Santana no período da pesquisa, o *Jornal Feira Hoje*, acabou explicitando as práticas de abuso, que antes se reservavam ao ambiente privado, e eram no dia-a-dia descortinados pela imprensa. Um dos horizontes desta pesquisa é que fica demonstrado uma condição feminina marcada pela violência, submissão, mas também de reação.

FONTES

1. **Acervos da Biblioteca Municipal Arnold Silva**

2.1 **Jornais**

Jornal Feira Hoje. Feira de Santana, BA. 1970-1979.

2. **Censo Demográfico**

BRASIL, IBGE. Censo Demográfico. Feira de Santana, 1970.

BRASIL, IBGE - Censo Demográfico (Anuário Estatístico de Feira de Santana – 2012), CDL.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, n. 36/37, ano 20, p. 83-88, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O civismo festivo na Bahia: Comemorações Públicas do Dois de Julho (1889/ 1923)** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

ANDRADE, Bruna de Oliveira **A influência da mídia no período ditatorial brasileiro**. 2015. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/bdigital/arqpics/1411340210p576.pdf>. Acesso em 20 abr. 2018.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ARAÚJO, Alessandra Oliveira. **Redes e centralidade em Feira de Santana (BA): o Centro de Abastecimento e o comércio de feijão**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ARDOINO, Jacque. **A formação do educador e a perspectiva multirreferencial**. Mini-Curso ministrado na Universidade Federal de São Carlos - Departamento de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, no período de 15 a 16.10. (1998).

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. **Corpos negros e representação social no Brasil: uma discussão de gênero e raça**. **Revista da ABPN**. v. 9, n.21, nov 2016 – fev 2017.

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. **Questões de vida e morte na Bahia republicana Valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social e Classes sociais e grupos de prestígio**. 2 ed. Salvador, EDUFBA, EGBA, 1996.

BAIRROS, Luiza. “Nossos feminismos revisitados”. **Revista Estudos Feministas**, vol. 3, n 2, Universidade Federal do Rio de Janeiro p. 458-463, 1995.

BARBOSA, Rui. “Conferência de Feira de Santana”. *In*: GAMA, Raimundo. **Feira de Santana e Rui Barbosa: o pouso da Águia na “terra formosa e bendita”**. Feira de Santana: s/d, 2002.

BONETT, Alinne de Lima. Gênero, poder e feminismo: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Revista Labrys**, 2012. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>. Acesso em 05 abr. 2019.

BONETT, Alinne de Lima. **Não basta ser mulher, tem que ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista do Recife – PE**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, Unicamp. Campinas.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Código de processo penal (1941)**. São Paulo: Riddel, 1991.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estud. av. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em 13 jan. 2019.

CARVALHO, Letícia; SENRA, Luciana Xavier. Homem vítima de violência conjugal: uma análise bibliométrica e sistemática. **Revista Científica da Faminas** - v. 10, n. 2, maio-ago. 2014.

CARVALHO, Maria Cristina Machado de. Experiência da família Cazumbá no Recôncavo da Bahia. *In*: **Congresso Internacional Interdisciplinar em sociais e humanidades**. Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas. SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, 2012.

CHARTIER, Roger. **História Cultural – Entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COLLINS, Patrícia Hill (entrevista) (2018). Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/edi%C3%A7%C3%B5es-anteriores/2188-entrevista-patricia-hill-collins.html>. Acesso em 13 jan. 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Tradução Bianca Santana. **Revista Parágrafo**. Jan.-Jun. v.5, n.1, 2017.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. **METENDO A COLHER: Os Crimes Passionais em Salvador (1940-1980)** / Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

CORREA, Diego Carvalho. **O futuro do passado: uma cidade para o progresso ou o progresso para uma cidade em João Durval Carneiro (1967-1971)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana. 2011.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, p. 9-34, 1.sem, Niterói/RJ, 2005.

COUTINHO, Dilton. **Tomba é o bairro mais populoso de Feira de Santana; veja o ranking**. (2013) Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/103661/tomba-e-bairro-mais-populoso-de-feira-de-santana-veja-o-ranking-.html>. Acesso em 06 jan. 2019.

COUTO, Edilece Souza. “A Bahia não se desnacionaliza”: modernidade, civilidade e permanência dos costumes na Salvador republicana. *In*: MOURA, M., org. **A larga barra da baía: essa província no contexto do mundo** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 56-85.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em 05 abr. 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos feministas**. (1), 2002, p 177-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em 12 fev. 2019.

DANTAS, Audálio. **A mídia e o golpe militar**. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007. Acesso 13 abr. 2018.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DION, Sylvie. **O “fait divers” como gênero narrativo**. Programa de Pós Graduação em Letras - PPGL/UFSM. Brasil, Literatura, Outras Artes & Cultura das Mídias, Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

- ECLESIAÍSTICO 3,1-3. **Bíblia Sagrada**. Disponível em: www.bibliacatolica.com.br/busca/01/3/divina. Acessado em 25 jan. 2019.
- ELUF, Nagib Luiza. **A paixão no banco dos réus**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FALCÃO, João. **Não deixe está chama se apagar**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- FALEIROS, Eva. Violência de gênero. *In: Violência contra a mulher adolescente-jovem*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.
- FARIAS, Ângela Carla de; ARAS, Lina Maria Brandão. **Feminismo negro, feminicídio e a violência de gênero contra as mulheres**. 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID657_18062017180606.pdf> Acesso em 12 dez. 2018.
- FERRÉS, Joan. **Televisão subliminar: socializando através de comunicações despercebidas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”, *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucília de Almeida Neves (orgs.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FIGUEIREDO, Raquel Rocha Marçal de; NETO, Cláudia. O ciúme patológico e os crimes passionais. **Revista de Psicologia** - 12 julho de 2012. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/psicologia/wp-content/uploads/2012/08/pdf-e2-44.pdf>. Acesso: 17 mar. 2018.
- FILGUEIRAS, Carlos Eduardo A Albuquerque. Crimes Passionais no Recife da década de 20: cortes e regularidades. **Revista Documentação e Memória**, v. 1, p. 36-49, 2008.
- FILGUEIRAS, Carlos Eduardo de Albuquerque. **Do ciúme ao crime: crimes passionais no Recife da década de vinte**. Disponível em: www.btdtd.ufpe.br/. Acessado em: 15 dez. 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização 1970-1996**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2003.

GALVÃO, Renato de Andrade. **Os povoadores da região de Feira de Santana.** SITIENTIBUS, Feira de Santana. 1(1): 25-31, jul-dez. 1982, p. 25.

GAMA, Kalila. **Conheça um pouco da história de Lucas da Feira** (2012). Disponível em: <https://www.jornalfolhadoestado.com/noticias/7616/conheca-um-pouco-da-historia-de-lucas-da-feira>. Acesso em 20 jan. 2019.

GÓES, José Cristian. **Jornalismo e Sensacionalismo Enquadramento, criminalização da pobreza e implicações étnicas no Jornal Cainform.** (Mestrado em Comunicação) São Cristóvão SE, 2014.

GONÇALVES, Antônio Pedro. **Contribuições da metodologia da análise do discurso na prática da pesquisa histórica.** Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/historia/article/view/205/207>. Acesso em 04 abr. 2019.

GONZALEZ, Lélia. E a trabalhadora negra, cume que fica? **Jornal Mulherio.** São Paulo, Ano 2, No. 7, mai.-jun. 1982.

GONZALEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira, In: **Lugar da Mulher.** Rio de Janeiro, Graal. 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira, *In: Psicanálise e Política.* Rio de Janeiro, C. S. P. K. Kemper. 1981.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** São Paulo: Marco Zero, 1982.

GORE, J. M. Foucault e educação: fascinantes desafios. *In: SILVA, T. T. (Org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos.* 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GROSSI, Miriam Pilar. Masculinidades: uma revisão teórica. *In: Antropologia em primeira mão.* UFSC, 2004. Disponível: <http://www.antropologia.ufsc.br/75.%20grossi.pdf>. Acesso em 11 jan. 2019.

GROSSI, Míriam Pillar. De Angela Diniz A Daniela Perez: Uma Trajetória de Impunidade? **Revista Estudos Feministas,** Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 166-168, 1993.

GROSSI, Míriam Pillar. Enfoque de Gênero na História Social. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 215-216, 1993.

GROSSI, Míriam Pillar; TEXEIRA, Analba Brazão. **Histórias para contar: retrato da violência física e sexual contra o sexo feminino na Cidade do Natal.** Florianópolis: 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de campo,** São Paulo, n. 20, p. 1-360. 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** Editora 34. São Paulo, 1999.

GUIMARÃES. **Como trabalhar com "raça" em sociologia.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1. p. 93-107. 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro - 2. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu** [online]. 2004, n.22, pp.201-246 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>. Acesso em 20 fev. 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, **Revista de sociologia da USP**, v. 26, n.1. 2014.

IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil.** Bauru: EDUSC, 2004.

JESUS, Yves Samara Santana de. Escravidão em Feira de Santana, Freguesia de São José das Itapororocas (1785-1826): relações sociais e afetivas entre escravizados/as. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho.** Ano III, n. 04. Janeiro-julho de 2017. Parnaíba-PI.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo.** Tradução Bianca Tavorari. Novos estud. - CEBRAP n. 93, São Paulo, 2012.

LACERDA, João Baptista de. **Congresso Universal das Raças.** Rio de Janeiro: s.n. 1912.

LIMA, Zélia de Jesus. **Lucas Evangelista: o Lucas Evangelista: o Lucas da Feira: um estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana (1807-1849).** Salvador. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. *A história dos, nos e por meio dos periódicos.* In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. Matar e morrer no feminino e no masculino. In: OLIVEIRA, E. C. Geraldês & R. B. Lima, **Primavera já partiu: retratos de homicídios femininos no Brasil** (pp.96-121). O Petrópolis, RJ: Vozes, (1998).

MÈRCHER, Leonardo. Belle Époque francesa: a percepção do novo feminino na Joalheria Art Nouveau. In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL ESCRITAS DA HISTÓRIA: VER – SENTIR – NARRAR. Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI, 2012.

MONTEIRO, Jhonatas Lima. Classes Dominantes e Indústria em Feira de Santana nos Anos 70: Sugestões para Pensar Politicamente a Industrialização Periférica Brasileira. In: III ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH/BA, 2007, Caetité. **Anais** [...]. Ilhéus: ANPUH-BA, 2007.

MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses hegemônicos na margem da periferia: Dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

MOORE, Carlos Wedderburn. **Abdias Nascimento e o surgimento de um pan-africanismo contemporâneo global**. Disponível em: http://www.abdias.com.br/exilio/pan_africanismo.htm. Acesso em 17 jan. 2019.

MOORE, Henrietta. "Compreendendo Sexo e Gênero". In: INGOLD, Tim (org.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Tradução de Júlio Assis Simões. London: Routledge, 1997.

MORAES, Eunice Lea de; SILVA, Lucia Isabel Conceição da. Feminismo Negro e a Interseccionalidade de Gênero, Raça e Classe. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 2017.

MOREIRA, Alyne Bispo. **Mulheres violentas e violentadas: notícias "sarcásticas" e corriqueiras na imprensa feirense (Jornal Feira Hoje 1970-1979)**. (Monografia – História) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2010.

MOREIRA, Vicente Diocleciano. Projeto memória da feira livre de Feira de Santana – primeira fase: texto nº 4. **A escravidão em Feira de Santana** (primeira parte), SITIENTIBUS, Feira de Santana. 5(8): jul-dez. p. 131-133. 1986.

MOSCOVICI, Sergio. **A representação social da psicologia**. Rio de Janeiro: 1990.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Cadernos PENESB. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói, Rio de Janeiro. N5. p. 15-23, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

NASCIMENTO, Elimar P. **Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da nova exclusão**. Rio de Janeiro: Proposta, FASE. jun. 1995.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950 – 1960)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. **De empório à princesa do sertão – projetos civilizatórios em Feira de Santana 1893-1937** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. Mídia e política: análise do discurso do Jornal a Folha de Jequié. **Diálogos & Ciência - Revista da Rede de Ensino FTC**. Ano III, n. 8, março 2009.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira. **Resistir para sobreviver: o trabalho rural do município de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 1977.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **"Adeptos da mandinga": candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-BA,**

1938-1970). Tese de doutorado em Estudos Étnicos e Africanos. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

OLIVEIRA, Sidiney de Araujo. **Desenhando a ideia de uma avenida feliz: imagens das histórias e memórias da avenida Senhor dos Passos**, Feira de Santana, BA. 1ª ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. **Trabalho e costumes de feirantes de alimentos: pequenos comerciantes e regulamentações do mercado em Feira de Santana (1960/1990)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

PAIM, Márcio Luis. Pan-africanismo: política, libertação e golpes de estado. **Revista TEL**, Irati, v. 7, n.1, p. 207-229, jan. - jun. 2016.

PALERMO, Luis Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. **Dimensões**, Rio de Janeiro, v. 39, jul.-dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/18638>. Acesso em 06 jan. 2019.

PEREIRA, Elizabeth Guerra Parreiras Baptista. Cidades da América Latina: modernas ou modernizadas. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 6, n. 7, p. 49-56, Nov. 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/5337>. Acesso em 14 ago. 2018.

PERROT, Micheller. **Os excluídos da história: operário, mulheres e prisioneiros**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHO, Deise Karla Santana. **ÊTA RUA NOVA DOS DIABOS! Representações sobre um bairro pobre na cidade de Feira de Santana. (1970 a 1980)**. (Monografia – História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA & SZWAKO. **Diferenças, Igualdade**. São Paulo. Berlendis & Vertecchia, 2009.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapoã, 1968.

RIBEIRO, Paulo Silvino. "Preconceito de classe social"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/preconceito-classe-social.htm>. Acesso em 01 mai. 2019.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Tradução de H. Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. Anais eletrônicos* [...]. Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Os Africanos no Brasil. São Paulo/Brasília, Editora Nacional/ Editora da Universidade de Brasília, *In: Biblioteca Virtual*. 1988 [1933].

ROLIM, Rivail Carvalho. Repressão e violência de Estado contra os segmentos populares durante os governos militares. *Revista Antíteses*, v. 8, n. 15esp., p. 272-293, nov. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Biovani. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *In: São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação Seade*. Número especial: A Violência Disseminada. v.13, nº 4, p. 82-91. out. – dez. 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Biovani. **O Poder do Macho**. Coleção Polêmica, São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Biovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a Comunidade de Informações na ditadura civil-militar brasileira. *Revista Angelus Novus*, nº 5, junho de 2013.

SANCHES, Maria Aparecida. **Prazeres. Fogões e Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador 1900-1950**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SANTA BARBARA, Reginildes Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana – Bahia (1929-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Alane Carvalho. Desenvolvimento, Civilização e Modernidade. *Revista Klepsidra*, São Paulo, 20 dez. 2003.

SANTOS, Diane Mageste dos. O funcionamento do discurso (jornalístico) nas denominações sobre o espaço simbólico que constituem sujeitos e espaço. *In: VIII SEMINÁRIO DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFF*. Niterói. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: do VIII SAPPIL – Estudos de Linguagem, UFF, no 1, 2017.

SANTOS, Flávia Santana. **Relatório técnico de produção do paradidático: um quilombo urbano chamado Rua Nova**. (Mestrado Profissional em História). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Racismo científico no Brasil: um retrato *racial* do Brasil pós-escravatura. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018.

SCHMITT, Ricardo Augusto. **Sentença Penal Condenatória – Teoria e Prática**. 8. ed. Salvador: Juspodvim, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para analisar história**. Tradução de Cristiane Rufino Dabat e Maria Betania Alves. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Aldo José Morais. **Natureza Sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana: Elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1832-1937)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SILVA, Diego Lino Silva. Da gente alegre que ao terreiro sai: As práticas suburbanas feirenses como representações de Aloísio Resende (1930 - 1941). In: VIII Encontro Estadual de História - ANPUH/BA, Feira de Santana. **Anais [...]**. Feira de Santana: ANPUH-BA, 2016.

SILVA, Grasiela Oliveira Santana; CRUZ, Maria Helena Santana. **Imagens e representações dos jovens na informalidade da feira livre do município de Simão Dias-Sergipe**. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE. São Cristóvão/SE 2010.

SILVA, Jonathan Chasko da; ARAÚJO, Alcemar Dionet de. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. *Grau Zero — Revista de Crítica Cultural*, v. 5, n. 1, 2017.

SILVA, Maria Aparecida Lima; SOARES, Rafael Lima Silva. Reflexões sobre os conceitos de raça e Etnia. *In: Entrelaçando – Revista Eletrônica de Culturas e Educação*. n. 4, p. 99-115, Ano 2 nov. 2011.

SILVA, Maria Carolina S. Martins. **Urbanização para quem? O lugar das prostitutas em Feira de Santana-BA (1960-1979)**. Florianópolis 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: www.fazendogenero8.ufsc.br/. Acessado em 15 jan. 2019.

SILVA, Maria Carolina Silva Martins da. **Nas veredas dos discursos moralistas: a honra das mulheres em Feira de Santana, Bahia (1960-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Martiniano José. **Racismo à Brasileira: Raízes Históricas**. 3ª edição. São Paulo: Anita, 1995.

SILVA, Mayara Plácido. O caso de Romão Preto e trabalhadores pobres em Feira de Santana (1890-1910). *In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

SILVA, Tarcia Regina da. A construção da identidade negra em territórios de maioria afrodescendente. **Revista África e Africanidades** – Ano 3 – n. 11, nov. 2010.

SIMAS, Adilson. **O Bairro Tanque da Nação, em Feira de Santana**. Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2017/04/o-bairro-tanque-da-nacao-em-feira-de-santana-por-adilson-simas/>. Acesso em 13 ago. 2018.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. **Os homens da Princesa do Sertão: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1928)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Muniz. **O bicho que chegou a Feira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFANS, Ronaldo (org). **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. Campus. 1997.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.362-400.

SOIHET, Rachel. Relações de Gênero e Formas de Violência. *In*: Bustamante R.M. da C. e Moura J. F. de. (Org.). **Violência na História**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X Faperj, 2009.

SOUZA, Bruna Tavares de. **Reflexões sobre dos aspectos sociais da violência doméstica contra a mulher**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras- RJ. 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, Railma dos Santos. **Memória e história quilombola experiência negra em Matinha dos Pretos e Candeal (Feira de Santana/Ba)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

VALADARES, José. **Beabá da Bahia**. Editora: Livraria Progresso, Bahia, 1951.

VALENTE, Andrei de Brito. Estado e Direção de Classe: Algumas reflexões sobre o período de industrialização em Feira de Santana. **A pala revista**, v. 1, p. 3-10, 2011.

XAVIER, Glaucia Salles. Gênero, Violência e Direitos humanos. *In*: **Estratégias e Desafios**. Vitória: Edufes, 2003.

ZALUAR, Alba. “Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo”, Simpósio, IFCH, UNICAMP, mimeo, (1982). *In*: PINHEIRO, P.S. (org.) **Crime, violência e poder. Brasiliense**, São Paulo, 1994.